



Instituto Superior  
de Ciências Sociais e Políticas  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

**A POLÍTICA DE COESÃO DA UNIÃO EUROPEIA PARA O PERÍODO 2014-2020  
E AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS  
O CASO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

Zélia Liduina Caires Barreto

Orientadora: Professora Doutora Elisabete Reis Carvalho

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Gestão e Políticas Públicas

LISBOA

2013

VALORIZAMOS PESSOAS

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

## **AGRADECIMENTOS**

Uma palavra de agradecimento e de apreço sincero à minha Orientadora, Professora Doutora Elisabete Reis Carvalho, aos meus colegas de trabalho e ao Dr. Sílvio Costa pela incansável entrevista que me proporcionou, peça fundamental para a realização deste trabalho.

Uma palavra de cariz pessoal para a minha família, o meu namorado e os meus amigos, o meu muito obrigado pelo apoio incondicional.

## RESUMO

A Região Autónoma da Madeira, enquanto Região Ultraperiférica (RUP), tem beneficiado do apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), ao abrigo da política de coesão da União Europeia (UE). Este trabalho propôs-se identificar a forma de apoio da UE à Madeira, e a esta enquanto RUP, no âmbito da *proposta de Regulamento do FEDER* para o período de programação financeira 2014-2020, comparativamente ao *Regulamento do FEDER*, no período de programação 2007-2013. Concluiu-se que as alterações substanciais relacionam-se com o alinhamento da política de coesão com a Estratégia *Europa 2020* e com a classificação da Madeira como região mais desenvolvida. Constatou-se uma mudança no paradigma de desenvolvimento da RAM, por um lado, em decorrência das orientações europeias e, por outro lado, em consequência das condicionantes do Programa de Ajustamento Económico de Portugal e do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Madeira. A estratégia de desenvolvimento da Madeira para o horizonte 2020 compreende a intervenção do FEDER nas áreas da competitividade da economia, do desenvolvimento sustentável, da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação. Na perspetiva da europeização das políticas públicas regionais, conclui-se que na Madeira se verifica um fenómeno de europeização como processo de adaptação.

**Palavras-chave** - Política de Coesão, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Região Autónoma da Madeira e Região Ultraperiférica.

## **ABSTRACT**

The Autonomous Region of Madeira, as an Outermost Region (OR), has been benefiting from the support of the European Regional Development Fund (ERDF) under the Cohesion Policy of the European Union (EU). This study set out to identify the form of EU support to Madeira, as well as an OR, in the context of the proposed ERDF Regulation for the financial programming period 2014-2020, compared to the ERDF Regulation, for the programming period 2007 -2013. It was accomplished that the significant changes relates to the alignment of cohesion policy with the Europe 2020 strategy and the classification of Madeira as a more developed region. It was found a change in the development paradigm of Madeira due to the European guidelines and to the constraints of the Economic Adjustment Programme for Portugal and the Economic and Financial Adjustment Programme to Madeira. The development strategy of Madeira to 2020 comprises the intervention of the ERDF in the areas of economic competitiveness, sustainable development, research, technological development and innovation. In the perspective of Europeanization of regional policies, it is concluded that occurs in Madeira the phenomenon of Europeanization as a process of adaptation.

**Keywords** - Cohesion Policy, European Regional Development Fund, Autonomous Region of Madeira and Outermost Region.

# ÍNDICE

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>II</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>III</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>IV</b>
<b>ACRÓNIMOS E SIGLAS .....</b>	<b>IX</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. EUROPEIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>16</b>
<b>3. A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA .....</b>	<b>22</b>
3.1. CARATERIZAÇÃO.....	22
3.1.1. A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA UMA REGIÃO ULTRAPERIFÉRICA .....	24
3.1.1.1. PERSPETIVA HISTÓRICA .....	26
3.2. CONTEXTUALIZAÇÃO .....	30
<b>4. POLÍTICA DE COESÃO .....</b>	<b>32</b>
4.1. PERSPETIVA HISTÓRICA .....	32
4.2. O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO APÓS 2013.....	40
4.3. AS RUP NA POLÍTICA DE COESÃO .....	48
<b>5. POLÍTICA DE COESÃO NO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2007-2013.....</b>	<b>51</b>
5.1. REGULAMENTO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS FUNDOS E REGULAMENTO DO FEDER .....	51
5.2. PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA .....	62
<b>6. POLÍTICA DE COESÃO NO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2014-2020.....</b>	<b>69</b>
6.1. PROPOSTAS DO QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2014-2020 .....	69
6.2. PROPOSTAS LEGISLATIVAS DA POLÍTICA DE COESÃO PARA O PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2014-2020 .....	73
6.2.1. PROPOSTA DE REGULAMENTO DAS DISPOSIÇÕES COMUNS E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS FUNDOS E PROPOSTA DE REGULAMENTO DO FEDER .....	76
6.2.1.1. DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS.....	87

6.3. PERSPETIVA REGIONAL .....	90
6.4. INTERVENÇÃO DA RAM .....	94
<b>7. PREPARAÇÃO DO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2014-2020 .....</b>	<b>97</b>
7.1. CONTEXTO REGIONAL .....	97
7.2. PROGRAMAÇÃO REGIONAL .....	100
7.2.1. DOCUMENTO DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA REGIONAL .....	102
7.2.2. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO REGIONAL.....	104
7.2.2.1. PRIORIDADES TEMÁTICAS .....	104
7.2.2.2. OBJETIVOS TEMÁTICOS .....	108
<b>8. CONTEXTUALIZAÇÃO.....</b>	<b>111</b>
8.1. MUDANÇA DE PARADIGMA NA RAM.....	119
8.2. EUROPEIZAÇÃO NA RAM.....	121
<b>9. CONCLUSÃO .....</b>	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>128</b>
<b>FONTES DE LEGISLAÇÃO .....</b>	<b>142</b>
<b>FONTES ELETRÓNICAS .....</b>	<b>150</b>
<b>ANEXO I .....</b>	<b>151</b>
<b>ANEXO II .....</b>	<b>156</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – DADOS GERAIS SOBRE A MADEIRA .....	22
TABELA 2 – CONCLUSÕES DO QUINTO RELATÓRIO SOBRE A COESÃO ECONÓMICA SOCIAL E TERRITORIAL - POSIÇÃO RAM E RUP .....	45
TABELA 3 – ENQUADRAMENTO DA RAM NA POLÍTICA DE COESÃO NOS VÁRIOS PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO .....	49
TABELA 4 – ENQUADRAMENTO DA RAM NA POLÍTICA DE COESÃO NOS PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO 2000- 2006 E 2007-2013.....	55
TABELA 5 – VERTENTES DA COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA.....	55
TABELA 6 – <i> earmarking</i> DO OBJETIVO DA CONVERGÊNCIA E DO OBJETIVO DA COMPETITIVIDADE REGIONAL E DO EMPREGO.....	57
TABELA 7 – AFETAÇÃO INDICATIVA DA DOTAÇÃO DOS FUNDOS PARA A RAM - PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013.....	59
TABELA 8 – AFETAÇÃO INDICATIVA PARA A RAM DO FINANCIAMENTO ADICIONAL PARA AS RUP - PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013.....	60
TABELA 9 – ENQUADRAMENTO DA RAM NA POLÍTICA DE COESÃO - PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007- 2013 .....	60
TABELA 10 – TAXAS DE COFINANCIAMENTO APLICÁVEIS ÀS RUP - RAM - PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013.....	62
TABELA 11 – PRIORIDADES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - 2007-2013 .....	63
TABELA 12 – EIXOS PRIORITÁRIOS DO <i>PO INTERVIR+</i> .....	65
TABELA 13 –DOTAÇÃO DO FEDER PARA O <i>PO INTERVIR+</i> .....	68
TABELA 14 – <i>PO INTERVIR+</i> - DOTAÇÃO ESPECÍFICA ADICIONAL PARA A RAM.....	68
TABELA 15 – OBJETIVOS DE INTERVENÇÃO DOS FUNDOS NOS PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013 E 2014-2020.....	78
TABELA 16 – CLASSIFICAÇÃO DAS REGIÕES NOS PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013 E 2014-2020 .....	79

TABELA 17 – ENQUADRAMENTO DA RAM NA POLÍTICA DE COESÃO - PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013 E 2014-2020.....	80
TABELA 18 – ÂMBITO DOS OBJETIVOS TEMÁTICOS E AS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO DO FEDER .....	81
TABELA 19 – CONCENTRAÇÃO TEMÁTICA POR CATEGORIA DE REGIÃO .....	82
TABELA 20 – ÂMBITO DE INTERVENÇÃO DO FEDER NOS PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013 E 2014-2020.....	85
TABELA 21 – DOMÍNIOS NÃO ELEGÍVEIS AO APOIO DO FEDER NOS PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013 E 2014-2020.....	86
TABELA 22 – FINANCIAMENTO ADICIONAL PARA AS RUP E PARA AS REGIÕES NÓRDICAS.....	88
TABELA 23 – APOIO DO FEDER NO ÂMBITO DA DOTAÇÃO ESPECÍFICA ADICIONAL .....	89
TABELA 24 – PRIORIDADES TEMÁTICAS DA RAM PARA O PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020 .....	105
TABELA 25 - PRIORIDADES TEMÁTICAS E OBJETIVOS TEMÁTICOS PARA A RAM PARA O PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020 .....	109
TABELA 26 – APOIO FEDER E FSE PARA A RAM NOS PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013 E 2014-2020 .....	113
TABELA 27 – INTENSIDADE DA DOTAÇÃO ESPECÍFICA ADICIONAL NOS PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013 E 2014-2020.....	115
TABELA 28 – DOTAÇÃO ESPECÍFICA ADICIONAL PARA A RAM NO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020 ....	115
TABELA 29 – DOTAÇÃO ESPECÍFICA ADICIONAL PARA A RAM NOS PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013 E 2014-2020.....	116
TABELA 30 – TAXAS DE COFINANCIAMENTO DO <i>PO INTERVIR+</i> .....	117
TABELA 31 - TAXA DE COFINANCIAMENTO PARA A RAM NO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020 .....	117
TABELA 32 – TAXA DE COFINANCIAMENTO DA DOTAÇÃO ESPECÍFICA ADICIONAL NOS PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013 E 2014-2020 .....	118
TABELA 33 - PRIORIDADES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA RAM E DO COMPROMISSO MADEIRA@2020 .....	119



## ACRÓNIMOS E SIGLAS

AUE	Ato Único Europeu
CE	Comissão Europeia
CEE	Comunidade Económica Europeia
CPRUP	Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas
CR	Comité das Regiões
CRP	Constituição da República Portuguesa
CRPM	Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa
DR	Diário da República
EM	Estado-Membro
EPARAM	Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira
ERR	Entrevistado Representante da Região
FC	Fundo de Coesão
FEADER	Fundo Europeu Agrícola e de Desenvolvimento Rural
FEAMP	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FSE	Fundo Social Europeu
GRAM	Governo Regional da Madeira
IDR	Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM
I&I	Investigação e inovação
I&DT	Investigação e desenvolvimento tecnológico
IDT&I	Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação
INE	Instituto Nacional de Estatística
JO	Jornal Oficial das Comunidades Europeias/Jornal Oficial da União Europeia
JORAM	Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira
NUTS	Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas

PDES	Plano de Desenvolvimento Económico e Social
PE	Parlamento Europeu
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNR	Programa Nacional de Reforma
PO	Programa Operacional
PO INTERVIR+	Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira
PO RUMOS	Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social
POSEIMA	Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade da Madeira e dos Açores
PTU	País e Território Ultramarino
QEC	Quadro Estratégico Comum
QFP	Quadro Financeiro Plurianual
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAM	Região Autónoma da Madeira
RUP	Região Ultraperiférica
TCE	Tratado da Comunidade Europeia
TCEE	Tratado da Comunidade Económica Europeia
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
TUE	Tratado da União Europeia
UE	União Europeia

## 1. INTRODUÇÃO

Encontram-se em negociação no quadro institucional da União Europeia (UE) as propostas sobre o Quadro Financeiro Plurianual (QFP)<sup>1</sup> da UE para o período de programação financeira 2014-2020 e as propostas legislativas sobre a política de coesão para o mesmo período de programação. O ano de 2013 constitui um ano crucial no panorama europeu para alcançar um acordo no âmbito das propostas referidas, tendo em vista o início de um novo ciclo de programação financeira da UE, em janeiro de 2014.

A Comissão Europeia (CE) apresentou, em 29 de junho de 2011, as propostas relativas ao referido QFP da UE para o período de programação financeira 2014-2020, que contempla, entre as demais dotações das áreas políticas mais relevantes da UE, a dotação orçamental destinada à política de coesão. Neste quadro, em 6 de outubro de 2011, a CE apresentou as propostas legislativas sobre a política de coesão para o período de programação 2014-2020, que incluem, entre outras:

- a *proposta de Regulamento do Parlamento Europeu (PE) e do Conselho que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), ao Fundo Social Europeu (FSE) e ao Fundo de Coesão (FC), ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e ao Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas (FEAMP), abrangidos pelo Quadro Estratégico Comum (QEC) e que estabelece disposições gerais relativas ao FEDER, ao FSE e ao FC e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006*<sup>2</sup>. Esta proposta é doravante designada por *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos*; e
- a *proposta de Regulamento do PE e do Conselho que estabelece disposições específicas relativas ao FEDER e ao objetivo de Investimento no Crescimento e no*

---

<sup>1</sup> A denominação QFP substitui a designação perspectivas financeiras, de acordo com a proposta da CE de renovação do *acordo Interinstitucional de 14 de julho de 2004 sobre a disciplina orçamental e a melhoria do processo orçamental para o período 2007-2013*, tendo em vista uma evolução no domínio institucional (COM (2004) 498 F de 14.07.2004).

<sup>2</sup> COM (2011) 615 F de 06.10.2011.

*Emprego e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1080/2006<sup>3</sup>, doravante denominada de proposta de Regulamento do FEDER.*

A *proposta de Regulamento do FEDER* constitui o objeto de estudo deste trabalho. A *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* mencionada, dado que dispõe sobre regras comuns e gerais no âmbito do FEDER, torna indispensável a sua abordagem no essencial. O fator tempo não permite que se proceda ao estudo das demais propostas legislativas da política de coesão, que constituem, também, instrumentos de políticas públicas fundamentais para a Região Autónoma da Madeira (RAM).

O tema do trabalho é *A Política de Coesão da União Europeia para o período 2014-2020 e as Regiões Ultraperiféricas - O caso da Região Autónoma da Madeira*. Sob esta temática pretende-se saber qual o impacto/reação das propostas de Regulamentos mencionadas, em particular da *proposta de Regulamento do FEDER* para o período de programação financeira 2014-2020 na RAM e qual a posição da Região sobre a mesma.

A RAM tem usufruído “desde a sua adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE)” do apoio financeiro dos fundos da UE a título da política de coesão, em particular no que se refere ao apoio ao abrigo do FEDER. A partir de 1992, a RAM é identificada como uma Região Ultraperiférica (RUP) da UE com determinadas especificidades que exigem a adaptação das políticas europeias, em especial no que se refere ao acesso das RUP aos fundos estruturais da UE. De acordo com a Comissão Europeia “A política de coesão representa um importante apoio às RUP com vista a progressão para uma convergência económica e social relativamente ao resto do território da UE” (2010d, p.3). No período de programação financeira 2007-2013, as RUP beneficiam, a título do FEDER, de 5 mil Milhões de Euros. Também neste período de programação financeira foi criada a dotação específica adicional, ao abrigo do FEDER, para atenuar os custos suplementares incorridos pelas RUP (Comissão Europeia, 2010d). Neste contexto, considera-se relevante proceder à análise da *proposta de Regulamento do FEDER* e da *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos*, para o período de programação 2014-2020, tendo em

---

<sup>3</sup> COM (2011) 614 F de 06.10.2011.

vista aferir qual o enquadramento a título da política de coesão previsto para a RAM pela UE no próximo ciclo de programação. Para tal, pretende-se analisar, através do método comparativo, estas propostas de Regulamentos com os correspondentes Regulamentos no período de programação financeira 2007-2013, em vigor:

- o *Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho, que estabelece disposições gerais sobre o FEDER, o FSE e o FC, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1260/1999*. Este Regulamento é doravante denominado *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos*; e
- o *Regulamento (CE) n.º 1080/2006 do PE e do Conselho, de 5 de julho, relativo ao FEDER e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1783/1999*, doravante designado *Regulamento do FEDER*.

A utilização do método comparativo tem por objetivo identificar os elementos que distinguem as propostas de Regulamentos, dos Regulamentos vigentes, no que se refere, em especial às disposições relacionadas com a RAM e esta enquanto RUP. Com os resultados obtidos pretende-se elaborar um conjunto de questões para a realização de uma entrevista ao Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM<sup>4</sup> (IDR), na qualidade de “coordenador operacional e técnico dos trabalhos relativos à preparação dos instrumentos de programação 2014-2020 na RAM, no âmbito da Política de Coesão da UE”<sup>5</sup>. Ao longo do trabalho referir-se-á a este como *Entrevistado Representante da Região* (ERR), dado que é quem representa a RAM na subcomissão especializada, criada no âmbito da Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus (CIAE)<sup>6</sup> para a negociação

---

<sup>4</sup> O IDR tem por missão coordenar as atividades de planeamento e de monitorização do modelo de desenvolvimento da RAM e coordenar e gerir a intervenção dos fundos europeus, nos termos do artigo 4.º do *Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/M, de 12 de novembro*, alterado pelo *Decreto Legislativo Regional n.º 38/2012/M, de 13 de dezembro*.

<sup>5</sup> Conforme o ponto 4 da *Resolução n.º 43/2013 de 30 de janeiro*, da Presidência do Governo Regional, que estabelece que a intervenção dos fundos comunitários incluídos no Quadro Estratégico Comum 2014-2020 para Portugal, subordina-se na Região às prioridades temáticas em matéria de crescimento e emprego sustentável, em consonância com as orientações estratégicas comunitárias e as exigências do processo de ajustamento orçamental em curso, bem como com os princípios gerais orientadores e as condicionalidades de apoio aplicáveis à boa gestão dos fundos comunitários, JORAM I Série, n.º 10, p.2.

<sup>6</sup> A CIAE " tem por missão assegurar a coordenação técnica e política entre os diversos ministérios e órgãos de governo das Regiões Autónomas, com vista ao estabelecimento de orientações concertadas e à definição das posições portuguesas junto das diferentes instituições da União Europeia." A CIAE exerce as suas funções junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de acordo com o artigo 1.º do *Decreto-Lei n.º 87/2012 de 10 de abril*.

do contrato de parceria de Portugal com a CE<sup>7</sup>, como será abordado no ponto deste trabalho relacionado com a programação regional. A transcrição da entrevista consta do Anexo II deste trabalho.

A pesquisa desenvolve-se em torno de um conjunto de questões, que moldam o modelo de análise:

- Quais as principais alterações entre a *proposta de Regulamento do FEDER* para o período de programação financeira 2014-2020 e o Regulamento do FEDER em vigor, no período de programação financeira 2007-2013, tendo por foco a RAM, e esta enquanto RUP?
- Qual a posição da RAM sobre a *proposta de Regulamento do FEDER* para o período de programação 2014-2020?
- A proposta apresentada sobre o FEDER para o período de programação 2014-2020 corresponde às solicitações da RAM?
- De que forma a RAM procura, eventualmente, influenciar a *proposta de Regulamento do FEDER*?
- Qual o resultado da eventual influência exercida pela RAM?

A pesquisa assenta numa metodologia qualitativa, com foco na análise documental. Os documentos em análise referem-se a documentos das Instituições e dos Órgãos da UE como os Regulamentos, as propostas de Regulamentos, as Decisões da CE, as Orientações, os Pareceres, os Relatórios, os documentos de trabalho, e a documentos de cariz institucional como Relatórios, Estudos, entre outros.

Quer-se aferir neste trabalho a perspetiva da europeização na RAM, em particular a ótica da europeização das políticas públicas regionais. Na abordagem das referidas propostas legislativas da política de coesão da UE para o período de programação financeira 2014-2020 na RAM, pretende-se entender se se contata na RAM o que é compreendido pelo mecanismo da europeização como processo de adaptação. Nas páginas seguintes abordar-se-á o que tem sido explicado como o fenómeno da europeização e as várias abordagens

---

<sup>7</sup> Nos termos do ponto 11 da *Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2012 de 26 de novembro* que determina as prioridades de intervenção em Portugal dos fundos comunitários incluídos no Quadro Estratégico Comum para o período 2014 -2020, D. R. I Série, n.º 228, p.6748.

que têm sido desenvolvidas acerca da europeização e, em especial, aquelas relacionadas com o mecanismo que se pretende avaliar na RAM no contexto deste trabalho.

## 2. EUROPEIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Europeização, de acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa significa “*ação ou efeito de europeizar*”, ou seja, “*dar feição europeia a*”<sup>8</sup>. Para Olsen (2002, p.921) trata-se de um conceito “elegante mas contestado”. A utilização do termo europeização é recente no âmbito da literatura sobre a integração europeia. Encontram-se a partir dos finais da década de 1980 e início da década de 1990 as primeiras publicações com referências à europeização. Na sua recente história constata-se a utilização do termo para descrever vários fenómenos e processos relacionados com a mudança, a nível interno dos EM, em resultado da influência do processo político europeu. Todavia, dada a diversidade de utilizações do termo europeização, Olsen (2002, p.921) refere que a europeização “não tem um único significado preciso ou estável”. Para Radaelli (2002) o termo europeização arrisca-se a um alongamento conceitual, dado que abrange a formulação de políticas públicas europeias e os efeitos das decisões europeias, entre outros, e afeta os EM e o mundo em geral.

Enquanto as teorias da integração europeia focam a sua investigação na criação do espaço político europeu e de que modo a integração europeia fortalece o Estado, enfraquece-o ou desencadeia dinâmicas de governação multinível, a europeização desloca a atenção para o âmbito nacional, no que se refere à implementação das políticas europeias, à difusão das práticas europeias e ao papel das instituições nacionais no processo de adaptação europeu.

Para compreendermos o que é a europeização, Radaelli (2002) considera que é preciso saber o que não é a europeização. A europeização não pode ser confundida com a convergência, a harmonização, a integração política e a formulação da política. Ela decorre da integração europeia e constitui um processo dessa integração (Radaelli, 2002; Töller, 2010).

A europeização é entendida como o ciclo de vida da política pública europeia, desde a sua formulação à sua implementação nos EM (Radaelli, 2002; Saurugger e Radaelli, 2008). É compreendido que a interligação inerente ao processo de formulação das políticas deve ser mantida afastada a nível conceptual da europeização. Radaelli (2002) sustenta a distinção entre o processo que conduz à formulação de uma política e a repercussão dessa política no

---

<sup>8</sup> <http://www.infopedia.pt/>.



espaço nacional, para não confundir europeização com processo político europeu. Neste sentido, no quadro da implementação de uma determinada política no âmbito nacional é considerado europeização o impacto da UE nos EM, no que respeita às políticas, às mudanças institucionais e à política dos partidos (Exadaktylos e Radaelli, 2009).

A avaliação da eficácia das políticas europeias no meio nacional e a análise da influência das oportunidades e dos constrangimentos da UE nas políticas nacionais são duas perspetivas do que pode ser entendido por europeização. Ela pode ser compreendida como um processo de adaptação, em sentido lato, à integração europeia. Esta perspetiva focaliza-se na retroação da integração europeia nos sistemas políticos nacionais. Vink e Graziano (2006, p.10) consideram cinco elementos para compreender o alcance da europeização no processo de adaptação nos EM:

- não se limita ao *top-down* na adaptação interna da integração europeia;
- inclusão dos efeitos diretos (“implementação da legislação europeia”) e dos efeitos indiretos (“efeitos horizontais da integração europeia”);
- ponderação do impacto diferencial da integração europeia para além do impacto uniforme (“harmonização e convergência”);
- consideração de todo o domínio potencial de impacto incluindo as várias dimensões políticas;
- generalização das dinâmicas de mudança aos efeitos do processo de integração regional.

A europeização pode ser analisada observando a mudança interna em matéria de substância política, institucional ou de comportamento político, no período anterior e posterior à introdução de uma dimensão europeia numa política interna. Na ótica da europeização, entendida como um processo de adaptação, os mecanismos de adaptação nos sistemas políticos nacionais são mais visíveis quando se trata do cumprimento de legislação europeia. A abordagem *top-down* é admitida na análise da europeização conduzida para a avaliação da eficácia e do desempenho da transposição de legislação europeia e não na explicação de mudanças internas decorrentes da integração europeia. Para analisar as mudanças internas de forma imparcial, Vink e Graziano (2006, p.12) propõem uma vertente *bottom-up-down*. A

partir da ótica interna, os autores propõem analisar a formulação das políticas europeias e, em consequência, determinar os efeitos no nível nacional. A esta perspetiva aplica-se o “raciocínio contra-factual”, dado que a análise da europeização para Vink e Graziano (2006, p.24) padece de um excesso do “fator europeu” para explicar as mudanças nacionais. Uma alternativa de análise das mudanças internas são os processos endógenos no sistema político nacional. Radaelli (2002) refere que a análise do impacto da política pública europeia no sistema político nacional deve ser conduzida em paralelo com a investigação de processos endógenos.

Uma outra vertente da europeização é a que nos é apresentada por Olsen (2002), autor que encara a europeização como a compreensão das dinâmicas da evolução do governo europeu, incluindo o seu desenvolvimento e impacto. Enquanto Vink e Graziano (2006) se referem ao impacto da integração europeia regional, Olsen (2002) reporta-se ao impacto do governo europeu. Os autores têm em comum a conceção da europeização como um processo de adaptação: a adaptação do sistema de governação nacional e sub-nacional ao sistema político europeu e às respetivas normas (Olsen, 2002; Vink e Graziano, 2006).

Olsen (2002) comprova impactos expressivos do nível europeu no nível interno, que traduzem variações de pressão e de adaptação dos governos nacionais. A mudança interna ocorre em resultado da rendição do nível nacional ao exercício da pressão da UE (Saurugger e Radaelli, 2008).

O debate sobre a europeização das políticas públicas, em particular a implementação das políticas europeias no nível nacional, constitui a vertente clássica da investigação da europeização. O interesse pela análise da europeização das políticas públicas tem revelado processos e mecanismos que vão além da mudança, ou falta dela, consequência da implementação das decisões europeias nos EM (Saurugger e Radaelli, 2008). Esta pode ter várias formas, influenciando todos os componentes das políticas, como os atores, os recursos e os instrumentos (Radaelli, 2002). É do senso comum entre os investigadores da europeização que a UE tem influenciado as políticas públicas nacionais (Saurugger e Radaelli, 2008).

Para Töller (2004, p.21), a europeização das políticas públicas reporta-se à influência da integração europeia na definição das políticas nacionais. A europeização é entendida como o

impacto da integração europeia, em geral, e das políticas europeias, em particular na formulação das políticas nacionais e que pode ser observada, em determinadas formas e graus, e analisada ou medida. Esta análise não deve estar limitada aos efeitos das políticas europeias e dos atos jurídicos, é necessário ter em conta outras práticas europeias que podem influenciar a formulação de políticas nacionais. A autora propõe três mecanismos de europeização das políticas públicas: “europeização por adaptação”, “europeização por aprendizagem” e “europeização por evasão”. Destaque-se o mecanismo de “europeização por adaptação”, desencadeado por uma norma europeia ao qual se aplica o dever de cumprir e adaptar nos EM (Töller, 2004, p.3), em semelhança ao já referido processo de adaptação de Vink, Graziano e Olsen.

Também Knill e Lehmkuhl (2002, p.256), à semelhança de Töller, procuram explicar o impacto das políticas europeias nas políticas nacionais, ao que acrescentam as instituições, através de três mecanismos de europeização, que podem ser conjugados: “conformidade institucional”, em semelhança ao mecanismo de europeização por adaptação de Töller, “mudança de estrutura de oportunidades internas” e “enquadramento de crenças e expectativas internas”. O mecanismo de europeização por adaptação é o fator mais importante a ser considerado no impacto interno das políticas públicas europeias (Knill e Lehmkuhl, 2002).

Radaelli (2002, p.123) considera dois tipos de mecanismos de europeização, o vertical e o horizontal. O mecanismo vertical distingue o nível europeu em que a política é formulada e o nível nacional em que a política é aplicada. Este nível tem por base a pressão adaptativa aos modelos europeus em similitude aos mecanismos de europeização por adaptação já referidos. O mecanismo horizontal é interpretado como um processo de mudança que envolve diferentes formas de ajustamento desencadeadas pelo mercado ou por padrões de socialização. Os mecanismos de europeização perfilham que a política europeia pretende alcançar conformidades nos EM através da aplicação de “instrumentos duros da política pública da UE”, o que conduz a um processo de adaptação dos EM.

No processo de adaptação, os EM adotam determinadas medidas para estarem em conformidade com os requisitos europeus que, por sua vez desencadeiam processos de mudança a nível nacional (Knill e Lehmkuhl, 2002). Quando já existe no nível nacional uma

dimensão europeia o processo de adaptação é baixo, não há necessidade de mudar as instituições nacionais e é mais fácil adaptar as políticas europeias (Radaelli, 2002, p.125).

Para Töller (2004), o fenómeno mais comum de europeização são as mudanças ocorridas nas políticas nacionais resultantes das diretivas e dos regulamentos da UE. A transposição das diretivas para o direito nacional dos EM é considerada como uma das mais comuns fontes de europeização (Saurugger e Radaelli, 2008). Outras fontes de europeização para além das diretivas são os regulamentos, as decisões do Conselho ou da CE (Töller, 2010). Referindo-se a Plehwe (2008), Töller (2004) menciona que os regulamentos são o instrumento mais difícil da legislação europeia e que poucas vezes foram analisados pela investigação da europeização. O que comprova que na variada literatura sobre a europeização que foi tida em conta para este trabalho poucas referências se tenha encontrado sobre os regulamentos.

As diferentes fontes de europeização causam diferentes impactos nas políticas públicas nacionais. Cada política pública nacional setorial é não só afetada pela sua correspondente a nível europeu como por outras políticas (Töller, 2010). O impacto das políticas europeias nas políticas nacionais é explicado com base em vários fatores. Para Knill e Lehmkuhl (2002) as políticas europeias podem desencadear reformas nacionais modificando estruturas de oportunidade nacionais num quadro de congruência entre o nível europeu e o nível nacional. Radaelli (2002, p.111) salienta que “os resultados da europeização podem influenciar o processo de reformulação da política europeia. Os atores nacionais podem aprender com a europeização e tentar mudar ou adaptar a política europeia”.

Saurugger e Radaelli (2008) introduzem uma nova dimensão na europeização que é a de criação de poder, resultante da interligação entre o nível nacional e o nível europeu. De acordo com Töller (2010), a autonomia dos EM na formulação das políticas nacionais fica limitada a partir do momento em que a CE apresenta uma proposta para um ato jurídico. Na perspetiva de Saurugger e Radaelli (2008), as relações de poder entre a UE e os EM são modificadas pelos atores nacionais, que por via do discurso utilizam as políticas europeias para legitimar mudanças políticas internas.

A investigação sobre a europeização das políticas públicas tem sido objeto de uma análise qualitativa. A vertente quantitativa da europeização no que se refere ao número de políticas públicas nacionais influenciadas pela legislação e políticas europeias ainda não foi abordada,

segundo Töller (2010). A autora declara necessário encontrar um método para avaliar de forma quantitativa a europeização das políticas públicas nacionais, saber o âmbito e a dimensão em que as decisões sobre estas políticas são moldadas por aquelas de nível europeu. A quantificação da europeização das políticas públicas nacionais assenta em duas hipóteses, as leis são o suporte das políticas públicas e os efeitos da europeização traduz-se nas leis nacionais. No entanto, Töller (2010) realça que estas duas suposições não se aplicam na mesma dimensão a todas as políticas ou poderão nem sequer se aplicar.

Pretende-se neste trabalho compreender se na preparação do período de programação financeira 2014-2020 na RAM ocorre o fenómeno da europeização, no que se refere às políticas públicas regionais, entendido como processo de adaptação, conforme exposto pelos autores Vink e Graziano, Olsen e Töller.

### 3. A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

#### 3.1. CARATERIZAÇÃO

O arquipélago da Madeira é composto pelas ilhas da Madeira, do Porto Santo, das Desertas, das Selvagens e pelos seus ilhéus<sup>9</sup>. As ilhas da Madeira e do Porto Santo são habitadas, em oposto às demais que são reservas naturais. O arquipélago situa-se no oceano Atlântico, a 900 km a sudoeste de Lisboa e a cerca de 700 km do continente africano. Vide Tabela 1.

TABELA 1 – DADOS GERAIS SOBRE A MADEIRA

DADOS GERAIS	MADEIRA
Área	801,1 Km
População (Censos de 2011)	267 785 Habitantes ( <i>unidade - mil habitantes</i> )
Capital	Funchal
Índice do PIB <i>per capita</i> (2011)	99,5%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e da Direção Regional de Estatística da Madeira (DRE).

A economia da RAM é de cariz terciário. O motor de crescimento da economia regional é o sector do turismo, em que as atividades relacionadas com o mesmo “assumem uma importância fulcral no ritmo de crescimento e na dinâmica de desenvolvimento da Região”<sup>10</sup> (Mateus & Associados, 2009, p.96). A construção e a administração pública são também elementos caracterizadores do tecido económico regional. O sector da construção tem tido um peso significativo na economia da RAM, reportado pelo elevado índice de construção de habitações e os investimentos em infraestruturas públicas na área das acessibilidades, na rede escolar e na saúde. O sector agrícola, por outro lado, é pouco representativo na

<sup>9</sup> Compreendendo “ainda o mar circundante e seus fundos, designadamente as águas territoriais e a zona económica exclusiva”, em conformidade com o artigo 3.º do Estatuto Político-Administrativo da RAM.

<sup>10</sup> No entanto, a grande conexão da RAM com o turismo conduz a uma elevada vulnerabilidade da mesma, dada a influência da crise internacional e dos desastres naturais (cheias de fevereiro de 2010) nos fluxos turísticos (Ismeri Europa, 2011).

economia, no entanto destaca-se pela importância para o tecido social e para a preservação da paisagem da RAM para fins turísticos. Refira-se no âmbito agrícola a produção de banana, de flores e do vinho Madeira, este, em particular, direcionado para o mercado externo. No sector industrial, as indústrias da RAM concentram as suas atividades nos produtos tradicionais, bordado e artigos de vime, e nos produtos para o mercado regional relacionados com a panificação, as massas alimentícias, os lacticínios, a cerveja e o vinho.

A partir de 1995 verificou-se na RAM uma elevada taxa de crescimento económico a que correspondia uma baixa taxa de desemprego<sup>11</sup>, que contrasta com a situação que a RAM vivencia desde 2008 (Ismeri Europa, 2011). Em 2009 o índice do PIB *per capita* da RAM correspondia a 105%, tendo, desde então, vindo a decrescer, apresentando em 2011 um índice de 99,5%. Em consequência da crise económica, a RAM atingiu níveis históricos da taxa de desemprego a 20,0%, no primeiro trimestre de 2013, e uma taxa de 18,8%, no segundo trimestre de 2013<sup>12</sup>.

O arquipélago da Madeira constitui uma região autónoma com autonomia político-administrativa regional<sup>13</sup>, dotada de um Estatuto Político-Administrativo<sup>14</sup> e de órgãos de Governo próprio, a Assembleia Legislativa Regional e o Governo Regional<sup>15</sup>.

A RAM constitui uma pessoa coletiva territorial com os respetivos poderes definidos na Constituição da República Portuguesa (CRP) e no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira (EPARAM). Na CRP os poderes da RAM relacionados com o processo de integração europeia estão dispostos nas alíneas v) e x) do n.º 1 do artigo 227.º, nos termos dos quais a RAM pronuncia-se:

---

<sup>11</sup> “aprox. 5% entre 2005-2007, tendo aumentado para 8,2% no 2.º trimestre de 2010” (Ismeri Europa, 2011, p.1).

<sup>12</sup> Dados do INE, 2.º trimestre de 2013.

<sup>13</sup> De acordo com o artigo 6.º sobre o *Estado Unitário* e o artigo 225.º sobre o *Regime Político e Administrativo das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira*, ambos da Constituição da República Portuguesa. E nos termos do artigo 1.º do Estatuto Político-Administrativo da RAM.

<sup>14</sup> *Lei n.º 130/99 de 21 de agosto* relativa à primeira revisão do Estatuto Político-Administrativo da RAM. De acordo com a alínea b) do artigo 161.º da Constituição da República Portuguesa, a Assembleia da República aprova o Estatuto Político-Administrativo da RAM para valer como lei geral da República.

<sup>15</sup> Em conformidade com o artigo 231.º da CRP sobre os *Órgãos de governo próprio das regiões autónomas* e com o artigo 6.º do Estatuto Político-Administrativo da RAM.

- "por sua iniciativa ou sob consulta dos órgãos de soberania, sobre as questões da competência destes que lhes digam respeito, bem como, em matérias do seu interesse específico, na definição das posições do Estado Português"<sup>16</sup>; e
- faz-se representar nas "instituições regionais e nas delegações envolvidas em processos de decisão da União Europeia, quando estejam em causa matérias que lhes digam respeito"<sup>17</sup>.

A Assembleia Legislativa da RAM (ALRAM) e o Governo Regional da Madeira (GRAM) participam no processo de construção europeia, nos termos definidos na CRP e no EPARAM<sup>18</sup>. É da competência da ALRAM estabelecer as orientações de intervenção da RAM no processo de integração europeia e acompanhar a atividade desenvolvida pelo GRAM.

No enquadramento europeu é atribuído à RAM um estatuto de RUP, disposto no artigo 104.º do EPARAM, no âmbito do qual a RAM ambiciona, a título da coesão económica e social da UE "a adopção de um sistema integrado de desenvolvimento"<sup>19</sup> e a aprovação "de políticas comunitárias específicas e adequadas às suas necessidades que possam contribuir para atenuar o afastamento dos centros económicos e a insularidade"<sup>20</sup>. No quadro nacional, o Estado português deve ter em conta as características ultraperiféricas da RAM no desenvolvimento harmonioso do território nacional<sup>21</sup> e garantir para a RAM, no âmbito do princípio da solidariedade, o apoio dos fundos da UE<sup>22</sup>.

### **3.1.1. A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA UMA REGIÃO ULTRAPERIFÉRICA**

A RAM integra o grupo das oito RUP da UE, reconhecidas no artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE):

---

<sup>16</sup> Alínea v), do n.º 1 do artigo 227.º da CRP.

<sup>17</sup> Alínea x), do n.º 1 do artigo 227.º da CRP. E de acordo com o artigo 96.º do EPARAM sobre a *Integração Europeia*.

<sup>18</sup> De acordo com as alíneas h), i) e j) do n.º 1 do artigo 36.º do EPARAM no que compete à ALRAM e segundo as alíneas v) e x) do artigo 69.º do EPARAM no que compete ao GRAM.

<sup>19</sup> De acordo com o n.º 2 do artigo 104.º do EPARAM.

<sup>20</sup> Segundo o n.º 3 do artigo 104.º do EPARAM.

<sup>21</sup> N.º 1 do artigo 104.º do EPARAM.

<sup>22</sup> N.º 3 do artigo 103.º do EPARAM.



- os quatro departamentos ultramarinos franceses, a Guadalupe, a Guiana Francesa, a Martinica e a Reunião;
- a coletividade ultramarina francesa de São Martinho<sup>23</sup>;
- as duas regiões autónomas portuguesas, os Açores e a Madeira; e
- a comunidade autónoma espanhola, as ilhas Canárias.

No grupo das RUP identificadas no mencionado artigo do TFUE encontra-se, ainda, a coletividade ultramarina francesa de São Bartolomeu, que a partir de 1 de janeiro de 2012 deixou de ter o estatuto de RUP e passou a constituir um País e Território Ultramarino (PTU) associado à UE<sup>24</sup>, a pedido da República Francesa, na sequência da vontade expressa pelos representantes eleitos da ilha de São Bartolomeu<sup>25</sup>. A partir de janeiro de 2014 o departamento ultramarino francês de Maiote<sup>26</sup> será a nona RUP da UE<sup>27</sup>.

O n.º 1 do artigo 355.º do TFUE dispõe sobre o âmbito de aplicação territorial dos Tratados às RUP, nos termos do artigo 349.º do TFUE. O direito da UE é aplicado de forma plena nas RUP. De acordo com o artigo 349.º do TFUE

tendo em conta a situação social e económica estrutural da Guadalupe, da Guiana Francesa, da Martinica, da Reunião, de Saint-Barthélemy, de Saint-Martin, dos Açores, da Madeira e das ilhas Canárias, agravada pelo grande afastamento, pela insularidade<sup>28</sup>, pela pequena superfície, pelo relevo e clima difíceis e pela sua

---

<sup>23</sup> A partir de julho de 2007, São Martinho e São Bartolomeu, parte integrante do departamento ultramarino francês de Guadalupe, tornaram-se coletividades ultramarinas francesas, na decorrência da vontade expressa da população, em 2003.

<sup>24</sup> Os PTU são os 21 países e territórios enumerados no Anexo II do TFUE e aos quais se aplicam as disposições da parte IV do TFUE.

<sup>25</sup> *Decisão n.º 2010/718/UE do Conselho Europeu, de 29 de outubro, que altera o estatuto da ilha de São Bartolomeu perante a União Europeia*, JO L 325, de 9.12.2010, p.4.

<sup>26</sup> *Decisão n.º 2012/419/UE do Conselho Europeu, de 11 de julho, que altera o estatuto de Maiote perante a União Europeia*, JO L 204, de 31.07.2012, p.131.

<sup>27</sup> Resultante de uma alteração introduzida pelo Tratado de Lisboa que entrou em vigor em 2009, o n.º 6, do artigo 355.º do TFUE dispõe que "por iniciativa do Estado-Membro interessado, o Conselho Europeu pode adotar uma decisão que altere o estatuto perante a União de um dos países ou territórios dinamarqueses, franceses ou neerlandeses" para o estatuto de RUP.

<sup>28</sup> A Guiana Francesa é um enclave na floresta amazónica, constituindo a única exceção no grupo das RUP.

dependência económica em relação a um pequeno número de produtos, fatores estes cuja persistência e conjugação prejudicam gravemente o seu desenvolvimento, o Conselho (...) adotará medidas específicas destinadas, em especial, a estabelecer as condições de aplicação dos Tratados a essas regiões, incluindo as políticas comuns.

(...) As medidas a que se refere o primeiro parágrafo incidem designadamente sobre

(...) as condições de acesso aos fundos estruturais.

No quadro de processos de desenvolvimento económico e social as características das RUP referidas no artigo são equiparadas a “fragilidades de natureza e com relevância estrutural”, que não são objeto de superação mas de compensação e de mitigação. Neste cenário as políticas europeias destinadas a atenuar os efeitos dos constrangimentos das RUP devem ser constantes e estáveis (Mateus & Associados, 2009, p.15).

As disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 355.º e do artigo 349.º do TFUE permitem que sejam aplicadas às RUP medidas específicas de adaptação das políticas. A materialização dessas medidas tem sido considerada insuficiente<sup>29</sup> “seja pela reduzida ambição e pela natureza das propostas apresentadas pela Comissão, seja por resistências que têm sido expressas no processo de decisão da União”, em particular no que concerne à política de coesão da UE (Mateus & Associados, 2009, p.16). Nos sucessivos períodos de programação financeira da UE verifica-se “que não foi até agora concretizada uma estratégia coerente de longo prazo de apoio pelos Fundos Europeus com carácter estrutural, prejudicando a previsibilidade dos financiamentos e a continuidade da concretização de instrumentos e medidas de desenvolvimento” (Mateus & Associados, 2009, p.17).

#### **3.1.1.1. PERSPETIVA HISTÓRICA**

Em 1986 Portugal aderiu à CEE juntamente com a Espanha, nos termos dos Atos relativos à Adesão do Reino de Espanha e da República Portuguesa às Comunidades Europeias. As

---

<sup>29</sup> No Memorando Conjunto das RUP, *As RUP no Horizonte 2020*, de 2009, “os Presidentes das RUP reafirmam fortemente a necessidade de uma abordagem diferenciada na aplicação das políticas comunitárias em benefício dos seus territórios, em coerência” com o artigo 349.º e o n.º 1 do artigo 355.º do TFUE. (RUP, 2009, p.3)

Regiões Autónomas portuguesas, Açores e Madeira integraram política e economicamente a Comunidade<sup>30</sup>. Foi estabelecida uma *Declaração comum sobre as especificidades do desenvolvimento económico e social das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira* em anexo aos Atos de Adesão, que reconheceu certas especificidades das Regiões Autónomas através de derrogações precisas na implementação das políticas comuns. A *Declaração* constituiu o compromisso da CEE em conceder especial atenção à política de desenvolvimento económico e social das Regiões Autónomas, tendo em vista superar as desvantagens resultantes da sua situação geográfica, distantes do continente europeu, a sua orografia específica, as profundas carências de infraestruturas e o atraso económico que estas regiões são alvo. Com a *Declaração* foram criadas as condições para o desenvolvimento de uma abordagem particular para a RAM (Jardim<sup>31</sup>, 2002, p.88) e "uma primeira abordagem da condição ultraperiférica e da necessidade de ter essa condicionante em conta" (Lopes, 2002, p.94).

A primeira abordagem da CEE aos problemas específicos da RAM foi materializada na Decisão do Conselho, n.º 91/315/CEE, de 26 de junho, que institui um Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade da Madeira e dos Açores (POSEIMA)<sup>32</sup>. O Programa POSEIMA pretendeu contribuir para a concretização dos seguintes objetivos:

- uma "melhor inserção da Madeira e dos Açores na Comunidade, estabelecendo um quadro adequado para a aplicação das políticas comuns nessas regiões";
- a "plena participação da Madeira e dos Açores na dinâmica do mercado interno, utilizando de forma otimizada as regulamentações e instrumentos comunitários existentes"; e
- a "recuperação económica e social dos Açores e da Madeira, através, nomeadamente, do financiamento comunitário das medidas específicas previstas no

---

<sup>30</sup> Resolução da Assembleia Regional n.º 2/85/M, de 27 de junho, que aprova a integração da RAM na adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, D. R., I Série, n.º 145, p. 1736.

<sup>31</sup> Presidente do GRAM desde 1978.

<sup>32</sup> JO L 171, de 29.06.1991, p.10.

Programa POSEIMA", conforme ponto 3.1. do Anexo da Decisão do Conselho que estabelece o *Programa POSEIMA*.

Para as ilhas Canárias foi estabelecido um programa de ação semelhante, designado de POSEICAN<sup>33</sup>. Em 1989 tinha sido adotado um programa equivalente para os departamentos ultramarinos franceses, denominado de *Programa de Opções Específicas para o Afastamento e a Insularidade dos Departamentos Ultramarinos Franceses (POSEIDOM)*<sup>34</sup>.

Até a adesão de Portugal e de Espanha à CEE, os quatro departamentos ultramarinos franceses (Guiana, Martinica, Guadalupe e Reunião) constituíam, desde o Tratado que instituiu a Comunidade Económica Europeia (TCEE), em 1957, também designado Tratado de Roma, as únicas regiões da Comunidade distantes geograficamente do continente europeu e com especificidades próprias. Para estes departamentos estava estipulado no artigo 227.º do TCEE uma integração gradual na CEE<sup>35</sup> e estava definido que as Instituições da CEE zelariam pelo seu desenvolvimento económico e social. Em 1986, com a integração das ilhas Canárias, dos Açores e da Madeira, a dimensão ultraperiférica da Comunidade foi reforçada (Lopes, 2003, p.93).

A concertação da ação dos departamentos ultramarinos franceses com as ilhas Canárias, os Açores e a Madeira, juntamente com os respetivos Estados-Membros (EM), concretizou-se na adoção da *Declaração n.º 26 relativa às Regiões Ultraperiféricas da Comunidade*, anexa ao Tratado da União Europeia (TUE)<sup>36</sup>, também designado de Tratado de Maastricht<sup>37</sup>, que tem por base os

desafios que se perfilhavam no horizonte - entrada em funcionamento do mercado interno, negociações comerciais multilaterais e criação da União Económica e

---

<sup>33</sup> Decisão n.º 91/314/CEE do Conselho, de 26 de junho, que institui um Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade das ilhas Canárias, JO L 171 de 29.06.1991, p.5.

<sup>34</sup> Decisão n.º 89/687/CEE do Conselho, de 22 de dezembro, que cria um Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e a Insularidade dos Departamentos Franceses Ultramarinos, JO L 399, de 30.12.1989, p.39.

<sup>35</sup> Em 1978, o Tribunal de Justiça através do Acórdão de Hansen esclareceu que todo o direito europeu aplica-se aos departamentos ultramarinos franceses.

<sup>36</sup> O TUE estabeleceu a criação da UE, que integra três pilares: as Comunidades Europeias, a política externa e de segurança comum e a cooperação policial e judiciária em matéria penal. A partir do TUE a CEE passou a constituir a Comunidade Europeia (CE).

<sup>37</sup> JO C 191 de 29.07.1992, p.104.

Monetária - postulavam a necessidade de dar a conhecer a nova dimensão ultraperiférica da União e de desenvolvê-la (Jardim, 2002, p.88).

A referida *Declaração* identificou os departamentos franceses ultramarinos, os Açores, a Madeira e as Ilhas Canárias como as RUP da Comunidade e reconheceu os condicionalismos específicos que as caracterizam "um atraso estrutural importante, agravado por diversos fenómenos (grande afastamento, insularidade, pequena superfície, relevo e clima difíceis, dependência económica em relação a alguns produtos), cuja constância e acumulação prejudicam gravemente o seu desenvolvimento económico e social". Nos termos da *Declaração*, a CEE considera a adoção de medidas específicas para as RUP

tendo em vista o desenvolvimento económico e social dessas regiões. Essas medidas devem visar simultaneamente os objectivos de realização do mercado interno e de reconhecimento da realidade regional, de modo a permitir que essas regiões ultraperiféricas consigam atingir o nível económico e social médio da Comunidade.

O conceito da ultraperiferia apareceu, assim, no direito europeu e concedeu às RUP "pela primeira vez, uma identidade própria e autónoma em relação às demais regiões europeias insulares e periféricas" (Jardim, 2002 p.88). A *Declaração* representou um compromisso político dos EM em dar mais apoio ao desenvolvimento das RUP.

Refira-se que foi por ocasião da realização da XVI Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa (CRPM)<sup>38</sup>, na Madeira, em 1988, que o Presidente do GRAM convidou os Presidentes das RUP para a primeira reunião que deu início à cooperação entre estas regiões. Esta cooperação foi formalizada, em 1995, na Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (CPRUP)<sup>39</sup> com a adoção do primeiro Protocolo de Cooperação

---

<sup>38</sup> A CRPM é uma organização inter-regional europeia, criada em 1973, que agrupa 160 regiões de 28 países da UE e do Conselho da Europa. Tem por objetivo assegurar que as necessidades e os interesses das Regiões Membro da CRPM são tidos em conta nas políticas com impacto territorial. A RAM é Membro da CRPM. Para mais informações vide <http://www.crpm.org/>.

<sup>39</sup> A CPRUP é constituída pelos Presidentes dos órgãos executivos das RUP e apoiada por um Comité de Acompanhamento composto por designados das administrações regionais das RUP. A CPRUP reúne-se uma vez por ano, no âmbito da qual produz uma Declaração Final que expressa a posição das RUP.

entre as RUP, com o propósito de representar os interesses destas regiões junto das Instituições e dos Órgãos da UE.

As RUP pretendiam um estatuto próprio no Tratado que lhes desse os meios para adquirirem um tratamento específico por parte da CEE. No caso da Madeira, "a linha de orientação (...) foi sempre a de garantir, na configuração institucional europeia, um estatuto próprio para a ultraperiferia, com dignidade jurídica de natureza constitucional" (Jardim, 2002 p.88). Pretensão concretizada pelo Tratado de Amsterdão que estabeleceu uma base jurídica para as RUP no n.º 2 do artigo 299.º do Tratado das Comunidades Europeias (TCE) <sup>40</sup>, na linha da *Declaração n.º 26* anexa ao TUE. Efetuou-se, deste modo, o reconhecimento formal do estatuto da ultraperiferia na UE. O n.º 2 do artigo 299.º do TCE <sup>41</sup> identifica e caracteriza as sete RUP e prevê as modalidades de ação da União em prol destas regiões, em particular a adoção de medidas específicas em diversos domínios, em especial nas condições de acesso aos fundos estruturais.

O Tratado de Lisboa, assinado em 13 de dezembro de 2007, <sup>42</sup> reconheceu o estatuto específico das RUP e arrumou as disposições específicas sobre as RUP no n.º 1 do artigo 355.º e no artigo 349.º do TFUE, conforme já mencionado.

A cooperação entre as RUP e as relações de parceria entre a CE e as RUP e entre a CE, as RUP e os respetivos EM têm sido objeto de aprofundamento e consolidação ao longo do processo de integração europeia. Apresenta-se no Anexo I uma Tabela que dispõe sobre as principais etapas do desenvolvimento das RUP no processo europeu.

### **3.2. CONTEXTUALIZAÇÃO**

Indissociável da caracterização económica e política da Madeira no presente, encontram-se os programas de assistência financeira do Estado português e da RAM. No contexto nacional, o *Programa de Ajustamento Económico de Portugal* decorre do Memorando de Entendimento assinado entre Portugal, a CE, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário

---

<sup>40</sup> JO C 340 de 10.11.1997, p.01.

<sup>41</sup> Este artigo resultou do desenvolvimento do n.º 2 do artigo 227.º do Tratado de Roma que disponha sobre os departamentos ultramarinos franceses.

<sup>42</sup> O Tratado de Lisboa alterou o TUE e o TCE, passando este último a designar-se de Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

Internacional, em maio de 2011. Constitui um programa de assistência financeira a Portugal pelo período de três anos, de 2011 a 2014, no montante de 78 mil Milhões de Euros, que obriga à redução do défice do Estado, à reestruturação do setor bancário e à realização de reformas estruturais que possibilitem um crescimento equilibrado e sustentado. No contexto regional, em 27 de janeiro de 2012, o GRAM assinou com a República Portuguesa um *Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira*, na sequência da solicitação de assistência financeira por parte do GRAM à República Portuguesa. O Programa integra um conjunto de medidas para a consolidação orçamental da RAM, tendo em vista a restauração da sustentabilidade das finanças públicas e o restabelecimento da capacidade autónoma de financiamento. A redução da despesa pública e o aumento da receita são dois elementos comuns a ambos os *Programas de Ajustamento Económico*, que têm consequências na intervenção dos fundos da UE na RAM no período de programação atual, 2007-2013, e no próximo período, 2014-2020, conforme será abordado neste trabalho.

## 4. POLÍTICA DE COESÃO

### 4.1. PERSPETIVA HISTÓRICA

A coesão económica, social e territorial é entendida no quadro da UE como a expressão da solidariedade entre os EM e as suas regiões, tendo em vista promover o desenvolvimento equilibrado do território da União e a redução das diferenças estruturais entre as regiões. A coesão concretiza-se na política regional da UE, também designada política de coesão, através da intervenção financeira dos fundos da UE nos EM e nas regiões.

O TCEE não previu, em 1957, o estabelecimento de uma política regional, o que, segundo Pires (1984), se explica pelo facto de nesta data as políticas regionais dos EM estarem a principiar. No entanto, no Preâmbulo do TCEE encontra-se a alusão aos desequilíbrios regionais já presentes na Comunidade e a referência ao que é entendido como coesão económica e social "para garantir o desenvolvimento harmonioso pela redução das disparidades entre as diversas regiões e o atraso das menos favorecidas". O artigo 2.º do TCEE refere-se à promoção do desenvolvimento harmonioso na Comunidade, no âmbito do qual foi previsto a criação de dois instrumentos de solidariedade, o Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA)<sup>43</sup>.

O princípio da política regional da Comunidade data da Cimeira de Paris, em outubro de 1972, que determinou a institucionalização do FEDER, a partir de 1 de janeiro de 1975. Tal sucede às negociações para o primeiro alargamento da CEE<sup>44</sup>, que evidenciou as disparidades regionais existentes na Comunidade, exacerbadas pelo retrocesso económico causado pela crise do petróleo de 1973/1974<sup>45</sup>. O FEDER é criado com o objetivo de reduzir as assimetrias regionais entre os EM da CEE, através do apoio à concretização de infraestruturas e de investimentos geradores de emprego, tornando-se no principal meio de

---

<sup>43</sup> Estes dois fundos tinham por objetivo a redução dos efeitos negativos resultantes da integração económica nos domínios social e da agricultura nos EM da CEE. O FSE enquadra-se no âmbito da política regional, no objetivo da coesão económica e social através do apoio à inserção profissional dos desempregados e do apoio à população menos desenvolvida no mercado laboral.

<sup>44</sup> Em 1973 com a adesão da Irlanda, da Dinamarca e do Reino Unido.

<sup>45</sup> Em outubro de 1973, no seguimento do conflito israelo-árabe, os países produtores de petróleo do Médio Oriente aumentaram os preços e limitaram as exportações para alguns países europeus, provocando problemas económicos na CEE.



intervenção da política regional nas regiões e nos EM da CEE. De acordo com Pires (1984), a criação do FEDER institucionalizou a política regional como uma política comum e autónoma da CEE. O *Regulamento (CEE) n.º 724/75 do Conselho, de 18 de março, que estabelece o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional*<sup>46</sup> constituiu o primeiro Regulamento que deu aplicação a este fundo. O FEDER procurou apoiar as políticas regionais nacionais e repartir os meios financeiros que lhe estavam reservados por cada um dos EM através de

um sistema de quotas por país em função das dimensões, níveis de desenvolvimento e graus de assimetria regional relativos de cada um, por forma a assegurar uma distribuição das dotações do Fundo que beneficiasse as regiões mais desfavorecidas da CEE (Pires, 1984, p.11).

Os primeiros anos de funcionamento do FEDER consistiram em apoiar projetos preestabelecidos nos EM e selecionados e apresentados por estes à CEE, com pouca predominância europeia. No final da década de 1970 e início da década de 1980, no contexto de retrocesso económico da crise do petróleo, foi colocada em causa a eficácia da intervenção europeia no quadro da política regional, em razão da insuficiência dos recursos financeiros a título desta política e da ineficácia demonstrada pelo FEDER. Para corrigir esta situação, a CE apresentou, em 1981, uma proposta de revisão do *Regulamento do FEDER*<sup>47</sup>, cuja discussão da proposta apresentada prolongou-se durante os anos subsequentes, entre a CE e os EM, sem qualquer resultado. Em sequência, o Conselho Europeu de Estugarda, de junho de 1983, mandatou a CE para apresentar propostas com o objetivo de incrementar a eficácia dos fundos estruturais (Pires, 1984). A CE apresentou um relatório e propostas sobre os meios para aumentar a eficácia dos fundos estruturais<sup>48</sup> que conduziram à aprovação do *Regulamento (CEE) n.º 1787/84 do Conselho, de 19 de junho, relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional*<sup>49</sup>.

---

<sup>46</sup> JO L 73, de 21.03.1975, p.1.

<sup>47</sup> COM (1981) 589 F de 26.10.1981.

<sup>48</sup> COM (1983) 501 F de 28.07.1983.

<sup>49</sup> JO L 169, de 28.06.1984, p.1.

Com o Ato Único Europeu (AUE), em 1986, a política regional foi consagrada sob o *Título V da Coesão Económica e Social*, no âmbito dos artigos 130.º-A a 130.º-E do TCEE. Foi atribuído à política regional o objetivo da coesão económica e social, nos termos do artigo 130.º-A do TCEE<sup>50</sup>

a fim de promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da Comunidade, esta desenvolve e prossegue a sua acção tendente ao reforço da sua coesão económica e social. Em especial, a Comunidade procura reduzir a diferença entre as diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas.

O FEDER foi institucionalizado no artigo 130.º-C do TCEE, nos termos do qual "tem como objectivo contribuir para a correcção dos principais desequilíbrios regionais da Comunidade através de uma participação no desenvolvimento e no ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas e na reconversão das regiões industriais em declínio". O AUE representou a primeira alteração substancial do Tratado fundador da CEE e o primeiro impulso dado pela Comunidade à política regional. Aluda-se também ao objetivo determinado de criação de um mercado interno da Comunidade até 1993.

O segundo e terceiro alargamento da CEE, à Grécia em 1981, e a Portugal e a Espanha em 1986, acentuaram as disparidades de desenvolvimento na Comunidade e exigiram um reforço do apoio dos fundos em prol destes EM.

Em julho de 1988, o Conselho aprovou o *Regulamento (CEE) n.º 2052/1988, de 24 de junho, relativo às missões dos fundos com finalidade estrutural, à sua eficácia e à coordenação das suas intervenções, entre si, com as intervenções do Banco Europeu de Investimento e com as dos outros instrumentos financeiros existentes*<sup>51</sup>. Para Hübner<sup>52</sup> (Comissão Europeia, 2008b) este Regulamento representa o início da política de coesão. Em dezembro de 1988 foram adotados:

---

<sup>50</sup> No contexto deste trabalho, a partir do AUE, passa-se a usar a designação de política de coesão para se referir à política regional.

<sup>51</sup> JO L 185, de 15.07.1988, p.9.

<sup>52</sup> Comissária Europeia responsável pela Política Regional no período de 2004 a 2009.

- o Regulamento (CEE) n.º 4253/88 do Conselho, de 19 de dezembro, que estabelece as disposições de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 2052/88<sup>53</sup>; e
- o Regulamento (CEE) n.º 4254/88 do Conselho, de 19 de dezembro, que estabelece as regras de execução do Regulamento (CEE) n.º 2052/88 no que respeita ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional<sup>54</sup>.

Os Regulamentos adotados representaram uma viragem no modelo de funcionamento dos fundos. De uma seleção de projetos anual da responsabilidade dos EM sucedeu uma programação estratégica plurianual, baseada numa parceria entre regiões, EM e a CE. Foi introduzido um conjunto de princípios no âmbito da política de coesão que constituem no presente o suporte desta política, o princípio da concentração dos fundos num número restrito de objetivos focalizados nas regiões menos desenvolvidas, o princípio da programação plurianual dos fundos, o princípio da parceria entre a CE, os EM e as autoridades regionais e o princípio da adicionalidade, segundo o qual o apoio dos fundos é complementar às despesas do EM. Foram definidos cinco objetivos prioritários para a política de coesão:

- fomentar o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas;
- reconverter as regiões atingidas pelo decréscimo industrial;
- combater o desemprego;
- promover a inserção profissional dos jovens;
- desenvolver as estruturas agrícolas; e
- fomentar o desenvolvimento das zonas rurais (Comissão Europeia, 2008b).

O período de programação financeira 1988-1993 correspondeu à primeira aplicação das disposições regulamentares dos fundos estruturais (FEDER, FSE e FEOGA, secção orientação) da CEE. Nas perspetivas financeiras para o referido período, conhecidas por Pacote Delors

---

<sup>53</sup> JO L 374, de 31.12.1988, p.1.

<sup>54</sup> JO L 374 de 31.12.1988, p.15.

I<sup>55</sup>, constatou-se um aumento dos recursos financeiros destinados à política de coesão. Hübner (Comissão Europeia, 2008b, p.2) referiu que a partir de 1988

as políticas da UE (...) sofreram uma alteração radical. A identificação das regiões mais carenciadas, a definição de prioridades, o envolvimento das instituições locais e a imposição de normas de gestão, controlo e avaliação comuns, todos estes elementos criaram não só resultados concretos, mas também um sistema único de governação a vários níveis.

Também Dirk Ahner<sup>56</sup> (Comissão Europeia, 2008b) considerou que o ano de 1988 marcou o início da política de coesão, pois, segundo o mesmo, desde então a CEE passou da gestão de projetos para uma abordagem estratégica centrada nos intervenientes regionais. A política de coesão foi moldada com vista a atingir o desenvolvimento equilibrado e sustentável das regiões da Europa.

Em 1992, o TUE estabeleceu a coesão económica e social entre os objetivos da UE, conforme ao artigo 3.º do TUE. A base jurídica da política de coesão ficou consagrada entre os artigos 158.º a 162.º do TCE. O TUE institucionalizou um novo mecanismo de solidariedade da UE, o Fundo de Coesão (FC)<sup>57</sup>, que reforçou o objetivo da coesão económica e social da UE.

Os objetivos de concretização do mercado interno da UE, determinado pelo AUE, e de realização da União Económica e Monetária, estabelecido pelo TUE, foram condutores de oportunidades de crescimento para os EM, mas também de realce das desigualdades de desenvolvimento entre os mesmos, tornando a política de coesão mais necessária no espaço europeu (Comissão Europeia, 2008b). Neste contexto, nas perspetivas financeiras da UE para o período de programação financeira 1994-1999, designadas por Pacote Delors II, houve um reforço da dotação dos fundos e realizou-se uma reforma dos Regulamentos ao abrigo da

---

<sup>55</sup> Jacques Delors presidiu à CE entre 1985 e 1995. Durante este período apresentou as perspetivas financeiras da CEE para dois períodos de programação que ficaram conhecidos como o Pacote Delors I, para o período de programação financeira 1989-1992, e o Pacote Delors II, para o período de programação financeira 1993-1999.

<sup>56</sup> Diretor-Geral da Direção-Geral da Política Regional (DG REGIO) da CE, no período de 2007 a 2009.

<sup>57</sup> O FC tem por propósito apoiar projetos de infraestruturas nos domínios do ambiente e dos transportes nos EM, cujo PIB *per capita* é inferior a 90% da média do PIB da UE.

política de coesão, com a finalidade de adaptar as prioridades desta política às alterações económicas e proceder a alguns ajustamentos no processo de programação, acompanhamento e controlo dos fundos. Em julho de 1993 foram adotados:

- o *Regulamento (CEE) n.º 2081/93 do Conselho, de 20 de julho, que altera o Regulamento (CEE) n.º 2052/88, relativo às missões dos fundos com finalidade estrutural, à sua eficácia e à coordenação das suas intervenções, entre si, com as intervenções do Banco Europeu de Investimento e com as dos outros instrumentos financeiros existentes*<sup>58</sup>;
- o *Regulamento (CEE) n.º 2082/93 do Conselho, de 20 de julho, que altera o Regulamento (CEE) n.º 4253/88, que estabelece as disposições de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 2052/88*<sup>59</sup>; e
- o *Regulamento (CEE) n.º 2083/93 do Conselho, de 20 de julho, que altera o Regulamento (CEE) n.º 4254/88, que estabelece as regras de execução do Regulamento (CEE) n.º 2052/88 no que respeita ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional*<sup>60</sup>.

Os Regulamentos confirmaram os princípios da política de coesão incluídos nos Regulamentos anteriores e mantiveram os cinco objetivos prioritários estabelecidos a título da política de coesão. Na sequência do alargamento da UE, em 1995, à Áustria, Suécia e Finlândia foi acrescentado um sexto objetivo, tendo em vista o desenvolvimento das regiões com uma densidade populacional muito baixa.

O Conselho Europeu de Lisboa, de 23 e 24 de março de 2000, acordou numa Estratégia para a UE, denominada de *Estratégia de Lisboa*, com vista a tornar a UE a economia do conhecimento mais competitiva do mundo, com capacidade para assegurar um crescimento económico e sustentável com mais empregos e maior coesão social<sup>61</sup>. No seguimento da adoção desta Estratégia, as prioridades da política de coesão foram alteradas para ter em conta as prioridades do crescimento, do emprego e da inovação introduzidas pela Estratégia.

---

<sup>58</sup> JO L 193 de 31.07.1993, p. 5.

<sup>59</sup> JO L 193 de 31.07.1993, p.20.

<sup>60</sup> JO L 193 de 31.07.1993, p.34.

<sup>61</sup> O Conselho Europeu de 15 e 16 de junho de 2001 acrescentou à *Estratégia de Lisboa* uma dimensão ambiental e acordou numa estratégia de desenvolvimento sustentável para a UE.

As perspetivas financeiras para o período de programação financeira 2000-2006, designadas por Agenda 2000, procuraram preparar a UE para o maior alargamento da sua história<sup>62</sup>. Contudo, a concretização dos objetivos da *Estratégia de Lisboa* mostrou-se difícil numa UE com níveis de disparidade entre os EM bastante significativos, em que a média do PIB *per capita* dos novos EM era inferior a metade da média da UE (Comissão Europeia, 2008b). Neste quadro, a CE (2004) considerou necessário proceder à reforma dos Regulamentos a título da política de coesão para melhor responder aos novos desafios. O terceiro período de programação financeira da UE, 2000-2006, representou a adoção de novos Regulamentos:

- o Regulamento (CE) n.º 1260/1999, de 21 de junho, que estabelece Disposições Gerais sobre os Fundos Estruturais<sup>63</sup>; e
- o Regulamento (CE) n.º 1783/1999 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho, relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional<sup>64</sup>.

Neste período de programação financeira constatou-se o agrupamento no Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos do Regulamento de coordenação e de algumas disposições do Regulamento de Execução em vigor no período anterior. Ao abrigo dos Regulamentos adotados os objetivos prioritários a título da política de coesão foram reduzidos de seis para três:

- promover o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas;
- apoiar a reconversão económica e social das áreas com dificuldades estruturais; e
- apoiar as políticas de educação, de formação e de emprego (Comissão Europeia, 2008b).

Nos termos da cláusula de reexame dos Regulamentos, estes deveriam ser reexaminados até 31 de dezembro de 2006. Em conformidade, foram adotados:

---

<sup>62</sup> Em 2004 aderiram à UE, dez países, o Chipre, a República Checa, a Estónia, a Hungria, a Letónia, a Lituânia, a Malta, a Polónia, a Eslovénia e a Eslováquia.

<sup>63</sup> JO L 161 de 26.06.1999, p.1.

<sup>64</sup> JO L 213 de 13.08.1999, p.1.

- o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho, que estabelece Disposições Gerais sobre o FEDER, o FSE e o FC, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1260/1999<sup>65</sup>; e
- o Regulamento (CE) n.º 1080/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de julho, relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1783/1999<sup>66</sup>.

Estes Regulamentos encontram-se em vigor no período de programação financeira 2007-2013, em que o objetivo principal da política de coesão permanece a redução das desigualdades entre os EM e as regiões, pela focalização dos fundos nas regiões menos desenvolvidas. A política de coesão continua a investir no crescimento e no emprego da UE (Comissão Europeia, 2007).

Em 2007, o Tratado de Lisboa acrescentou a dimensão territorial no âmbito do objetivo da coesão económica e social da UE. Para Hübner (Comissão Europeia, 2008c, p.9), a dimensão territorial encontra-se no meio da política de coesão desde o seu início, “o Tratado de Lisboa tornará visível e explícito o objectivo da coesão territorial” e “a futura política de coesão aprofundará a dimensão territorial do desenvolvimento”. A coesão económica, social e territorial está consagrada nos artigos 174.º a 178.º do TFUE<sup>67</sup>.

Em 2010, no quadro da adoção da nova *Estratégia para um Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo da UE*, designada *Estratégia Europa 2020*<sup>68</sup>, a CE (2010a, p.25) elegeu a política de coesão como uma política de investimento para a realização dos objetivos da Estratégia “a política de coesão e os fundos estruturais (...) constituem mecanismos primordiais para atingir os objectivos prioritários de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo a nível dos Estados-Membros e das regiões”.

---

<sup>65</sup> JO L 210 de 31.07.2006, p.25.

<sup>66</sup> JO L 210 de 31.07.2006, p.1.

<sup>67</sup> Ex-artigos 158.º a 162.º do TCE.

<sup>68</sup> Adotada pelo Conselho Europeu de 17 de junho de 2010, estabeleceu os seguintes objetivos para a UE: aumentar para 75% a taxa de emprego; elevar para 3% do PIB o investimento na investigação; reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20%, aumentar em 20% a utilização das energias renováveis e crescer em 20% a eficiência energética; aperfeiçoar os níveis de educação, reduzindo a taxa de abandono escolar para um valor inferior a 10% e aumentando para 40% a população com idades entre 30-34 anos com ensino superior ou equivalente; e promover a inclusão social, reduzindo a pobreza. Vide COM (2010) 2020 de 03.03.2010.

## 4.2. O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO APÓS 2013

Para abordar o futuro da política de coesão após 2013, torna-se necessário retroceder ao ano de 2007, quando teve início o debate sobre esta questão. A política de coesão permanece, em 2007, como um pilar fundamental do processo de integração europeia. Apesar dos esforços desenvolvidos, através do aumento das várias dotações a título da política de coesão e do aperfeiçoamento da política a partir de 1988 com o objetivo de reduzir as desigualdades no território da União, conforme já referido, continuava-se a constatar grandes disparidades de desenvolvimento na UE. De acordo com o Comité das Regiões (CR) (2008) comprovava-se, em particular, um atraso de desenvolvimento nas RUP.

O *Quarto Relatório sobre a Coesão Económica e Social*<sup>69</sup>, apresentado pela CE<sup>70</sup> em maio de 2007, expôs os desafios que se colocam à política de coesão após o período de programação financeira 2007-2013, entre os quais a globalização, as alterações climáticas, o aprovisionamento energético e a evolução demográfica. Em sequência, no *Quarto Fórum Europeu da Coesão*<sup>71</sup>, realizado em 27 e 28 de setembro de 2007, foi lançada uma consulta pública para auscultar todos os interessados sobre o futuro da política de coesão, em particular, para refletir sobre a adaptação desta política aos novos desafios e a sua materialização no futuro. Deu-se, assim, início ao debate sobre o futuro da política de coesão após 2013.

Os desafios apresentados pela CE no âmbito do referido Relatório, apresentam repercussões em todos os EM e em todas as regiões da UE, desde as regiões consideradas menos desenvolvidas às regiões mais desenvolvidas, em amplitudes diferentes. Neste quadro, o PE (2008) sustentou a aplicação de uma política de coesão diferenciada no território da UE. No caso das RUP, o desafio do abastecimento energético tem graves consequências nestas regiões, dado que associado à forte dependência energética das RUP está a sua subordinação aos transportes. O aumento dos preços da energia nas RUP poderá limitar, em grande medida, o seu potencial de crescimento (Comité das Regiões, 2008; Parlamento

---

<sup>69</sup> COM (2007) 273 F de 30.05.2007.

<sup>70</sup> Nos termos do artigo 175.º do TFUE, a CE apresenta ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, de três em três anos, um relatório sobre os progressos realizados na coesão económica, social e territorial.

<sup>71</sup> Promovido pela Direção Geral da Política Regional (DG REGIO) da Comissão Europeia.



Europeu, 2008). As alterações climáticas são uma outra questão sensível para as RUP. O CR (2009) propôs obter vantagens do desafio das alterações climáticas através da realização de avaliações de impacto e do desenvolvimento de investigação de soluções nas RUP em prol da UE.

A política de coesão após 2013 deverá focalizar-se no crescimento e no emprego em todas as regiões, procurando uma convergência das regiões mais atrasadas e envolvendo os órgãos de poder local e regional, mais proximamente, na conceção e na implementação da política de coesão (Comité das Regiões, 2008). Neste envolvimento o PE (2008) sustentou a articulação com os parceiros económicos e sociais no quadro de uma governação a vários níveis, europeu, nacional, regional e local (Comité das Regiões, 2008).

O *Quinto Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social*<sup>72</sup>, apresentado pela CE em junho de 2008, integrou um resumo das contribuições rececionadas no âmbito da consulta pública lançada em setembro de 2007 sobre o futuro da política de coesão. Os contributos recebidos demonstraram a importância da política de coesão na integração europeia. Refira-se alguns dos elementos comuns das contribuições recebidas:

- o apelo a uma política de coesão em benefício de todas as regiões e não apenas das regiões mais pobres, conforme sustentado pelo CR e pelo PE;
- uma focalização do apoio em áreas chave como a inovação, a educação, o apoio às pequenas e médias empresas (PME), as infraestruturas com valor acrescentado europeu e o combate às alterações climáticas;
- uma maior coordenação entre a política de coesão e outras políticas sectoriais da UE, como manifestado pelo CR e pelo PE;
- uma simplificação da política de coesão, ao que o CR acrescentou no respeito pelos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade;
- um maior envolvimento das autoridades locais e regionais. O CR (2009) sustentou uma parceria entre todos os níveis de governo, desde a conceção à avaliação dos

---

<sup>72</sup> COM (2008) 371 F de 18.06.2008.

programas, conforme referido no *Quarto Relatório sobre a Coesão Económica e Social* ; e

- um apelo a complementar o produto interno bruto (PIB) *per capita* com outras medidas de bem-estar e de melhoria do nível de vida.

A proposta do CR (2009) de complementar o critério do PIB *per capita* com outros indicadores que permitam avaliar as disparidades de desenvolvimento acompanha o debate sobre o futuro da política de coesão e as negociações das propostas legislativas sobre a política de coesão que decorrem ao nível das Instituições da UE. No caso da avaliação das desigualdades de desenvolvimento das RUP é necessário a tomada em conta das características geográficas destas regiões.

O *Quinto Relatório Intercalar* mencionado constituiu mais um passo para o aprofundamento do debate sobre a política de coesão, introduzindo algumas mudanças na arquitetura da política de coesão após 2013. Destaque-se o agrupamento das regiões em três categorias, as regiões de convergência, as regiões em transição e as regiões competitividade regional e emprego. As regiões em transição constituem uma nova categoria de regiões que correspondem às regiões que recebem apoio transitório no atual período de programação financeira 2007-2013, de que o CR (2009) é defensor. O *Quinto Relatório Intercalar* (Comissão Europeia, 2008a, p.7) refere que "não se questionam os mecanismos existentes em favor de algumas regiões específicas, tais como as regiões ultraperiféricas".

Segundo Barca (2009, p.8)<sup>73</sup>, "a política de coesão deve passar por uma ampla reforma para poder responder aos desafios que se colocam à União". Para tal, Barca (2009) defendeu uma reforma da política sustentada em dez pilares, dos quais destaca-se:

- a concentração de cerca de 65% dos recursos disponíveis ao abrigo dos fundos em três ou quatro prioridades principais. Para Barca (2009) e Hübner (2009)<sup>74</sup> a seleção das prioridades principais deve resultar de um debate político;

---

<sup>73</sup> A pedido da Comissão Europeia, Danuta Hübner, Fabrizio Barca, Diretor-Geral no Ministério das Finanças e da Economia de Itália elaborou um relatório independente designado *An Agenda For a Reformed Cohesion Policy*, datado de abril de 2009.

<sup>74</sup> Danuta Hubner apresentou na reunião informal dos Ministros da política regional que se realizou entre 22 e 24 de abril de 2009, na República Checa, um documento de reflexão sobre o futuro da política de coesão.

- um *Quadro de Desenvolvimento Estratégico Europeu* para a política de coesão que estabeleça princípios para a realização das prioridades e um conjunto de indicadores para avaliar o desempenho;
- um *Contrato de Desenvolvimento Estratégico Nacional* celebrado entre a CE e os EM, baseado num compromisso para alcançar resultados;
- o estabelecimento de um conjunto de condições *ex ante* à atribuição do financiamento e um sistema de avaliação do progresso para atingir as metas fixadas;

Para Barca (2009), os critérios de atribuição dos fundos aos EM e às regiões são determinados de acordo com o critério do PIB *per capita*. Para o PE (2012, p.6) o critério do PIB *per capita* para determinar a elegibilidade das RUP aos fundos "não reflete a sua realidade específica e contraria o espírito do Estatuto da Ultraperiferia e o próprio Tratado", pelo que defendeu outros indicadores.

A crise financeira e a recessão económica na UE revelaram, segundo Samecki (2009)<sup>75</sup> e Hübner (2009), deficiências estruturais em muitos EM e regiões da UE, independentemente do seu nível de desenvolvimento económico e social. O que exige um reforço da aplicação da política de coesão, mais relevante no período pós crise, segundo Samecki (2009), ao que acresce o papel do FEDER no apoio ao desenvolvimento e ao ajustamento estrutural das regiões (Comité das Regiões, 2009; Hübner, 2009). Para o PE (2012, p.5) a crise económica "afetou particularmente as RUP, pondo em evidência as lacunas estruturais das suas economias e a sua dependência face ao exterior".

Para Samecki (2009), a preparação do próximo período de programação financeira 2014-2020 constitui a ocasião para aumentar a eficácia e a qualidade da política de coesão e a sua concentração nos resultados. Uma maior ligação entre performance *versus* resultados e entre incentivos *versus* condicionalidades ajuda a aumentar a eficácia da política de coesão. Hübner (2009) referiu, além dos elementos mencionados, que uma maior focalização nos resultados melhora o impacto e o valor acrescentado da política de coesão.

---

<sup>75</sup> Pawel Samecki, Comissário Europeu responsável pela política regional nos anos 2009 e 2010, apresentou, no âmbito do debate sobre o futuro da política de coesão, um *Documento de Orientação sobre o Futuro da Política de Coesão*, datado de dezembro de 2009.

Para maximizar o impacto da política de coesão, Samecki (2009) e Hübner (2009) sustentaram a concentração da política de coesão num número restrito de prioridades alinhadas com as prioridades da UE. Samecki (2009) referiu-se ao alinhamento com a *Estratégia Europa 2020*, enquanto Hübner (2009) defendeu que a escolha das prioridades deve ser objeto de um processo estratégico entre a UE e os EM. Baleiras (2009) considerou que a política de coesão como política de desenvolvimento económico da UE deve estar alinhada com o paradigma de desenvolvimento da UE, tendo em consideração a dimensão ultraperiférica (Parlamento Europeu, 2012).

Em novembro de 2010, a CE apresentou o *Quinto Relatório sobre a Coesão Económica, Social e Territorial* e as *Conclusões do Quinto Relatório sobre a Coesão Económica, Social e Territorial: o futuro da Política de Coesão*<sup>76</sup>. Nestas Conclusões a CE descreveu o que considerou que deveria constituir a reforma da política de coesão e lançou um grupo de questões sobre o futuro desta política que estiveram em processo de consulta pública até 31 de janeiro de 2011<sup>77</sup>. A Comissão Europeia (2010b, p.8) referiu que em consequência do agravamento dos problemas de desenvolvimento das RUP decorrentes das suas características geográficas é ponderado, no futuro da política de coesão, o desenvolvimento de "disposições destinadas a reflectir estas especificidades, sem ser obrigatório multiplicar os instrumentos e os programas". A RAM<sup>78</sup> e as RUP<sup>79</sup> expressaram a sua posição sobre as propostas expostas nas Conclusões do Quinto Relatório que se agrupa, de forma sintética, na Tabela 2.

---

<sup>76</sup> COM (2010) 642 de 9.11.2010.

<sup>77</sup> O *Quinto Fórum sobre a Coesão Económica, Social e Territorial*, realizado em janeiro de 2011 constituiu um debate sobre o futuro da política de coesão na base do *Quinto Relatório sobre a Coesão Económica, Social e Territorial*.

<sup>78</sup> Contributo da RAM, datado de 29.01.2011, para a consulta pública sobre o *Quinto Relatório relativo à Coesão Económica, Social e Territorial: o futuro da política de coesão*.

<sup>79</sup> Contributo das RUP, datado de 28.01.2011, para a consulta pública sobre o *Quinto Relatório relativo à Coesão Económica, Social e Territorial*.

**TABELA 2 – CONCLUSÕES DO QUINTO RELATÓRIO SOBRE A COESÃO ECONÓMICA SOCIAL E TERRITORIAL - POSIÇÃO RAM E RUP**

CONCLUSÕES DO QUINTO RELATÓRIO SOBRE A COESÃO ECONÓMICA SOCIAL E TERRITORIAL	POSIÇÃO DA RAM	POSIÇÃO DAS RUP
Abordagem estratégica da política de coesão baseada num alinhamento com a <i>Estratégia Europa 2020</i> .	-	A política de coesão não deve estar subordinada à <i>Estratégia Europa 2020</i> .
Quadro Estratégico Comum (QEC) para o FC, o FEDER, o FSE, o FEADER e o Fundo Europeu das Pescas.	Tomada em conta no QEC das particularidades e das prioridades das RUP.	Integrar as especificidades das RUP no QEC desde a fase de preparação até à fase de adoção.
Contrato de parceria para o desenvolvimento e o investimento.	-	Tomada em conta das especificidades das RUP no contrato de parceria.
Concentração dos recursos num número limitado de prioridades ligadas à <i>Estratégia Europa 2020</i> .	Flexibilização para as RUP <sup>80</sup> .	As prioridades temáticas não devem ser limitativas e devem ser selecionadas em parceria com o nível regional.
Sistema de governação que envolve as autoridades locais, regionais, nacionais e europeias na preparação e na implementação da política de coesão.	Maior envolvimento das autoridades regionais na criação e implementação das estratégias europeias.	Associar o nível europeu, nacional e regional ao processo de elaboração e implementação da <i>Estratégia Europa 2020</i> .
Diferenciação entre as regiões, baseado no PIB <i>per capita</i> : regiões menos desenvolvidas; regiões em transição; e regiões mais desenvolvidas.	Tratamento de conjunto e homogéneo para as RUP, não tendo em conta o seu nível de rendimento, que corresponda ao nível máximo de apoios da política de coesão <sup>81</sup> .	<i>Idem</i> .

Fonte: Elaboração própria a partir das *Conclusões do Quinto Relatório sobre a Coesão Económica, Social e Territorial: o futuro da política de coesão* e dos contributos da RAM e das RUP para a consulta pública sobre o mesmo.

O ano de 2011 concretiza os anos de debate sobre o futuro da política de coesão após 2013 na apresentação pela CE das propostas legislativas da política de coesão para o período de programação financeira 2014-2020. Deu-se, assim, início ao debate formal sobre a política de coesão após 2013 ao nível das Instituições e dos Órgãos da UE. Em seguimento, surgem os Pareceres e as Resoluções que refletem a posição das Instituições e dos Órgãos da UE sobre as propostas legislativas apresentadas.

<sup>80</sup> "pois a problemática específica destas Regiões exige uma intervenção dos apoios de uma forma mais ampla, que não pode ser limitada a um número reduzido de prioridades" (RAM, 2011).

<sup>81</sup> A RAM e as RUP defenderam a continuação da dotação adicional para as RUP, em que os critérios de atribuição desta estivessem relacionados com os agentes causadores do sobrecusto e não somente com o critério do número de população.

No contexto do que tem sido a posição do CR manifestada ao longo do debate sobre o futuro da política de coesão, este Órgão expressou no âmbito dos Pareceres adotados sobre o QFP da UE<sup>82</sup>, o apoio à constituição de um QEC, à criação de uma categoria das regiões em transição, à defesa de um orçamento da política de coesão, no mínimo igual ao do período de programação 2007-2013, e à utilização de dados do PIB conformes às presentes condições económicas dos EM e das regiões. Sobre as RUP o CR referiu que deve ser tida em consideração a situação particular destas regiões no acesso aos fundos. O CR adotou o *Parecer sobre a proposta de Regulamento Geral sobre os fundos do Quadro Estratégico Comum* e o *Parecer sobre a Proposta de regulamento relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional* que refletem a posição do CR sobre estas propostas<sup>83</sup>. Alguns dos elementos expressos pelo CR (2012c, p.116):

- reafirmou que o orçamento da política de coesão para o período de programação financeira 2014-2020 deve corresponder aos objetivos da *Estratégia Europa 2020*;
- reivindicou outros indicadores, para além do PIB, na avaliação do nível de desenvolvimento das regiões para a elegibilidade a título da política de coesão, como tem sido apanágio do CR;
- sustentou a participação dos órgãos de poder local e regional na elaboração e implementação do QEC e no contrato de parceria, no respeito do princípio da governação a vários níveis e do princípio da parceria;
- solicitou a tomada em consideração da situação particular das RUP, a título do FEDER, de forma a garantir um nível apropriado de apoio para estas regiões;
- pediu uma maior flexibilidade na concentração temática para as regiões e, em particular para as RUP, dado que considera que a concentração dos recursos do FEDER em três objetivos temáticos "limitará o potencial do FEDER para apoiar amplamente o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, bem como a sua

---

<sup>82</sup> *Parecer do Comité das Regiões sobre O novo quadro financeiro plurianual pós-2013* adotado na 93.ª reunião plenária do CR, em 14 e 15 de dezembro de 2011 e posteriormente atualizado no Parecer sobre a mesma matéria adotado na 97.ª reunião plenária do CR de 8 a 10 de outubro de 2012.

<sup>83</sup> Pareceres adotados na 95.ª reunião plenária do CR em 3 e 4 de maio de 2012.

capacidade de redução das diferenças económicas, sociais e territoriais existentes na União".

O CR (2012c, p.116) considerou que a concentração temática restringe as escolhas estratégicas das regiões e dos EM. As percentagens de concentração temática devem ser estabelecidas na base de uma apreciação territorial e de uma parceria entre o EM, a CE e as autoridades locais e regionais e ao nível dos programas operacionais regionais. Não devem existir objetivos temáticos e prioridades de investimento do FEDER uniformes para cada EM (Comité das Regiões, 2012c). No decurso das negociações interinstitucionais sobre as propostas legislativas relativas à política de coesão para o período de programação financeira 2014-2020, o CR (2013, p.2) afirmou na *Resolução sobre o Pacote Legislativo relativo à Política de Coesão após 2013*<sup>84</sup>:

- "dada a sua importância fundamental para fazer face à crise económica e aos desafios da Estratégia Europa 2020, a política de coesão não pode ser alvo de cortes";
- o apoio à proposta do PE<sup>85</sup> de atribuir para o período de programação financeira 2014-2020 quatro quintos das dotações recebidas no período de programação financeira 2007-2013 para as RUP que não se enquadram na categoria de regiões menos desenvolvidas no pós 2013, como é o caso da RAM; e
- as RUP carecem de apoios adequados e proporcionais às suas necessidades e aos seus desafios.

A política de coesão constitui um dos primordiais instrumentos de intervenção europeia nas RUP

tendo em vista a sua integração no mercado interno e a sua afirmação no seu espaço geográfico respetivo, a promoção do desenvolvimento e da convergência económica

---

<sup>84</sup> Adotada na 99.ª reunião plenária do CR de 31 de janeiro e 1 de fevereiro de 2013.

<sup>85</sup> A proposta referida consta do mandato negocial do PE para as negociações interinstitucionais sobre a *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos*.

destas regiões com a UE continental, bem como a prossecução dos objetivos da Estratégia Europa 2020 (Parlamento Europeu, 2012, p. 5).

O PE (2012, p.10) sustentou na *Resolução sobre O papel da política de coesão nas Regiões Ultraperiféricas da União Europeia no contexto da Europa 2020*<sup>86</sup>:

- uma maior flexibilidade nos objetivos temáticos para as RUP;
- a inclusão das RUP como regiões menos desenvolvidas, sem ter em conta o seu nível de rendimento;
- a determinação das taxas de cofinanciamento para as RUP de 85%; e
- uma maior participação das autoridades regionais das RUP na preparação e implementação dos programas e das políticas "a fim de garantir que as suas necessidades específicas sejam tidas em consideração em todos os níveis do processo de tomada de decisão, bem como uma maior visibilidade destas regiões nas instituições europeias".

No âmbito do financiamento adicional que as RUP recebem a título do FEDER, no período de programação financeira 2007-2013, o PE (2012, p.6) criticou a redução deste financiamento para o próximo período de programação "e mostra preocupação pelo facto de essa dotação concebida inicialmente para compensar os efeitos das desvantagens estruturais das regiões ultraperiféricas e das regiões de baixa densidade populacional seja desvirtuada por uma alocação correspondente a 50% destinada a objetivos diferentes". Por força do artigo 349.º do TFUE as RUP têm direito a um "tratamento diferenciado e de conjunto, o que lhes permite tirar partido do nível máximo de apoios" (Parlamento Europeu, 2012, p.6).

#### **4.3. AS RUP NA POLÍTICA DE COESÃO**

No âmbito da política de coesão da UE, as RUP foram classificadas, desde o primeiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA), relativo ao período de programação financeira 1989-1993, como regiões objetivo 1, cujo PIB *per capita* é inferior a 75% da média europeia. Estas

---

<sup>86</sup> Elaborada no âmbito da Comissão do Desenvolvimento Regional (REGI) do PE, cujo Relator foi o Deputado ao PE Nuno Teixeira. A Resolução foi adotada na sessão plenária do PE de 18 de abril de 2012.



regiões são identificadas no quadro do apoio dos fundos como regiões menos desenvolvidas da UE. O enquadramento das RUP no período de programação financeira 2007-2013 alterou-se, em relação ao que tem sido o seu percurso ao abrigo das intervenções financeiras da UE a título da política de coesão (Vide Tabela 3). A RAM, classificada como região menos desenvolvida desde a sua integração na Comunidade, deixa de ser, no atual período de programação financeira 2007-2013, automaticamente elegível a esta classificação e face à evolução do índice do PIB<sup>87</sup> é enquadrada como região *phasing in* no *objetivo da Competitividade Regional e do Emprego*. Também as ilhas Canárias são objeto do mesmo enquadramento que a RAM. As demais RUP mantêm-se classificadas como regiões menos desenvolvidas.

**TABELA 3 – ENQUADRAMENTO DA RAM NA POLÍTICA DE COESÃO NOS VÁRIOS PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO**

PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO	ENQUADRAMENTO DA RAM NA POLÍTICA DE COESÃO
QCA I - 1989-1993	Objetivo 1 <sup>88</sup>
QCA II - 1994-1999	Objetivo 1 <sup>89</sup>
QCA III - 2000-2006	Objetivo 1 <sup>90</sup>
QREN <sup>91</sup> - 2007-2013	<i>Objetivo da Competitividade Regional e do Emprego – Região phasing in<sup>92</sup></i>

Fonte: Elaboração própria a partir das Decisões da CE que estabelecem a lista das regiões abrangidas por determinado objetivo para os vários períodos de programação.

<sup>87</sup> "Índice por habitante em paridades de poder de compra subiu de 69% da média da União Europeia (com 25 Estados-Membros) em 1995 para 87% em 2000 e para 90% em 2003." (IDR, 2012, p.3).

<sup>88</sup> *Decisão da Comissão 1989/642/CEE, de 31 de outubro, relativa ao estabelecimento do quadro comunitário de apoio para as intervenções estruturais comunitárias nas regiões portuguesas abrangidas pelo objetivo 1, ou seja a totalidade do território português*, JO L 370 de 19.12.1989, p.43.

<sup>89</sup> *Decisão da Comissão 1994/170/CE, de 25 de fevereiro, relativa ao estabelecimento do quadro comunitário de apoio para as intervenções estruturais comunitárias nas regiões portuguesas abrangidas pelo objetivo n.º 1, ou seja a totalidade do território português*, JO L 78 de 22.03.1994, p.38.

<sup>90</sup> *Decisão da Comissão 1999/502/CE, de 1 de julho, que estabelece a lista das regiões abrangidas pelo objetivo n.º 1 dos Fundos estruturais para o período 2000-2006*, JO L 194 de 27.07.1999, p.53.

<sup>91</sup> Quadro de Referência Estratégico Nacional.

<sup>92</sup> *Decisão da Comissão 2006/597/CE, de 4 de agosto, que estabelece a lista das regiões elegíveis para financiamento pelos Fundos Estruturais a título transitório e específico, no âmbito do objetivo Competitividade regional e emprego, no período de 2007-2013*, JO L 243 de 06.09.2006, p.49.

No período de programação financeira 2007-2013 as RUP são abrangidas por um financiamento adicional a título do FEDER como forma de atenuar os seus condicionalismos específicos. Neste trabalho serão analisados o *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos* e o *Regulamento do FEDER*, vigentes no período de programação 2007-2013, no que concerne às disposições relacionadas com a RAM, e esta enquanto RUP.

## 5. POLÍTICA DE COESÃO NO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2007-2013

### 5.1. REGULAMENTO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS FUNDOS E REGULAMENTO DO FEDER

O *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos*<sup>93</sup> dispõe sobre as regras gerais aplicáveis ao FEDER, ao FSE e ao FC, no período de programação financeira 2007-2013, devendo ser reexaminado pelo Conselho até 31 de dezembro de 2013<sup>94</sup>. Nestes termos, a CE apresentou, em 2011, a *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* que substituirá o Regulamento vigente no período de programação financeira 2007-2013.

A base jurídica do *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos* é o artigo 161.º do TCE, no âmbito do qual compete ao Conselho definir a missão, os objetivos e a organização dos fundos, bem como definir as regras gerais e as disposições para garantir a eficácia e a coordenação dos fundos. As disposições específicas de intervenção dos fundos estão estabelecidas em regulamento próprio de cada fundo, refira-se no caso do fundo em análise,

---

<sup>93</sup> Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho, que estabelece disposições gerais sobre o FEDER, o FSE e o FC e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1260/1999, conforme referido na Introdução deste trabalho.

<sup>94</sup> Este Regulamento foi objeto de sete alterações:

- o Regulamento (CE) n.º 1989/2006 do Conselho, de 21 de dezembro, que altera o Anexo III do Regulamento (CE) n.º 1083/2006;
- o Regulamento (CE) n.º 1341/2008 do Conselho, de 18 de dezembro, que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 no que diz respeito a certos projetos geradores de receitas;
- o Regulamento (CE) n.º 284/2009 do Conselho, de 7 de abril, que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 no que diz respeito a certas disposições relativas à gestão financeira;
- o Regulamento (UE) n.º 539/2010 do PE e do Conselho, de 16 de junho, que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 no que diz respeito a determinadas disposições referentes à gestão financeira;
- o Regulamento (UE) n.º 1310/2011 do PE e do Conselho, de 13 de dezembro, que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 no que respeita à ajuda reembolsável, à engenharia financeira e a certas disposições relativas à declaração de despesas;
- o Regulamento (UE) n.º 1311/2011 do PE e do Conselho, de 13 de dezembro, que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 no que diz respeito a determinadas disposições referentes à gestão financeira relativamente a determinados Estados-Membros afetados ou ameaçados por graves dificuldades de estabilidade financeira; e
- o Regulamento (UE) n.º 423/2012 do PE e do Conselho, de 22 de maio, que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 relativamente a determinadas disposições aplicáveis a mecanismos de partilha de riscos para Estados-Membros afetados ou ameaçados por graves dificuldades no que diz respeito à sua estabilidade financeira.

o *Regulamento do FEDER*<sup>95</sup>. Este Regulamento deve ser reexaminado pelo PE e pelo Conselho até 31 de Dezembro de 2013. Também em conformidade, a CE apresentou, em 2011, a *proposta de Regulamento do FEDER* que substituirá o referido Regulamento.

O *Regulamento do FEDER* tem como base jurídica o primeiro parágrafo do artigo 162.º do TCE sobre a aplicação do FEDER e o segundo parágrafo do n.º 2 do artigo 299.º relativo às disposições de aplicação do TCE às RUP. Nos termos do artigo 160.º do TCE, o FEDER tem por intuito colmatar as disparidades regionais, participando no crescimento e no ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas incluindo a reconversão das regiões industriais em declínio.

*O Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos:*

- fixa:
  - os objetivos para a intervenção dos fundos;
  - os critérios de elegibilidade para os EM e as regiões receberem o apoio dos fundos;
  - os montantes financeiros a título da política de coesão; e
  - os critérios de afetação dos fundos;
- determina as prioridades que devem orientar a intervenção dos fundos;
- define o QREN; e
- institui os princípios e as regras sobre parceria, programação, avaliação, gestão, acompanhamento e controlo<sup>96</sup>.

No âmbito da elegibilidade das regiões e dos EM aos fundos, ao abrigo da política de coesão, é tido em conta o sistema comum de classificação das regiões, designado por *Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas* (NUTS), que permite a harmonização das unidades territoriais estatísticas. Este sistema tem sido utilizado no âmbito europeu para

---

<sup>95</sup> Regulamento (CE) n.º 1080/2006 do PE e do Conselho, de 5 de julho, relativo ao FEDER e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1783/1999, conforme referido na Introdução deste trabalho.

<sup>96</sup> Nem todos os elementos referidos são relevantes para a realização deste trabalho e por isso não serão abordados no decorrer da análise do *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos*.

recolher, compilar e divulgar as estatísticas regionais europeias e a partir de 2003 foi consagrado num quadro jurídico<sup>97</sup>.

O *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos* estabelece três objetivos para os quais o FEDER, o FSE e o FC devem contribuir:

- o *objetivo da Convergência*;
- o *objetivo da Competitividade Regional e do Emprego* ; e
- o *objetivo da Cooperação Territorial Europeia*<sup>98</sup>.

O n.º 3 do artigo 3.º do Regulamento em referência expõe que a intervenção dos fundos no âmbito dos três objetivos deve apoiar as RUP.

O *objetivo da Convergência* constitui o objetivo prioritário da política de coesão que visa acelerar a convergência dos EM e das regiões menos desenvolvidas da UE, através:

- do investimento em capital material e humano;
- do aperfeiçoamento da inovação e da sociedade do conhecimento;
- da capacidade de adaptação às alterações económicas e sociais;
- da proteção do ambiente; e
- da eficácia da administração.

As regiões elegíveis a este objetivo são as regiões de nível NUTS II, cujo PIB *per capita*<sup>99</sup> é inferior a 75% do PIB da média da UE-25<sup>100</sup>.

O *objetivo da Competitividade Regional e do Emprego* tem o propósito de:

---

<sup>97</sup> O Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do PE e do Conselho, de 26 de maio, institui uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS) para permitir a recolha, organização e difusão de estatísticas regionais harmonizadas. O Anexo I deste Regulamento classifica a RAM nas unidades territoriais de níveis I, II e III. No contexto nacional, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/86, de 5 de maio, estabelece os níveis I, II e III da NUTS, o Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de fevereiro estabelece as matrizes de delimitação geográfica da NUTS e o Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de novembro altera os artigos 1.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 46/89 e integra num único diploma legal todos os ajustamentos da NUTS, decorrentes de alterações na estrutura administrativa e procede à adequação da NUTS ao atual perfil socioeconómico das regiões. Conforme alterado o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 46/89 estabelece que a RAM integra as unidades de Nível I, II e III da NUTS.

<sup>98</sup> Nos termos do artigo 3.º do Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos.

<sup>99</sup> O PIB é medido em paridades de poder de compra e calculado com base nos dados do PIB referentes ao período de 2000-2002.

<sup>100</sup> UE com 25 EM.

- reforçar a competitividade;
- desenvolver a capacidade atrativa das regiões; e
- criar emprego.

Para este objetivo são elegíveis as regiões que não se enquadram nem nos critérios de elegibilidade do *objetivo da Convergência* nem nos critérios para o apoio transitório. Este apoio constitui um regime de transição para as regiões classificadas como menos desenvolvidas no período de programação 2000-2006 e que deixaram de o ser para o período de programação 2007-2013, por força do PIB *per capita* exceder os 75% do PIB médio da UE, em decorrência do crescimento natural do PIB ou do efeito estatístico provocado pelo alargamento da UE a dez novos EM. O apoio transitório, nos termos do artigo 8.º do *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos* categoriza dois tipos de regiões:

- as regiões objeto de saída faseada, ou regiões *phasing out*, do *objetivo da Convergência* - são aquelas regiões que perderam a elegibilidade ao *objetivo da Convergência* na sequência de o seu nível do PIB *per capita* exceder 75% do PIB da nova média da UE-25<sup>101</sup>; e
- as regiões objeto de entrada faseada, ou regiões *phasing in*, no *objetivo da Competitividade Regional e do Emprego* - são aquelas regiões ao abrigo do Objetivo 1 no período de programação 2000-2006, cujo PIB *per capita*, ultrapassa 75% do PIB médio da UE-15.

No período de programação 2007-2013, a RAM enquadra-se como região *phasing in* no *objetivo da Competitividade Regional e do Emprego* (Vide Tabela 4).

---

<sup>101</sup> Caso a elegibilidade do *objetivo da Convergência* se mantivesse em 75% do PIB médio da UE-15 as regiões seriam elegíveis a este objetivo.

**TABELA 4 – ENQUADRAMENTO DA RAM NA POLÍTICA DE COESÃO NOS PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO 2000-2006 E 2007-2013**

PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO	ENQUADRAMENTO DA RAM NA POLÍTICA DE COESÃO
2000-2006	<i>Objetivo da Convergência</i>
2007-2013	Região <i>phasing in</i> no <i>Objetivo da Competitividade Regional e do Emprego</i>

Fonte: Elaboração própria a partir das Decisões da CE que estabelecem as regiões elegíveis por objetivo.

O *objetivo da Cooperação Territorial Europeia* pretende reforçar a cooperação nas três vertentes da cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional. A Tabela 5 dispõe sobre a elegibilidade às vertentes da cooperação e o enquadramento da RAM nas mesmas.

**TABELA 5 – VERTENTES DA COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA**

VERTENTES DA COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA	ELEGIBILIDADE	ENQUADRAMENTO DA RAM
<i>COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA</i>	Regiões do nível NUTS III, localizadas nas fronteiras internas e externas terrestres e nas fronteiras marítimas separadas no limite por 150 km.	RAM e RUP estão excluídas por não cumprirem com o critério de regiões separadas por um máximo de 150 km.
<i>COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL</i>	Totalidade do território da União.	A RAM é elegível.
<i>COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL</i>	A Comissão adota a lista das regiões elegíveis.	A RAM está incluída na zona designada de Macaronésia, juntamente com os Açores e as Canárias <sup>102</sup> .

Fonte: Elaboração própria a partir do *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos* e das Decisões da CE que estabelecem as regiões elegíveis às várias vertentes da cooperação territorial europeia.

O *Regulamento do FEDER* dispõe sobre o âmbito de intervenção do FEDER no quadro dos objetivos referidos e estabelece as respetivas regras de elegibilidade. A intervenção do

<sup>102</sup> A Decisão da Comissão n.º 769/2006, de 31 de outubro, estabelece a lista das regiões e zonas transnacionais e transfronteiriças elegíveis à vertente da cooperação transnacional e transfronteiriça do *Objetivo da Cooperação Territorial Europeia* para o período 2007-2013.

FEDER centra-se em prioridades temáticas distribuídas pelo *objetivo da Convergência* e pelo *objetivo da Competitividade Regional e do Emprego*.

Para o *objetivo da Convergência*, as prioridades do FEDER focam-se, nos termos do artigo 4.º do *Regulamento do FEDER*, na investigação e no desenvolvimento tecnológico (ID&T), na sociedade da informação, no emprego, no ambiente, no turismo, no investimento, na cultura, nos transportes, na energia, na educação, na saúde e nas infraestruturas sociais.

Para o *objetivo da Competitividade Regional e do Emprego*, as prioridades do FEDER centram-se, de acordo com o artigo 5.º do *Regulamento do FEDER*:

- na inovação e na economia do conhecimento;
- no ambiente e na prevenção de riscos; e
- no acesso aos serviços de transportes, de telecomunicações e de interesse económico geral.

As regiões elegíveis ao apoio transitório a título do *objetivo Competitividade Regional e do Emprego* podem alargar as prioridades no âmbito deste objetivo às prioridades ao abrigo do *objetivo da Convergência*, em conformidade com o último parágrafo do artigo 5.º do *Regulamento do FEDER*, situação que se aplica à RAM.

A título do *objetivo da Cooperação Territorial Europeia*, as prioridades do FEDER, em conformidade com o artigo 6.º do *Regulamento do FEDER*, focalizam-se:

- na vertente da cooperação transfronteiriça:
  - no desenvolvimento de atividades económicas, sociais e ambientais de estratégias conjuntas;
- na vertente da cooperação transnacional:
  - nos domínios da inovação, do ambiente, da acessibilidade e do desenvolvimento urbano e sustentável; e
- na vertente da cooperação inter-regional:
  - na promoção da cooperação inter-regional no âmbito da inovação, da economia do conhecimento, do ambiente e da prevenção de riscos.



A intervenção do FEDER nos EM e nas regiões rege-se por determinados princípios, estabelecidos no *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos*, entre os quais se destacam o princípio da complementaridade, o princípio da coerência e o princípio da parceria. A intervenção dos fundos deve ser complementar às ações dos EM e coerente com as prioridades da UE, no que se refere à *Estratégia de Lisboa*, às *Orientações Estratégicas da Comunidade em matéria de Coesão*<sup>103</sup> e às *Orientações Integradas para o Crescimento e o Emprego para o período 2005-2008*<sup>104</sup>. Para o cumprimento das prioridades da UE, o n.º 3 do artigo 9.º do *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos* estabelece metas para a afetação das despesas no âmbito do *objetivo da Convergência* e do *objetivo da Competitividade Regional e do Emprego*, designado por método do *earmarking*. A meta fixada corresponde ao montante de despesa que deve ser realizada no quadro das prioridades da UE (Vide Tabela 6).

**TABELA 6 – EARMARKING DO OBJETIVO DA CONVERGÊNCIA E DO OBJETIVO DA COMPETITIVIDADE REGIONAL E DO EMPREGO**

OBJETIVO	EARMARKING	ENQUADRAMENTO RAM
<b>OBJETIVO DA CONVERGÊNCIA</b>	60%	-
<b>OBJETIVO DA COMPETITIVIDADE REGIONAL E DO EMPREGO</b>	75%	x

Fonte: Elaboração própria a partir do *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos*.

As categorias de despesas elegíveis por temas prioritários para o *objetivo da Convergência* e para o *objetivo da Competitividade Regional e do Emprego* estão definidas no Anexo IV do

<sup>103</sup> Estabelecidas pela *Decisão n.º 2006/702/CEE do Conselho, de 6 de outubro*, que fixa três orientações para a política de coesão para o período de programação 2007-2013: reforçar a atratividade das regiões e dos EM, aperfeiçoando a acessibilidade e protegendo o ambiente; promover a investigação e a inovação, bem como as tecnologias da informação e da comunicação (TIC), fomentando o espírito empresarial e o crescimento da economia do conhecimento; e promover a criação de mais e melhores empregos aperfeiçoando a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e elevando o investimento no capital humano.

<sup>104</sup> As *Orientações para as Políticas de Emprego dos Estados-Membros* foram estabelecidas pela *Decisão n.º 600/2005 do Conselho, de 12 de julho*, e referem-se a: alcançar o pleno emprego, melhorar a qualidade e a produtividade do trabalho; fomentar uma nova abordagem do trabalho; garantir mercados de trabalho inclusivos; responder melhor às carências do mercado de trabalho; impulsionar a flexibilidade e a segurança do trabalho; assegurar o crescimento dos custos do trabalho e os mecanismos de fixação dos salários; aumentar o investimento em capital humano; e moldar os sistemas de educação e formação. O Conselho Europeu de março de 2005 determinou que o Conselho adota orientações integradas, constituídas pelas *Orientações Gerais das Políticas Económicas* e pelas *Orientações para o Emprego*.

*Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos* e referem-se a matérias relacionadas com a ID&T; a inovação e o empreendedorismo; a sociedade da informação; os transportes; a energia; o ambiente e a prevenção de riscos; a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários; o emprego e a sustentabilidade; a inclusão social e o capital humano. Estas categorias podem ser complementadas por prioridades identificadas no Programa Nacional de Reformas (PNR)<sup>105</sup> do EM.

O *Regulamento do FEDER* dispõe no artigo 7.º sobre as despesas que não são elegíveis para apoio pelo FEDER. Essas despesas estão relacionadas com:

- juros devedores;
- obtenção de terrenos num valor superior a 10% das despesas totais elegíveis;
- desativação de centrais nucleares; e
- imposto sobre o valor acrescentado recuperável.

Para a concretização do *objetivo da Convergência* e do *objetivo da Competitividade Regional e do Emprego*, o *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos*, dispõe no artigo 11.º sobre o princípio da parceria, conforme mencionado, entre a CE e o EM, e entre este e as autoridades regionais e locais e os parceiros económicos e sociais. O princípio da parceria compreende o envolvimento dos parceiros desde a preparação à execução, acompanhamento dos PO e respetiva avaliação. O EM pode associar as regiões nas várias etapas da programação dos fundos.

Os recursos financeiros disponíveis ao abrigo da política de coesão estão fixados no QFP que integra o *Acordo Interinstitucional*<sup>106</sup> entre o PE, o Conselho e a Comissão, de 17 de maio de 2006, sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira para o período de programação financeira 2007-2013<sup>107</sup>. O Conselho Europeu de 15 e 16 de dezembro de

---

<sup>105</sup> Elaborado pelo EM no quadro da *Estratégia de Lisboa*, tem em conta as *Orientações Integradas para o Crescimento e o Emprego* no contexto nacional, nos termos do estabelecido no Conselho Europeu de 22 e 23 de março de 2005.

<sup>106</sup> Tem por intuito asseverar a execução da matéria orçamental, aperfeiçoar o processo orçamental anual e a cooperação interinstitucional em disciplina orçamental e garantir uma gestão financeira eficaz.

<sup>107</sup> JO C 139 de 14.06.2006, p.1.

2005<sup>108</sup> considerou que o alargamento da UE a dez novos EM, em 2004, agravou as disparidades económicas e sociais da UE e, neste sentido, acordou em que a coesão económica e social permaneceria como um dos principais objetivos da UE para o ciclo de programação financeira 2007-2013, concentrando nas regiões e nos EM menos desenvolvidos um montante adequado dos fundos.

Para a atribuição dos recursos financeiros o *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos* dispõe sobre os critérios e métodos para cálculo das repartições anuais indicativas que estão estabelecidas em três Decisões da CE<sup>109</sup>. Nas Tabelas 7 e 8 apresenta-se a afetação indicativa da dotação do FEDER e do FSE para a RAM para o período de programação financeira 2007-2013, bem como a afetação indicativa do financiamento adicional, a título do FEDER, nos termos da *Decisão da Comissão n.º 2006/593/CE, de 4 de agosto*, que estabelece, no Anexo II, a afetação indicativa por EM das dotações de autorização para as regiões elegíveis ao abrigo do apoio transitório e específico do *objetivo da Competitividade Regional e do Emprego*.

**TABELA 7 – AFETAÇÃO INDICATIVA DA DOTAÇÃO DOS FUNDOS PARA A RAM - PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013**

AFETAÇÃO INDICATIVA DA DOTAÇÃO DOS FUNDOS PARA A RAM	
PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013	
FEDER E FSE	347 Milhões de Euros

Fonte: Elaboração própria a partir da Decisão da CE n.º 2006/593/CE de 4 de agosto.

<sup>108</sup> No âmbito do qual foi alcançado o acordo político sobre o QFP para o período de programação financeira 2007-2013.

<sup>109</sup> *Decisão da Comissão n.º 2006/593/CE, de 4 de agosto, que estabelece uma afetação indicativa, por Estado-Membro, das dotações de autorização a título do Objetivo da Competitividade Regional e do Emprego para o período de 2007-2013*, JO L 243 de 06.09.2006, p.32;

*Decisão da Comissão n.º 2006/594/CE, de 4 de agosto, que estabelece uma afetação indicativa, por Estado-Membro, das dotações de autorização a título do Objetivo da Convergência para o período de 2007-2013*, JO L 243 de 06.09.2006, p.37.

*Decisão da Comissão n.º 2006/609/CE, de 4 de agosto, que estabelece uma repartição indicativa, por Estado-Membro, das dotações de autorização a título do objetivo Cooperação territorial europeia no período 2007-2013*, JO L 247 de 09.09.2006, p.26.

**TABELA 8 – AFETAÇÃO INDICATIVA PARA A RAM DO FINANCIAMENTO ADICIONAL PARA AS RUP - PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013**

AFETAÇÃO INDICATIVA PARA A RAM DO FINANCIAMENTO ADICIONAL PARA AS RUP	
PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013	
FINANCIAMENTO ADICIONAL	58 Milhões de Euros

Fonte: Elaboração própria a partir da Decisão da CE n.º 2006/593/CE de 4 de agosto.

A RAM, conforme estabelecido no ponto 18 das *Disposições Adicionais* do Anexo II do *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos*, auferi, no período de programação financeira 2007-2013, de um enquadramento específico a título da política de coesão, conforme disposto na Tabela 9.

**TABELA 9 – ENQUADRAMENTO DA RAM NA POLÍTICA DE COESÃO - PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013**

ENQUADRAMENTO DA RAM NA POLÍTICA DE COESÃO	
PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013	
<i>OBJETIVO DA CONVERGÊNCIA</i>	Regime financeiro Região <i>phasing out</i> .
<i>OBJETIVO DA COMPETITIVIDADE REGIONAL E DO EMPREGO</i>	Estatuto Região <i>phasing in</i> .

Fonte: Elaboração própria a partir do *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos*.

O financiamento adicional para as RUP, a título do FEDER, está estabelecido no ponto 20 das *Disposições Adicionais* do Anexo II do *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos*, nos termos do qual, as RUP beneficiam de um financiamento suplementar do FEDER, em razão dos seus condicionalismos específicos que corresponde a 35 Euros *per capita* e por ano. Este financiamento traduz o disposto no Considerando (11) deste mesmo Regulamento que refere que as RUP devem ser objeto de medidas particulares e de apoio suplementar para compensar os seus condicionalismos. As condições de utilização do financiamento estão determinadas no artigo 11.º do *Regulamento do FEDER*, no âmbito do qual é atribuída a

designação de *dotação específica adicional*<sup>110</sup>. Esta dotação visa compensar os custos suplementares relacionados com os condicionalismos específicos das RUP, decorrentes dos fatores referidos no n.º 2 do artigo 299.º do TCE. Nos termos do disposto no referido artigo do *Regulamento do FEDER* a *dotação específica adicional* pretende apoiar:

- a concretização das prioridades temáticas do *objetivo da Convergência* e ou do *objetivo da Competitividade Regional e do Emprego*;
- o transporte de mercadorias e o arranque de serviços de transporte;
- as operações ligadas ao armazenamento, ao sobredimensionamento e à manutenção dos instrumentos de produção e a falta de capital humano;
- o financiamento de custos de investimento no âmbito de intervenção do FEDER; e
- o financiamento, num mínimo de 50%, das ajudas ao funcionamento e das despesas ligadas a obrigações e contratos de serviço público nas RUP.

O artigo 11.º do *Regulamento do FEDER* para além de estabelecer as áreas de apoio da *dotação específica adicional* determina as restrições da mesma. A dotação não pode ser usada para apoiar:

- operações que envolvam produtos abrangidos pelo Anexo I do TCE;
- auxílios autorizados ao transporte de pessoas; e
- isenções fiscais e de encargos sociais.

A *dotação específica adicional* materializa-se, em conformidade com a alínea b) do n.º 4 do artigo 37.º do *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos* e conforme ao Considerando (47) deste Regulamento, pela inclusão de um eixo prioritário específico no PO regional, financiado pelo FEDER.

A programação ao abrigo do FEDER, no contexto nacional, obriga a um enquadramento das prioridades da UE no QREN, que descreve a estratégia de desenvolvimento nacional para a intervenção dos fundos, garantindo a coerência com as *Orientações Estratégicas da*

---

<sup>110</sup> Doravante passa-se a usar a designação de *dotação específica adicional* para nos referirmos ao financiamento adicional para as RUP.

*Comunidade em matéria de Coesão*, com o PNR e com o contributo dos PO para as prioridades da UE. Os PO abrangem um objetivo e o apoio de um fundo no período de programação financeira 2007-2013. O financiamento do FEDER, no âmbito dos PO, está submetido aos limites máximos aplicáveis às taxas de cofinanciamento. Portugal e as RUP estão abrangidos por uma taxa de cofinanciamento das despesas elegíveis de 85%, a título do *objetivo da Convergência* e do *objetivo da Competitividade Regional e do Emprego*, conforme disposto no Anexo III do *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos* (Vide Tabela 10).

**TABELA 10 – TAXAS DE COFINANCIAMENTO APLICÁVEIS ÀS RUP - RAM - PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013**

TAXAS DE COFINANCIAMENTO PARA AS RUP - RAM	
PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013	
<i>OBJETIVO DA COMPETITIVIDADE REGIONAL E DO EMPREGO</i>	85%
<i>DOTAÇÃO ESPECÍFICA ADICIONAL</i>	50%

Fonte: Elaboração própria a partir do *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos*.

## **5.2. PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

O *Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira*, designado por *Programa Operacional Intervir+*, doravante denominado *PO Intervir+*, traduz a materialização do apoio do FEDER a título do apoio provisório do *objetivo da Competitividade Regional e do Emprego* na RAM, no período de programação financeira 2007-2013<sup>111</sup>, nos termos da *Decisão da Comissão n.º C (2007) 4622*, de 5 de outubro<sup>112</sup>.

Em conformidade com o determinado nas disposições regulamentares referidas, o *PO Intervir+* tem em conta, no contexto europeu as *Orientações Comunitárias em matéria de*

<sup>111</sup> No âmbito do *objetivo da Cooperação Territorial Europeia* a CE aprovou, a 18 de setembro de 2007, um *Programa de Cooperação Territorial Europeia* para a cooperação transnacional entre a Madeira, os Açores e as Canárias para o período 2007-2013, designado *Programa de Cooperação Transnacional Madeira - Açores - Canárias (MAC)*, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento e a integração socioeconómica dos três arquipélagos, promovendo a sociedade do conhecimento e o desenvolvimento sustentável e aperfeiçoando a integração socioeconómica dos países da sua área geográfica.

<sup>112</sup> Nos termos do n.º 5 do artigo 32.º do *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos*.

*Coesão*, no contexto nacional as *Orientações do QREN para o período de programação 2007-2013* nos domínios do conhecimento, da ciência, da tecnologia e da inovação,<sup>113</sup> e no contexto regional o *Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES) da Região Autónoma da Madeira 2007-2013*<sup>114</sup>. O PDES constitui o documento de referência para a estratégia de desenvolvimento da RAM no horizonte 2013 e o documento de preparação da programação dos fundos na RAM no período de programação 2007-2013. O Plano estrutura-se em cinco prioridades estratégicas e em quatro prioridades temáticas, conforme disposto na Tabela 11.

**TABELA 11 – PRIORIDADES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - 2007-2013**

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA RAM - 2007-2013	
PRIORIDADES ESTRATÉGICAS	PRIORIDADES TEMÁTICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• inovação, empreendedorismo e sociedade do conhecimento;</li> <li>• desenvolvimento sustentável;</li> <li>• potencial humano e coesão social;</li> <li>• cultura e património; e</li> <li>• coesão territorial e desenvolvimento equilibrado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• turismo;</li> <li>• agricultura e desenvolvimento rural, pesca, indústria, comércio e serviços;</li> <li>• infraestruturas públicas e equipamentos coletivos; e</li> <li>• governação regional e sub-regional.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria a partir do Plano de Desenvolvimento Económico e Social da RAM 2007-2013.

O *PO INTERVIR+* abrange, na intervenção do FEDER na RAM, as prioridades estratégicas do PDES relativas à inovação, empreendedorismo e sociedade do conhecimento; desenvolvimento sustentável; cultura e património; e coesão territorial e desenvolvimento equilibrado. De acordo com o Relatório de Avaliação Ex-Ante do PO Valorização do Potencial

<sup>113</sup> Nos termos da *Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2006, de 10 de março*, as prioridades estratégicas do QREN para o período de programação financeira 2007-2013 incluem promover a qualificação dos portugueses e o crescimento sustentado, assegurar a coesão social e a qualificação do território e aumentar a eficiência da governação.

<sup>114</sup> Aprovado pela *Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 10/2006/M de 30 de maio*.

Económico e Coesão Territorial, datado de 2007,<sup>115</sup> o *PO INTERVIR+* “incorpora as opções e prioridades estratégicas do Governo Regional da Madeira para o período 2007-2013, destacando e dando maior relevo às dimensões inovação e sociedade/economia do conhecimento e à melhoria da competitividade regional” (Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2007, p.18).

O Programa estrutura-se em seis eixos prioritários, conforme apresentado na Tabela 12.

---

<sup>115</sup> Elaborado pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos.



**TABELA 12 – EIXOS PRIORITÁRIOS DO PO INTERVIR+**

EIXOS PRIORITÁRIOS	OBJETIVOS
<b><i>I - INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO</i></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• elevar os índices de inovação;</li> <li>• desenvolver a ciência, a tecnologia e a sociedade do conhecimento; e</li> <li>• aperfeiçoar a qualidade e a eficácia da administração regional.</li> </ul>
<b><i>II - COMPETITIVIDADE DA BASE ECONÓMICA REGIONAL</i></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• garantir a sustentabilidade e a diversificação da economia; e</li> <li>• aperfeiçoar o ambiente da atividade empresarial.</li> </ul>
<b><i>III - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</i></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• aperfeiçoar a eficiência e a cobertura dos sistemas de fornecimento hídricos e dos sistemas de resíduos sólidos; e</li> <li>• prevenir e gerir os riscos naturais.</li> </ul>
<b><i>IV - COESÃO TERRITORIAL E GOVERNAÇÃO</i></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• consolidar a realização das infraestruturas e equipamentos coletivos regionais; e</li> <li>• dar apoio à reabilitação urbana e rural através da construção, ampliação ou requalificação dos estabelecimentos de ensino, intervenções na rede viária regional, desenvolvimento de projetos na área dos transportes, da cultura e lazer e da reabilitação urbana e rural.</li> </ul>
<b><i>V- COMPENSAÇÃO DOS SOBRECUSTOS DA ULTRAPERIFERICIDADE</i></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• atenuar os efeitos negativos que a situação de RUP impõe aos agentes económicos regionais; e</li> <li>• diminuir os custos suplementares resultantes da situação ultraperiférica que influenciam os investimentos públicos.</li> </ul>
<b><i>VI - ASSISTÊNCIA TÉCNICA</i></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• garantir as condições para a gestão operacional e monitorização estratégica.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria a partir do PO INTERVIR+.

O eixo da *Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade* (V) corresponde ao eixo prioritário específico para as medidas financiadas pela *dotação específica adicional* para as RUP, em conformidade com a alínea b) do n.º 4, do artigo 37.º do *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos*. No âmbito deste eixo são atribuídos incentivos às empresas de compensação dos sobrecustos da ultraperifericidade, apoio ao funcionamento das empresas e à prestação de serviços de interesse económico geral e apoio a infraestruturas para prestação de serviços públicos, em conformidade com o estabelecido no artigo 11.º do *Regulamento FEDER* sobre as condições de utilização da *dotação específica adicional*.

Enumera-se por ordem decrescente os eixos prioritários que colhem um maior apoio do FEDER:

- (IV) *Coesão Territorial e Governança*;
- (III) *Desenvolvimento Sustentável*;
- (V) *Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade*;
- (II) *Competitividade da base Económica Regional*;
- (I) *Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento*;
- (VI) *Assistência Técnica*.

Reporte-se que os eixos prioritários do *PO Intervir+* materializam-se em *Sistemas de Incentivo ao Investimento*<sup>116</sup> e ao *Funcionamento*<sup>117</sup> das atividades económicas das PME regionais.

As alterações socioeconómicas ocorridas na RAM durante o período de programação 2007-2013 conduziram a algumas dificuldades de execução do *PO Intervir+* que justificaram duas reprogramações do Programa<sup>118</sup>:

- A primeira alteração ao *PO INTERVIR+* ocorreu em 2011<sup>119</sup> e procedeu à alteração das taxas de cofinanciamento dos eixos prioritários, elevando as taxas de 80% para 85%,

---

<sup>116</sup> Exemplo, o *Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Inovação*, designado por *EMPREENDINOV*, no âmbito do eixo prioritário I do *PO Intervir+*.

<sup>117</sup> Exemplo, o *Sistema de Incentivos ao Funcionamento das Empresas*, designado por *FUNCIONAMENTO*, no âmbito do eixo prioritário V do *PO Intervir+*.

<sup>118</sup> De acordo com a alínea a) e d) do n.º 1 do artigo 33.º do *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos*.

para redobrar as oportunidades de financiamento, à exceção da taxa do eixo prioritário da *dotação específica adicional* que corresponde a uma taxa de cofinanciamento de 50% e a taxa do eixo prioritário da assistência técnica que já estava coberta pela taxa de cofinanciamento de 85%. Refira-se a propósito, que a RAM está abrangida pelo aumento das taxas de cofinanciamento sobre a taxa definida no PO, na sequência da adoção do *Regulamento (UE) n.º 1311/2011, do PE e do Conselho, de 13 de dezembro*, que permitiu aumentar em dez pontos percentuais a taxa de cofinanciamento aplicável aos eixos prioritários nos países que se encontram sob assistência financeira da UE, como é o caso de Portugal.

A reprogramação de 2011 do *PO Intervir+* procedeu ainda a um reforço do apoio do FEDER aos eixos prioritários I e II, com o propósito de apoiar projetos no domínio da energia de aproveitamento de recursos hídricos e eólicos, em prejuízo da redução do apoio do FEDER ao eixo prioritário III, dado que demonstrava pouca adesão.

- A segunda alteração ao *PO INTERVIR+* aconteceu em 2012<sup>120</sup>, do que resultou a transferência de uma verba do *PO Intervir+* para o *PO de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social*, designado por *PO Rumos*, de âmbito regional e a título do *objetivo da Competitividade Regional e do Emprego*. Esta transferência reverteu de uma recomendação do *Estudo de Avaliação Intercalar do PO Rumos*,<sup>121</sup> que recomendou um reforço da dotação financeira do *PO Rumos* para o desenvolvimento de políticas ativas do mercado de trabalho relacionadas com o emprego e a formação, dado o aumento de 6,8% para 13,8% do nível de desemprego registado na RAM no período entre 2007 e 2011. A reprogramação procedeu a ajustamentos dos montantes do FEDER nos eixos prioritários do *PO Intervir+*, em particular, um reforço no eixo prioritário II, em detrimento do apoio nos eixos prioritários I, III e IV.

---

<sup>119</sup> Decisão da Comissão n.º C (2011) 9331, de 9 de dezembro, que alterou a Decisão da Comissão n.º C (2007) 4622.

<sup>120</sup> Decisão da Comissão n.º C (2012) 9232, de 10 de dezembro, que alterou a Decisão da Comissão n.º C (2007) 4622.

<sup>121</sup> Relatório Final do Estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social (2007-2013) - Programa Rumos, de junho de 2012, elaborado por Quaternaire Portugal.

Apresenta-se na Tabela 13 o apoio do FEDER atribuído ao *PO INTERVIR+* à data da aprovação do PO e em resultado da reprogramação de 2012 mencionada. A Tabela 14 refere-se ao montante do FEDER a título da *dotação específica adicional*.

**TABELA 13 – DOTAÇÃO DO FEDER PARA O *PO INTERVIR+***

DOTAÇÃO DO FEDER PARA O <i>PO INTERVIR+</i>		
CONTEXTO	DATA	APOIO FEDER
APROVAÇÃO	2007	320 Milhões de Euros
REPROGRAMAÇÃO	2012	310 Milhões de Euros

Fonte: Elaboração própria a partir das Decisões da CE relacionadas com o *PO INTERVIR+*.

**TABELA 14 – *PO INTERVIR+* - DOTAÇÃO ESPECÍFICA ADICIONAL PARA A RAM**

<i>PO INTERVIR+</i> - DOTAÇÃO ESPECÍFICA ADICIONAL PARA A RAM	
EIXO PRIORITÁRIO	MONTANTE
<i>Eixo prioritário V - Compensação dos sobrecustos da ultraperifericidade</i>	66 Milhões de Euros

Fonte: Elaboração própria a partir da Decisão da CE que adota o *PO INTERVIR+*.

Refira-se que as despesas mais representativas no quadro do *PO INTERVIR+*, a título do *earmarking*, são aquelas relacionadas com as infraestruturas de ensino, as energias renováveis, em particular, a energia hidroelétrica e geotérmica e os investimentos em empresas relacionados com ID&T, inovação e empreendedorismo. Enquadram-se outras despesas no *PO Intervir+* relacionadas com as prioridades da UE, mas que não contribuem para o método do *earmarking*, sendo aquelas mais expressivas as respeitantes ao transporte, em particular estradas regionais e locais e aquelas referentes aos serviços relacionados com o turismo.

## 6. POLÍTICA DE COESÃO NO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2014-2020

### 6.1. PROPOSTAS DO QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2014-2020

O QFP da UE estabelece os montantes máximos anuais das despesas da UE, de acordo com as prioridades políticas para um determinado período. Com as alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa no TCE, o QFP passou a estar consagrado no artigo 312.º do TFUE<sup>122</sup>.

Posto que o Acordo Interinstitucional do período de programação financeira 2007-2013 encontra-se em vigor até o final de 2013, a CE apresentou, em 29 de junho de 2011, um conjunto de propostas sobre o QFP da UE para o período de programação financeira 2014-2020, que deverá ter início em janeiro de 2014. As propostas apresentadas são compostas pelos seguintes documentos:

- uma Comunicação da Comissão intitulada *Um orçamento para a Europa 2020*<sup>123</sup>;
- uma *proposta de Regulamento do Conselho que estabelece o Quadro Financeiro Plurianual para o período 2014-2020*<sup>124</sup>;
- um *projeto de Acordo Interinstitucional entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão no domínio orçamental e a boa gestão financeira*<sup>125</sup>;
- um pacote relativo aos recursos próprios da UE que integra uma proposta de Decisão do Conselho<sup>126</sup> e duas propostas de Regulamentos do Conselho<sup>127</sup>.

A *proposta de Regulamento do Conselho que estabelece o QFP para o período 2014-2020* e o *projeto de Acordo Interinstitucional* constituem a transposição jurídica do disposto na

---

<sup>122</sup> Até 2009, data da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a aprovação do QFP concretizava-se pela formalização de um Acordo Interinstitucional entre o Conselho, o PE e a CE, que permanece necessário dado que o Acordo Interinstitucional contém disposições sobre a cooperação institucional e a boa gestão financeira que não podem ser transpostas para o Regulamento que estabelece o QFP, ao abrigo do n.º 2 do artigo 312.º do TFUE.

<sup>123</sup> COM (2011) 500 F, Partes I e II de 29.06.2011.

<sup>124</sup> COM (2011) 398 F de 29.06.2011.

<sup>125</sup> COM (2011) 403 F de 29.06.2011.

<sup>126</sup> COM (2011) 510 F de 29.06.2011.

<sup>127</sup> COM (2011) 511 F e 512 F de 29.06.2011.

referida Comunicação da Comissão *Um orçamento para a Europa 2020*. De acordo com o n.º 3 do artigo 312.º do TFUE, o Regulamento que estabelece o QFP fixa os montantes máximos das dotações por categoria de despesa que correspondem às principais prioridades da UE e estão descritas em seis rubricas:

1. *Crescimento inteligente e inclusivo, incluindo coesão económica, social e territorial*<sup>128</sup>;
2. *Crescimento sustentável: recursos naturais, incluindo despesas de mercado e pagamentos diretos*;
3. *Segurança e cidadania*;
4. *Europa global*;
5. *Administração, incluindo despesas administrativas das instituições*; e
6. *Compensações*<sup>129</sup>.

Os montantes máximos para a coesão económica, social e territorial, para o período de programação financeira 2014-2020, estão fixados na primeira rubrica, *Crescimento inteligente e inclusivo*, ao abrigo da qual está prevista uma dotação para as RUP e para as regiões de fraca densidade populacional cujo montante equivale a 926 Milhões de Euros.

Em julho de 2012, a CE apresentou uma proposta alterada<sup>130</sup> à *proposta de Regulamento que estabelece o QFP para o período 2014-2020*, com o objetivo de atualizar o QFP da UE para o período de programação financeira 2014-2020. Esta atualização procedeu à inclusão no QFP da UE, para o referido período, das dotações para a República da Croácia<sup>131</sup>, dos dados mais recentes do PIB regional e do Rendimento Nacional Bruto (RNB), que influenciam a elegibilidade a título da política de coesão<sup>132</sup> e das previsões e projeções económicas mais recentes para efeitos de cálculo das dotações nacionais dos EM. Em sequência, procederam-

---

<sup>128</sup> O Conselho Europeu de 7 e 8 de fevereiro de 2013 subdividiu esta rubrica em competitividade para o crescimento e o emprego e coesão económica, social e territorial.

<sup>129</sup> A *proposta alterada de Regulamento do Conselho que estabelece o quadro financeiro plurianual para o período 2014-2020* (COM (2012) 388 F de 06.07.2012) passou a incluir esta rubrica.

<sup>130</sup> COM (2012) 388 F de 06.07.2012.

<sup>131</sup> Aderiu à UE em julho de 2013.

<sup>132</sup> A elegibilidade passou a ser determinada pela média do PIB regional dos anos 2007 a 2009.

se a ajustes na dotação para a coesão económica, social e territorial no QFP para o período de programação 2014-2020 para uma UE com 28 EM.

No Conselho Europeu de 7 e 8 de fevereiro de 2013, após um longo processo de negociação que teve início logo após a apresentação das propostas pela CE, os Chefes de Estado e de Governo da UE deram o seu acordo político às propostas do QFP da UE para o período de programação financeira de 2014-2020. O Conselho Europeu referiu que o QFP da UE para o próximo período de programação deve assegurar um orçamento que tire a UE da crise. Para tal, a despesa da UE no quadro da *Estratégia Europa 2020* deve concentrar-se no crescimento, no emprego, na competitividade e na convergência. O acordo político estabeleceu as dotações para as categorias de despesa da UE para o período de programação 2014-2020, em valores inferiores aos propostos pela CE. O Conselho Europeu destacou que a política de coesão é o principal instrumento da UE para reduzir as disparidades entre as regiões da União e neste sentido o apoio dos fundos deve ser concentrado nas regiões menos desenvolvidas. Acrescentou que a política de Coesão

é responsável por uma parte importante do investimento público na UE, contribui para o aprofundamento do mercado interno e desempenha, por conseguinte, um importante papel na dinamização do crescimento económico, do emprego e da competitividade. Além disso, a Política de Coesão contribui para a Estratégia "Europa 2020" de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo em toda a União Europeia (Conselho Europeu, 2013, p.10).

O acordo político conseguido no mencionado Conselho Europeu de fevereiro de 2013 constituiu um mandato de negociação para o Conselho desenvolver negociações com o PE sobre o QFP da UE para o período de programação 2014-2020. Compete ao Conselho adotar o Regulamento que estabelece o QFP, por unanimidade, após aprovação do PE. As negociações entre ambas as Instituições Europeias ocorrem antes do PE submeter as propostas do QFP a plenário para aprovação.

Refira-se que em 22 e 23 de novembro de 2012 realizou-se um Conselho Europeu dedicado ao QFP da UE para o período de programação 2014-2020, tendo em vista alcançar um

acordo político sobre o mesmo. Contudo, este não foi obtido e os Chefes de Estado e de Governo da UE prorrogaram um compromisso sobre o QFP para o ano 2013.

Em seguimento ao acordo alcançado no referido Conselho Europeu de fevereiro, o PE (2013a) aprovou a 13 de março de 2013 a *Resolução sobre as Conclusões do Conselho Europeu de 7 e 8 de fevereiro relativas ao Quadro Financeiro Plurianual*<sup>133</sup>, na qual esta Instituição Europeia rejeitou o acordo sobre o QFP da UE para o período de programação 2014-2020, nos termos acordados, e concedeu um mandato à equipa de negociação do PE para que "conduza as negociações sobre um pacote global que inclua nomeadamente, além do QFP, uma revisão obrigatória e profunda, uma flexibilidade global máxima, um acordo sobre os recursos próprios e a unidade do orçamento da UE".

Em 27 de junho de 2013, após um período de negociações entre o PE, o Conselho e a CE, foi alcançado um acordo político sobre o QFP da UE para o período de programação 2014-2020, confirmado na sessão plenária do PE, de 3 de julho de 2013, com a adoção da *Resolução sobre o Acordo Político sobre o Quadro Financeiro Plurianual para 2014-2020*<sup>134</sup>. O PE (2013d) realçou que

foi aprovado pela primeira vez um certo número de disposições que serão úteis para tornar o novo Quadro Financeiro operacional, coerente, transparente e mais reativo em relação às necessidades dos cidadãos da UE; salienta, em particular, as novas disposições relativas à revisão do QFP, à flexibilidade, aos recursos próprios e à unicidade e transparência do orçamento, que eram prioridades essenciais do Parlamento durante as negociações.

O PE deverá ainda aprovar em plenário a *proposta de Regulamento do Conselho que estabelece o QFP* e o *projeto de Acordo Interinstitucional sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira*, tendo em vista a entrada em vigor do QFP da UE, para o período de programação 2014-2020, em janeiro de 2014. Em caso de não aprovação do QFP até ao final

---

<sup>133</sup> Edição Provisória - Texto aprovado - P7\_TA(2013)0078.

<sup>134</sup> Edição provisória - Texto aprovado - P7\_TA-PROV(2013)0304.



de 2013, os montantes máximos do ano 2013 são protelados até que o QFP para o período de programação 2014-2020 seja adotado, em conformidade com o n.º 4 do artigo 312.º do TFUE.

## **6.2. PROPOSTAS LEGISLATIVAS DA POLÍTICA DE COESÃO PARA O PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2014-2020**

A CE apresentou em outubro de 2011 um conjunto de propostas legislativas em matéria de política de coesão para o período de programação financeira 2014-2020, conforme referido, de que se destacam para este trabalho a *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos*<sup>135</sup> e a *proposta de Regulamento do FEDER*<sup>136</sup>.

No decurso da negociação da *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos*, ao nível do Conselho e do PE e em resultado da mesma, a CE apresentou duas propostas alteradas à *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* e uma alteração à proposta alterada de Regulamento.

A primeira proposta alterada, datada de setembro de 2012,<sup>137</sup> decorreu, por um lado, dos elementos que conduziram à alteração da *proposta de Regulamento do Conselho que estabelece o QFP para 2014-2020*<sup>138</sup>, e, por outro lado, da vontade da CE de tornar mais inteligível a negociação da *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos*. A CE respondeu às reservas manifestadas pelo Conselho e pela Comissão REGI do PE sobre o QEC<sup>139</sup>, que consideraram que este é um elemento fundamental do ato legislativo e por isso deve ser adotado como um anexo à *proposta de*

---

<sup>135</sup> *Proposta de Regulamento do PE e do Conselho que estabelece disposições comuns relativas ao FEDER, ao FSE, ao FC, ao FADER e ao FEAMP, abrangidos pelo QEC e que estabelece disposições gerais relativas ao FEDER, ao FSE e ao FC e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006* (COM (2011) 615 F de 06.10.2011).

<sup>136</sup> *Proposta de Regulamento do PE e do Conselho que estabelece disposições específicas relativas ao FEDER e ao objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1080/2006* (COM (2011) 614 F de 06.10.2011).

<sup>137</sup> COM (2012) 496 F de 11.09.2012.

<sup>138</sup> A disponibilização de novos dados (PIB e RNB), as novas previsões macroeconómicas e a adesão da República da Croácia à UE (COM (2012) 388 F de 06.07.2012).

<sup>139</sup> O QEC integra os elementos que atribuem uma orientação estratégica ao processo de programação dos fundos e facilitam a coordenação da ação dos fundos com outros instrumentos da UE, em coerência com os objetivos da *Estratégia Europa 2020*, de acordo com o artigo 2.º da *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos*.

*Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* e não como um ato delegado da CE, como é proposto por esta Instituição no artigo 12.º da referida proposta de Regulamento<sup>140</sup>. Desta forma, a CE incluiu o QEC em anexo à proposta alterada de *Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos*, com as necessárias adaptações no articulado. Em março de 2013, a CE apresentou uma alteração<sup>141</sup> a esta proposta alterada de Regulamento com vista a incluir na mesma a *Iniciativa para o Emprego dos Jovens*<sup>142</sup>, determinada no Conselho Europeu de 7 e 8 fevereiro de 2013.

A segunda proposta alterada data de abril de 2013<sup>143</sup> e, em semelhança à primeira proposta alterada de Regulamento, visou facilitar a negociação em curso, ao responder às reservas manifestadas por alguns EM sobre o alinhamento do sistema de gestão e controlo do FEAMP com o FEADER. Neste sentido, a CE integrou o FEAMP no conjunto das regras da política de coesão.

A base de análise deste trabalho é a *proposta alterada de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos*, de setembro de 2012, designada neste trabalho por *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos*. Esta proposta de Regulamento substituirá o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho, que estabelece disposições gerais sobre o FEDER, o FSE e o FC, em vigor no período de programação 2007-2013. A base jurídica da *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* encontra-se no âmbito do artigo 174.º do TFUE que define os objetivos da UE para a coesão económica, social e territorial, nos artigos 175.º a 178.º do TFUE<sup>144</sup> que dispõem sobre a concretização de tais objetivos através da intervenção dos fundos estruturais<sup>145</sup> e na base jurídica das RUP consagrada no artigo 349.º do TFUE.

---

<sup>140</sup> Para a adoção do QEC como um ato delegado, a CE apresentou a 14.03.2012, os *Elementos de um Quadro Estratégico Comum em 2014-2020 para o FEDER, o FSE, o FC, o FEADER e o FEAMP* - SWD (2012) 61.

<sup>141</sup> COM (2013) 146 F de 12.03.2013.

<sup>142</sup> Estabelecida na *sub-rubrica 1b* sob o título *coesão económica, social e territorial* para as regiões (nível NUTS 2) com níveis de desemprego dos jovens superiores a 25%.

<sup>143</sup> COM (2013) 246 de 22.04.2013.

<sup>144</sup> Ex-artigos 158.º, 159.º, 160.º, 161.º, 162.º do TCE.

<sup>145</sup> FEDER e FSE, em conformidade com o artigo 175.º do TFUE.

As disposições específicas do FEDER estão definidas em Regulamento próprio do FEDER, como acontece no quadro regulamentar das disposições dos fundos no período de programação 2007-2013. A *proposta de Regulamento do FEDER* substituirá o Regulamento (CE) n.º 1080/2006, do PE e do Conselho, de 5 de julho de 2006, relativo ao FEDER e que está em vigor no atual período de programação financeira<sup>146</sup>. A base jurídica da *proposta de Regulamento do FEDER* é o artigo 178.º do TFUE, nos termos do qual o FEDER é adotado, e o artigo 349.º do TFUE. Em conformidade com o artigo 176.º do TFUE, o FEDER tem por finalidade colmatar as disparidades regionais no território da União, promovendo o desenvolvimento e a adaptação estrutural das regiões menos desenvolvidas e das regiões industriais em decadência. A *proposta de Regulamento do FEDER* estabelece as atribuições do FEDER, o seu âmbito de aplicação, determina as ações que não são elegíveis para apoio por este fundo e indica as prioridades em matéria de investimento do FEDER no âmbito dos objetivos temáticos definidos na *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos*.

O PE e o Conselho, depois de consultarem o Comité Económico Social e o CR adotam os regulamentos que “definirão as missões, os objetivos prioritários e a organização dos fundos com finalidade estrutural”, de acordo com o processo legislativo ordinário,<sup>147</sup> e “as regras gerais que lhes serão aplicáveis, bem como as disposições necessárias para garantir a sua eficácia e a coordenação dos fundos entre si e com os demais instrumentos financeiros existentes”, segundo o artigo 177.º do TFUE. Também os regulamentos de aplicação do FEDER são adotados de acordo com o processo legislativo ordinário, em conformidade com o artigo 178.º do TFUE.

Nestes termos, após a apresentação das propostas de Regulamentos pela CE, sucede-se o processo de negociação ao nível do Conselho e do PE, tendo em vista a aprovação por estas Instituições<sup>148</sup>. Neste âmbito, a Comissão REGI do PE adotou, em julho de 2012, o mandato

---

<sup>146</sup> Quando se refere no presente trabalho ao atual período de programação entende-se o período de programação 2007- 2013.

<sup>147</sup> Nos termos do artigo 289.º do TFUE “O processo legislativo ordinário consiste na adoção de um regulamento (...) conjuntamente pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, sob proposta da Comissão” O processo legislativo ordinário está disposto no artigo 294.º do TFUE.

<sup>148</sup> Em conformidade com o n.º 3 do artigo 294.º do TFUE.

negocial<sup>149</sup> sobre a *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos fundos*<sup>150</sup> e sobre a *proposta de Regulamento do FEDER* para o início das negociações com o Conselho e a CE sobre estas propostas, com vista a atingir um compromisso sobre as mesmas. O processo de negociação decorreu durante o ano de 2012 e prolonga-se em 2013. Na reunião da Comissão REGI do PE, de 10 e 11 de julho de 2013, foram aprovados os projetos de Relatório do PE sobre as referidas propostas de Regulamentos que serão submetidos a aprovação em plenário do PE<sup>151</sup>.

#### **6.2.1. PROPOSTA DE REGULAMENTO DAS DISPOSIÇÕES COMUNS E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS FUNDOS E PROPOSTA DE REGULAMENTO DO FEDER**

A *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* estrutura-se em quatro partes:

- a primeira parte compõe-se das disposições relativas ao objeto e às definições da proposta de Regulamento;
- a segunda parte fixa as disposições comuns aplicáveis aos cinco fundos abrangidos pelo QEC, o FEDER, o FSE, o FC, o FEADER e o FEAMP;
- a terceira parte estipula as disposições gerais que regem os fundos a título da política de coesão, o FEDER, o FSE e o FC; e
- a quarta parte abrange as regras relacionadas com as delegações de poder, as disposições de execução, transitórias e finais.

Evidencie-se a distinção entre a segunda e a terceira partes da proposta de Regulamento. A segunda parte<sup>152</sup> refere-se às disposições comuns aos cinco fundos, o FEDER, o FSE, o FC, o FEADER e o FEAMP, os fundos que integram o QEC. Esta parte é nova nas disposições

---

<sup>149</sup> Nos termos do artigo 70.º do Regimento do PE o mandato negocial do PE para as negociações interinstitucionais constitui um conjunto de alterações sobre uma determinada proposta que permite a abertura de negociações.

<sup>150</sup> O mandato negocial desta proposta de Regulamento foi aprovado na reunião da Comissão REGI do PE de 11 de julho de 2012 e atualizado na reunião da mesma Comissão de 27 de novembro de 2012.

<sup>151</sup> À data de consolidação deste trabalho ainda não tinham sido aprovados.

<sup>152</sup> Encontram-se os princípios do apoio da União, os objetivos temáticos, as regras sobre o QEC, as disposições sobre o contrato de parceria entre a CE e o EM, o planeamento, a programação e a elegibilidade das despesas dos fundos.

regulamentares dos fundos, dado que o *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos* vigente não abrange regras para os fundos relativos à agricultura e ao desenvolvimento rural, às pescas e aos assuntos marítimos, determinando apenas disposições gerais para os fundos ao abrigo da política de coesão, o FEDER, o FSE e o FC. A terceira parte<sup>153</sup> da proposta de Regulamento abrange as disposições gerais que regem o FEDER, o FSE e o FC, os fundos a título da política de coesão, em paralelo com o disposto no *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos* vigente. Com esta nova disposição dos fundos, a CE pretendeu, através do QEC, fixar para todos os fundos uma orientação estratégica conjunta e melhorar a coordenação e a harmonização da execução dos fundos, concentrando os recursos financeiros nos objetivos da *Estratégia Europa 2020*.

O novo instrumento estratégico designado de QEC deve instituir os meios para garantir a conformidade da programação dos fundos com o processo de governação económica da UE, a coordenação dos fundos e demais políticas e instrumentos da UE, a aplicação dos princípios horizontais e dos objetivos políticos transversais para a concretização dos fundos e a definição de disposições relacionadas com os desafios territoriais, como seja os desafios particulares das RUP, nos termos do artigo 11.º da *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos*.

A abordagem estratégica proposta para a intervenção dos fundos no próximo período de programação financeira articula a política de coesão com os objetivos da *Estratégia Europa 2020*. Recorde-se que no período de programação atual a intervenção dos fundos está centrada nas prioridades da *Estratégia de Lisboa*.

De acordo com a *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos*, a intervenção dos fundos da política de coesão deve conduzir-se pelo *objetivo do Investimento no Crescimento e no Emprego* e pelo *objetivo da Cooperação Territorial*

---

<sup>153</sup> Reporta-se às disposições gerais que regem o FEDER, o FSE e o FC, em particular as disposições relacionadas com a missão e os objetivos, o âmbito geográfico do apoio, os recursos financeiros, a programação, a monitorização e a avaliação, a informação e a comunicação, a elegibilidade das despesas e os sistemas de gestão e de controlo.

*Europeia*<sup>154</sup>. A Tabela 15 organiza os objetivos de intervenção dos fundos no período de programação 2007-2013 e no período de programação 2014-2020.

**TABELA 15 – OBJETIVOS DE INTERVENÇÃO DOS FUNDOS NOS PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013 E 2014-2020**

PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013	PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020
REGULAMENTO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS FUNDOS	PROPOSTA DE REGULAMENTO DAS DISPOSIÇÕES COMUNS E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS FUNDOS
<i>Objetivo da Convergência</i>	<i>Objetivo do Investimento no Crescimento e no Emprego</i>
<i>Objetivo da Competitividade Regional e do Emprego</i>	
<i>Objetivo da Cooperação Territorial Europeia</i>	<i>Objetivo da Cooperação Territorial Europeia</i>

Fonte: Elaboração própria a partir do Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos e da proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos.

Os recursos no âmbito do *objetivo do Investimento no Crescimento e no Emprego* são atribuídos às regiões nível NUTS II, classificadas por categoria de região, em função do respetivo PIB *per capita*, à semelhança do que tem sido o critério da CE nos períodos de programação antecedentes. De acordo com essa classificação são determinadas três categorias de regiões:

- as *regiões menos desenvolvidas*, que correspondem às regiões cujo PIB *per capita* é inferior a 75% da média europeia;
- as *regiões em transição*, que representam as regiões cujo PIB *per capita* se situa entre 75% e 90% da média europeia; e
- as *regiões mais desenvolvidas* são aquelas que detêm um PIB *per capita* superior a 90% da média europeia<sup>155</sup>.

<sup>154</sup> As disposições regulamentares relacionadas com este objetivo estão individualizadas numa *proposta de Regulamento do PE e do Conselho que estabelece disposições para o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ao objetivo da Cooperação Territorial Europeia* (COM (2011) 611 F de 06.10.2011) pelo que não serão abordadas nesta análise.

Apresenta-se na Tabela 16 a classificação das regiões no período de programação 2007-2013 e a correspondente categoria de região no período de programação 2014-2020.

**TABELA 16 – CLASSIFICAÇÃO DAS REGIÕES NOS PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013 E 2014-2020**

PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013	PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020
REGULAMENTO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS FUNDOS	PROPOSTA DE REGULAMENTO DAS DISPOSIÇÕES COMUNS E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS FUNDOS
Região – <i>Objetivo da Convergência</i>	<i>Região menos desenvolvida</i>
Região – <i>Apoio Transitório</i>	<i>Região em transição</i>
Região – <i>Objetivo da Competitividade Regional e do Emprego</i>	<i>Região mais desenvolvida</i>

Fonte: Elaboração própria a partir do Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos e da proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos.

Nos termos do disposto para a definição da elegibilidade das regiões ao apoio dos fundos no período de programação 2014-2020<sup>156</sup>, a RAM classifica-se na categoria de *região mais desenvolvida*, dado que a média do PIB *per capita* da RAM no período de 2007-2009 é superior a 90% da média europeia<sup>157</sup> (Vide Tabela 17).

<sup>155</sup> A lista das regiões elegíveis é adotada pela CE após a entrada em vigor do Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos.

<sup>156</sup> A classificação das regiões é definida com base no PIB *per capita* "aferido em paridade de poder de compra e calculado com base nos valores da União para o período 2007 a 2009, e a média do PIB da UE 27 no mesmo período de referência", nos termos do ponto 27 das Conclusões do Conselho Europeu de 7 e 8 de fevereiro de 2013 (Conselho Europeu, 2013).

<sup>157</sup> De acordo com os dados do Eurostat o PIB da RAM para os anos 2007, 2008 e 2009, corresponde, respetivamente a um índice de 101, 103 e 105, com uma média de índice de 103.

**TABELA 17 – ENQUADRAMENTO DA RAM NA POLÍTICA DE COESÃO - PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013 E 2014-2020**

ENQUADRAMENTO DA RAM	
PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013	PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020
REGULAMENTO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS FUNDOS -	PROPOSTA DE REGULAMENTO DAS DISPOSIÇÕES COMUNS E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS FUNDOS -
<i>Região phasing in no objetivo da Competitividade Regional e do Emprego</i>	<i>Região mais desenvolvida</i>

Fonte: Elaboração própria a partir do Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos e da proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos.

Para concretizar os objetivos da *Estratégia Europa 2020* em articulação com a política de coesão, como referido, é proposta a concentração da intervenção dos fundos em onze objetivos temáticos, conforme disposto no artigo 9.º da *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos*. Os objetivos temáticos traduzem-se em prioridades de investimento do FEDER, nos termos do artigo 5.º da *proposta de Regulamento do FEDER*. A Tabela 18 organiza o âmbito dos objetivos temáticos e as correspondentes prioridades de investimento do FEDER.



**TABELA 18 – ÂMBITO DOS OBJETIVOS TEMÁTICOS E AS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO DO FEDER**

ÂMBITO DOS OBJETIVOS TEMÁTICOS	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO DO FEDER
Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação (IDT&I)	Promoção da infraestrutura de investigação e inovação (I&I), dos centros de competência de interesse europeu e do desenvolvimento do investimento em I&I das empresas
TIC	Implantação de redes de banda larga, desenvolvimento de produtos e serviços TIC e promoção das aplicações TIC
PME	Promoção do espírito empresarial e do desenvolvimento de novos modelos empresariais para as PME
Economia de baixo teor de carbono em todos os sectores	Promoção das energias renováveis, da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas PME, nas infraestruturas públicas e no sector da habitação
Alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos	Promoção de investimento de adaptação às alterações climáticas e de abordagem a riscos específicos
Ambiente e eficiência dos recursos	Apoio ao setor dos resíduos e ao setor da água, à proteção do património cultural e à promoção da biodiversidade
Transportes sustentáveis	Investimento na rede transeuropeia de transportes, o melhoramento da mobilidade regional e o desenvolvimento de sistemas de transportes ecológicos
Emprego e apoio à mobilidade laboral	Desenvolvimento de parques empresariais, apoio à criação de empresas e investimento na infraestrutura dos serviços públicos de emprego
Integração social e combate à pobreza	Investimento nas infraestruturas sociais, apoio às comunidades urbanas e rurais desfavorecidas e apoio às empresas sociais
Educação, competências e aprendizagem ao longo da vida	Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas
Capacidade institucional e eficiência da administração pública	Reforço da capacidade institucional e da eficiência das administrações públicas e dos serviços públicos

Fonte: Elaboração própria a partir da proposta de *Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* e da proposta de *Regulamento do FEDER*.

Para as regiões são determinadas taxas de concentração temática, de acordo com os objetivos temáticos definidos. A *proposta de Regulamento do FEDER* estabelece no artigo 4.º a taxa de concentração temática por categoria de região, conforme disposto na Tabela 19.

**TABELA 19 – CONCENTRAÇÃO TEMÁTICA POR CATEGORIA DE REGIÃO**

OBJETIVOS TEMÁTICOS	CATEGORIA DE REGIÃO	TAXA DE CONCENTRAÇÃO TEMÁTICA
<b>1 - REFORÇO DA IDT&amp;I</b>  <b>3 - REFORÇO DA COMPETITIVIDADE DAS PME</b>  <b>4 - APOIO À TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA DE BAIXO TEOR DE CARBONO</b>	<i>Região menos desenvolvida</i>	50 % da dotação do FEDER
	<i>Região em transição</i>	80% da dotação do FEDER
	<i>Região mais desenvolvida</i>	

Fonte: Elaboração própria a partir da *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* e da *proposta de Regulamento do FEDER*.

Para o objetivo temático (4) relacionado com o *Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono*, as *regiões menos desenvolvidas* destinam ainda 6% dos recursos e as outras duas categorias de regiões reservam 20% da dotação do FEDER.

Nos termos do artigo 13.º da *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos*, a seleção dos objetivos temáticos para a intervenção do FEDER deve ter em conta as necessidades de desenvolvimento da região e a sua escolha deve ser justificada e apresentada uma síntese dos resultados expectáveis. Estes elementos devem integrar o contrato de parceria que é elaborado pelo EM, em cooperação com os parceiros e em diálogo com a CE para o período de programação 2014-2020. No âmbito da preparação e elaboração do contrato de parceria destaque-se o princípio da parceria e da abordagem da governação a vários níveis, estabelecido no artigo 5.º da *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos*. A visão de uma governação a vários níveis envolve a ação da UE, dos EM, das autoridades regionais e locais e dos parceiros económicos e sociais, no quadro de uma parceria,<sup>158</sup> na preparação da

<sup>158</sup> Nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* a CE apresentou a 24.04.2012 os elementos para um código de conduta europeu relativo ao

negociação do contrato de parceria e da programação dos PO cofinanciados pelos fundos. O contrato de parceria deve traduzir no âmbito nacional os elementos que constituem o QEC e definir o compromisso do EM para a concretização dos objetivos da *Estratégia Europa 2020* através da programação dos fundos. Este contrato é o equivalente ao QREN no *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos* vigente, em que ambos constituem o enquadramento necessário para a preparação dos PO.

A intervenção dos fundos nas regiões e nos EM materializa-se através dos PO. O contrato de parceria proporciona o enquadramento necessário para a elaboração dos PO, constituídos por eixos prioritários, em que cada eixo corresponde a um fundo e a um objetivo temático com uma ou várias prioridades de investimento. A *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos*, nos termos do artigo 14.<sup>9</sup>, introduz uma lista de condições *ex ante* que devem ser cumpridas antes da adoção dos PO, que não existia no período de programação 2007-2013. Refira-se a título de exemplo, a elaboração de uma estratégia regional de investigação e inovação para a especialização inteligente.

A repartição dos recursos financeiros,<sup>159</sup> ao abrigo dos fundos, é efetuada de acordo com a ponderação de vários critérios por categoria de região, acordados no Conselho Europeu de 7 e 8 de fevereiro de 2013<sup>160</sup>. Reporte-se a propósito da atribuição de recursos financeiros que o referido Conselho Europeu acordou na determinação de disposições especiais de afetação dos fundos para os EM afetados pela crise económica na Zona do Euro, com o objetivo de estimular o crescimento e a criação de emprego. Portugal foi abrangido por estas disposições com a disponibilização de 1000 milhões de euros, dos quais 150 Milhões de Euros são para a RAM<sup>161</sup>.

---

princípio de parceria que pretende ajudar os EM a constituírem parceiras (SWD (2012) 106 F), que deverá ser adotado sob a forma de ato delegado.

<sup>159</sup> A CE fixa após a aprovação dos Regulamentos, a repartição anual indicativa das dotações de autorização disponíveis por EM para o período de programação 2014-2020.

<sup>160</sup> Refira-se a título de exemplo dois dos critérios estabelecidos para a categoria de *região mais desenvolvida*: "população regional total (ponderação de 25%); número de pessoas desempregadas nas regiões do nível NUTS 2 com uma taxa de desemprego superior à média de todas as regiões mais desenvolvidas (ponderação de 20%)", nos termos no ponto 38 das Conclusões do Conselho Europeu de 7 e 8 de fevereiro de 2013 (Conselho Europeu, 2013).

<sup>161</sup> Ponto 50 das Conclusões do Conselho Europeu de 7 e 8 de fevereiro de 2013 (Conselho Europeu, 2013).

O artigo 3.º da *proposta de Regulamento do FEDER* dispõe sobre o âmbito de intervenção do FEDER, em semelhança ao disposto no *Regulamento do FEDER*. Na Tabela 20 organiza-se os domínios abrangidos pelo âmbito de intervenção do FEDER para os dois períodos de programação em análise. Também no artigo 3.º da *proposta de Regulamento do FEDER* estão dispostos os domínios que o FEDER não apoia. A Tabela 21 apresenta os domínios que não são elegíveis ao financiamento do FEDER nos dois períodos de programação.

**TABELA 20 – ÂMBITO DE INTERVENÇÃO DO FEDER NOS PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013 E 2014-2020**

ÂMBITO DE INTERVENÇÃO DO FEDER	REGULAMENTO DO FEDER - PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013	PROPOSTA DE REGULAMENTO DO FEDER - PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020
Investimentos produtivos para a criação e manutenção de empregos sustentáveis, através de ajudas diretas ao investimento nas PME	X	X
Investimentos em infraestruturas	X	-
Investimento na prestação das infraestruturas necessárias para prestar serviços básicos aos cidadãos, nas áreas da energia, do ambiente, dos transportes e das TIC	-	X
Investimento em infraestruturas sociais e educativas	-	X
Desenvolvimento do potencial endógeno, através do apoio ao desenvolvimento local e regional	X	X
Desenvolvimento do potencial endógeno, através do apoio à I&I	-	X
Criação e desenvolvimento de instrumentos de financiamento, como capital de risco, fundos de empréstimo e de garantia, fundos de desenvolvimento local, bonificações juros	X	-
Investimento fixo em equipamentos e infraestruturas de pequena escala	-	X
Apoio e serviços a PME	X	X
Apoio a organismos públicos de I&I e investimento em tecnologia e investigação aplicada em empresas	-	X
Criação de redes, cooperação e intercâmbio de experiências entre regiões, cidades e intervenientes sociais, económicos e ambientais.	X	X
Assistência técnica	X	X

Fonte: Elaboração própria a partir do Regulamento do FEDER e da proposta de Regulamento do FEDER.

**TABELA 21 – DOMÍNIOS NÃO ELEGÍVEIS AO APOIO DO FEDER NOS PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013 E 2014-2020**

DOMÍNIOS NÃO ELEGÍVEIS AO APOIO DO FEDER	REGULAMENTO DO FEDER - PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO <b>2007-2013</b>	PROPOSTA DE REGULAMENTO DO FEDER - PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO <b>2014-2020</b>
Os investimentos em infraestruturas de apoio aos cidadãos nas áreas do ambiente, dos transportes e das TIC nas regiões mais desenvolvidas	-	X
A desativação de centrais nucleares	X	X
As instalações abrangidas pela Diretiva 2003/87/CE no que respeita à diminuição das emissões de gases com efeito de estufa	-	X
Os processos de produção e comercialização de produtos do tabaco	-	X
As empresas em dificuldade, nos termos das regras dos auxílios de Estado	-	X
Os juros devedores	X	-
A aquisição de terrenos num valor superior a 10% das despesas totais	X	-
Imposto sobre o valor acrescentado recuperável	X	X <sup>162</sup>

Fonte: Elaboração própria a partir do Regulamento do FEDER e da proposta de Regulamento do FEDER.

As taxas de cofinanciamento estão fixadas no artigo 110.º da *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos*, de acordo com a categoria de região. A título do *objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego*, a taxa de cofinanciamento para as *regiões mais desenvolvidas* corresponde a 50% e para as RUP a 85%, esta última equivalente à taxa de cofinanciamento que as RUP auferem no período de programação 2007-2013. Refira-se que o Conselho Europeu de fevereiro de 2013 determinou a aplicação de uma taxa de cofinanciamento superior, em dez pontos

<sup>162</sup> Nos termos do ponto 92 das Conclusões do Conselho Europeu de 7 e 8 de fevereiro de 2013 (Conselho Europeu, 2013).

percentuais, aos EM sob um programa de assistência financeira, como é o caso de Portugal, tal como acontece no período em vigor.

No ponto seguinte apresenta-se as disposições da *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* e da *proposta de Regulamento do FEDER* aplicáveis às RUP.

#### **6.2.1.1. DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS**

A *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* refere no Considerando (5) que as RUP devem beneficiar de medidas específicas e de financiamento suplementar, de modo a mitigar as dificuldades resultantes dos fatores expostos no artigo 349.º do TFUE, em similitude ao *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos*.

Nos Considerandos da *proposta de Regulamento do FEDER* é referido o apoio do FEDER que deve ser dado às RUP através de ajudas de funcionamento associadas à compensação dos custos suplementares que afetam estas regiões. É mencionado que 50% da *dotação específica adicional* deve ser atribuído para ações que contribuam para a diversificação e modernização das economias das RUP no quadro do desenvolvimento das atividades económicas que já existem e de novas atividades. Em comparação, o *Regulamento do FEDER* vigente refere nos Considerandos a menção a uma especial atenção às RUP e o financiamento das ajudas de funcionamento relacionadas com a compensação dos custos adicionais destas regiões.

A *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* estabelece na alínea e) do n.º 1 do artigo 84.º um financiamento adicional de 924 Milhões de Euros para as RUP e para as regiões do nível NUTS II que cumpram os critérios estabelecidos no artigo 2.º do Protocolo n.º 6 do Tratado de Adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia. O Conselho Europeu de fevereiro de 2013 acordou num montante do

financiamento adicional no valor de 1387 Milhões de Euros<sup>163</sup>, com uma intensidade de ajuda de 30 euros *per capita* e por ano<sup>164</sup> (Vide Tabela 22).

**TABELA 22 – FINANCIAMENTO ADICIONAL PARA AS RUP E PARA AS REGIÕES NÓRDICAS**

FINANCIAMENTO ADICIONAL PARA AS RUP E PARA AS REGIÕES NÓRDICAS	
Proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos	924 Milhões de Euros
Conclusões do Conselho Europeu de 7 e 8 de fevereiro de 2013	1387 Milhões de Euros

Fonte: Elaboração própria a partir da *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* e das Conclusões do Conselho Europeu de 7 e 8 de fevereiro de 2013.

A *proposta de Regulamento do FEDER* estabelece no artigo 11.º as condições de utilização da *dotação específica adicional* para as RUP, cujo propósito é compensar os custos suplementares ligados às desvantagens das RUP expostos no artigo 349.º do TFUE. A Tabela 23 organiza os domínios de apoio do FEDER a título da *dotação específica adicional* determinados na *proposta de Regulamento do FEDER* e no *Regulamento do FEDER*.

<sup>163</sup> Alínea b) do ponto 23 das Conclusões do Conselho Europeu de 7 e 8 de fevereiro de 2013 (Conselho Europeu, 2013).

<sup>164</sup> Ponto 44 das Conclusões do Conselho Europeu de 7 e 8 de fevereiro de 2013 (Conselho Europeu, 2013).



TABELA 23 – APOIO DO FEDER NO ÂMBITO DA DOTAÇÃO ESPECÍFICA ADICIONAL

APOIO DO FEDER NO ÂMBITO DA DOTAÇÃO ESPECÍFICA ADICIONAL	
PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013	PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020
REGULAMENTO DO FEDER	PROPOSTA DE REGULAMENTO DO FEDER
Prioridades estabelecidas ao abrigo do <i>objetivo da Convergência</i> e/ou do <i>objetivo da Competitividade Regional e do Emprego</i>	Objetivos temáticos estipulados para as RUP
Transporte de mercadorias e o apoio ao arranque de serviços de transporte	
Operações relativas à capacidade de armazenamento, ao sobredimensionamento e à manutenção dos instrumentos de produção e à falta de capital humano no mercado regional	
Ajudas ao funcionamento e despesas relacionadas com obrigações e contratos de serviço público nas RUP.	
Custos de investimento	

Fonte: Elaboração própria a partir do *Regulamento do FEDER* e da *proposta de Regulamento do FEDER*.

A *proposta de Regulamento do FEDER* refere que no mínimo 50% da *dotação específica adicional* deve ser usada para a diversificação e modernização das economias das RUP, tendo em atenção os seguintes objetivos temáticos: (1) reforço da IDT&I, (2) promoção da acessibilidade, utilização e qualidade das TIC e (3) reforço da competitividade das PME. No *Regulamento do FEDER* vigente a condição dos 50% aplica-se às ajudas ao funcionamento e às despesas relativas a obrigações e contratos de serviço público.

O n.º 4 do artigo 11.º tanto da *proposta de Regulamento do FEDER* como do *Regulamento do FEDER* referem, de modo idêntico, as ações que não podem ser apoiadas pela *dotação específica adicional*:

- as ações que incluam produtos abrangidos pela lista constante do anexo I do TFUE;
- os auxílios ao transporte de pessoas autorizados conforme alínea a) do n.º 2 do artigo 107.º do TFUE; e
- as isenções fiscais e a isenção de encargos sociais.

No ponto seguinte aborda-se a perspetiva da RAM sobre as propostas descritas, em que se foca, em particular, nos elementos das propostas com repercussões na RAM, e nesta enquanto RUP. Nesta abordagem será tida em conta a informação transmitida pelo ERR.

### **6.3. PERSPETIVA REGIONAL**

A posição GRAM sobre as propostas apresentadas pela CE para o QFP da UE para o período de programação 2014-2020 foi de manifesta oposição às mesmas. Na perspetiva do GRAM as propostas não traduziram o que é o Estatuto específico das RUP, consagrado nos artigos 355.º e 349.º do TFUE. A classificação da RAM como *região mais desenvolvida* confronta a Região

com um corte abrupto, mormente a título do FEDER e do Fundo Social Europeu, na ordem dos 80%, ou seja, cerca de menos 312 milhões de euros do que no atual período, a que acresce a redução de 33 milhões a título da dotação específica adicional prevista para as RUP e para as regiões nórdicas de baixa densidade populacional (VPGRAM, 2012b, p.2).

Neste quadro, o GRAM defendeu, junto das autoridades nacionais e europeias "um tratamento particular e adequado para as RUP e em especial para a RAM". E manifestou o direito das RUP, com fundamento no artigo 349.º do TFUE, do acesso ao apoio máximo dos fundos a título da política de coesão, de modo independente do respetivo PIB *per capita* (VPGRAM, 2013, p.37).

Questionou-se o ERR sobre as vantagens e as desvantagens da classificação da RAM na categoria de *região mais desenvolvida* para o período de programação 2014-2020, ao que o ERR referiu como desvantagens "uma limitação financeira" e "uma rigidez muito grande na alocação dos recursos" e como vantagens "permite-nos ser obrigatoriamente seletivos" e "vai nos permitir ter maior atenção e um maior rigor estratégico" (13.06.2013).

Sobre a repartição financeira para a RAM o ERR referiu que "ainda não está definido o envelope financeiro para a Região. Se bem que se estime que se situe entre os 290 e os 300 Milhões de Euros (...) terão de ser subdivididos pelos fundos, FEDER e FSE". Este valor inclui

os 150 Milhões de Euros acordados no Conselho Europeu de fevereiro de 2013 e "50 Milhões de Euros da dotação adicional para efeitos de sobrecustos". Segundo o ERR "o tal corte de 80% que se falou no início (...) foi minimizado com estes 150 Milhões de Euros" (ERR, 13.06.2013). O valor total a receber pela RAM deverá corresponder a menos 40% do que no período de programação 2007-2013 ("Governo da Madeira", 2013).

Na repartição dos recursos pelos EM, o ERR alertou para a necessidade de ter em conta dados atualizados, "se vamos nos basear no período 2007 a 2009 vamos aparecer com taxa de desemprego de 4,5% ou 5% quando temos quase 21%. E isto é gravíssimo porque vai induzir uma repartição perfeitamente enviesada". Para o ERR "a realidade da Madeira em 2007-2011 não tem nada a ver infelizmente com a realidade atual. E estamos a fazer basear-nos (...) a repartição dos recursos financeiros (...) numa realidade ultrapassada que não existe" (13.06.2013).

No próximo período de programação a distribuição dos recursos do FEDER e do FSE na RAM não poderá ter (...) o peso que teve os dois fundos nos atuais programas. Portanto temos 320 Milhões de Euros e 125 Milhões de Euros, cerca de 70% FEDER e 30% FSE. No próximo período de programação (...) poderá ser uma distribuição muito próxima dos 50%/50%. Se calhar um bocadinho mais do que 50% para o caso do FEDER. O que resulta aqui digamos 160 Milhões de Euros para o FEDER e 140 Milhões de Euros para o FSE (ERR, 13.06.2013).

A causa da referida distribuição dos fundos para o próximo período de programação na RAM está relacionada com o FSE, "há aqui uma componente que é incontornável nisto tudo (...) que é a questão do desemprego, (...) em 2007-2013 (...) o desemprego não sendo marginal não era muito mais do que isso e hoje temos um desemprego superior a 20%" (ERR, 13.06.2013). A taxa de desemprego elevada que atinge a RAM decorre das consequências da crise económica e financeira. A este fator acresce as condições do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da RAM e as consequentes limitações orçamentais com influência na concretização de projetos cofinanciados pela UE. O Programa de Ajustamento "cria constrangimentos financeiros em termos de fluidez financeira que obstaculizam que se

possa validar despesa. Grande parte dos projetos que são desenvolvidos a nível público são por organismos que são serviços simples e portanto têm de ter o dinheiro orçamentado". Para além disso, o Programa de Ajustamento "tem restrições orçamentais a nível de financiamento (...) e introduz uma série de medidas (...) que de alguma forma condiciona também os projetos comunitários" (ERR, 13.06.2013).

Neste panorama questionou-se o ERR sobre qual o valor FEDER, ideal ou aceitável, para a RAM para o próximo período de programação, ao que o ERR retorquiu "o ideal seria o que recebemos no atual período de programação. Se fosse mais não sei se teríamos capacidade de gastar". No atual contexto de níveis elevados de desemprego, o ERR mostrou-se mais favorável a um valor superior do apoio do FSE do que do FEDER. Com uma dotação maior do FSE seria possível "apoiar medidas ativas de emprego (...) e (...) apoiar projetos na área da educação e da formação, que são complementares de medidas de emprego". Um maior apoio do FEDER seria canalizado para a IDT (ERR, 13.06.2013).

Sobre a *dotação específica adicional*, o ERR referiu que o valor estabelecido no Conselho Europeu de fevereiro de 2013 não é tão adequado quanto o valor atual da dotação, os 66 Milhões de Euros. Referiu que "dos 35 Euros *per capita* passa a 30 Euros mas já não é mau porque era para ser 20 Euros". Recorde-se que a *dotação específica adicional* é atribuída de acordo com o valor *per capita* definido, tendo em conta o número da população total. Neste contexto, o ERR aludiu ao facto de que "temos os censos já apurados e mais consentâneos com a realidade e dá-nos um *up-grade* que pode compensar um bocadinho o que perdemos". Contou que foi solicitada uma alteração do *PO Intervir+*, de modo a abranger os transportes terrestres a título da *dotação específica adicional*, se tal pedido for aprovado a dotação adicional do período atual não é "assim tão grande quanto isso" (ERR, 13.06.2013).

No âmbito das condições de utilização da *dotação específica adicional* o ERR expôs a preferência pelas ajudas de funcionamento às empresas, em detrimento das ajudas de investimento, dado que estas últimas são mais difíceis de concretizar. O GRAM tem defendido no âmbito da negociação da proposta do QFP da UE para o período de programação 2014-2020 um valor da *dotação específica adicional* pelo menos idêntico ao do atual período de programação (VPGRAM, 2013).

Para a concretização da estratégia de desenvolvimento regional no horizonte 2020 torna-se imprescindível não só o apoio do FEDER, como também a contrapartida regional. A situação atual da RAM sob um Programa de Ajustamento Económico e Financeiro condiciona a intervenção do FEDER na RAM no próximo período de programação, dado que a disponibilização de financiamento para projetos torna-se mais difícil. Neste contexto, as taxas de cofinanciamento relevam-se essenciais. O ERR referiu que a taxa de cofinanciamento ao abrigo da *dotação específica adicional* "de 50% é muito pouco" e "deveria ser 85%". Por outro lado, a taxa de cofinanciamento de 85% para as RUP a título do *objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego* "é ótima. (...) há 10 anos atrás diria que a taxa é muito e devia ser reduzida porque tinha muitos projetos e muita dinâmica". Mencionou que

deveria ser ponderada a possibilidade desta Região, não é só a questão de ultraperiférica, mas como região intervencionada pelo PAEF (...) como parte integrante de um país intervencionado (...) deveria ser equacionado um incremento desta taxa de cofinanciamento (ERR, 13.06.2013).

Interrogou-se o ERR sobre as introduções no âmbito do FEDER para o período de programação 2014-2020, no que se refere:

- às especificações do tipo de infraestruturas apoiadas pelo FEDER, que o ERR referiu como positivo, no entanto questionou-se sobre a elegibilidade das infraestruturas sociais e educativas "pelas reações que tenho tido da Comissão Europeia" e acrescentou que apesar de considerar "reduzir especificar as infraestruturas (...) é uma boa forma de evitar algum desvio estratégico";
- à não contemplação do apoio do FEDER à criação e desenvolvimento de instrumentos de financiamento, como por exemplo capital de risco, que o ERR referiu que pondera que estejam incluídos no âmbito do investimento produtivo e do investimento fixo em equipamentos e infraestruturas de pequena escala;
- as áreas que o FEDER não apoia (desativação de centrais nucleares; a redução das emissões de gases com efeito de estufa em instalações abrangidas pela Diretiva 2003/87/CE; processo de produção e comercialização de tabaco; empresas em

dificuldade na aceção das regras da União sobre os auxílios estatais) que o ERR referiu que "são inócuas" para a RAM;

- a área específica de não apoio do FEDER ao investimento nas infraestruturas necessárias para prestar serviços básicos aos cidadãos nas áreas do ambiente, transportes e TIC nas *regiões mais desenvolvidas* que o ERR retorquiu que "não afeta" a RAM e que "não são todas as infraestruturas. Existe alguma flexibilidade na construção de infraestruturas mas não é muita. Infraestruturas é quase que zero". Referiu que a RAM como RUP é abrangida pelo objetivo temático das TIC e neste âmbito "é possível algumas infraestruturas". As infraestruturas a serem realizadas no próximo período de programação são apenas as prioritárias e ao abrigo da I&DT. Para o próximo ciclo haverá um reaproveitamento das infraestruturas existentes (ERR, 13.06.2013).

#### **6.4. INTERVENÇÃO DA RAM**

No âmbito da negociação do QFP para o período de programação 2014-2020, o GRAM procurou junto das autoridades nacionais e europeias apoio para a defesa de um tratamento diferenciado para as RUP, a título da política de coesão, "seja junto das instâncias nacionais, ao mais alto nível, seja junto das instâncias europeias, designadamente junto do Parlamento Europeu, dos Altos Representantes da Comissão Europeia e do Comité das Regiões, a ação reivindicativa da Região tem sido constante" (VPGRAM, 2012a).

No quadro nacional, o acompanhamento do processo negocial do QFP, bem como da negociação das propostas legislativas da política de coesão, ao nível do PE, do Conselho e da CE, compete ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em particular à Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)<sup>165</sup>. A participação da RAM no quadro das negociações efetua-se por via da transmissão da posição da RAM à DGAE, a quem cabe definir a posição nacional sobre as matérias em questão e negociar na perspetiva da defesa do interesse nacional junto

---

<sup>165</sup> Compete à DGAE acompanhar e coordenar a definição da posição nacional sobre as políticas da UE, em conjunto com os ministérios sectoriais competentes e com os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, nos termos do artigo 2.º do *Decreto Regulamentar n.º 12/2012, de 19 de janeiro*.

das Instituições Europeias. Aluda-se às reuniões no âmbito da CIAE<sup>166</sup>, a nível técnico<sup>167</sup> e a nível político<sup>168</sup>, organizadas pela DGAE, em que são tratadas as questões europeias atuais "com vista ao estabelecimento de orientações concertadas e à definição das posições portuguesas junto das diferentes instituições da União Europeia"<sup>169</sup>. No quadro da CIAE, a nível político, é preparada e coordenada a posição do Governo português para as negociações do QFP da UE para o período de programação 2014-2020, na qual a representação da RAM é assegurada pelo Vice-Presidente do GRAM<sup>170</sup>.

As propostas do QFP da UE para o período de programação financeira 2014-2020 aguardam a aprovação em plenário do PE. Conforme referido, a Comissão REGI do PE aprovou, na reunião de 10 e 11 de julho de 2013, os Relatórios do PE sobre a *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* e sobre a *proposta de Regulamento do FEDER*, que serão submetidos a aprovação em plenário do PE. Destes Relatórios constam algumas das orientações desta Instituição sobre as referidas propostas, destaque-se aquelas com interesse para a RAM e para as RUP:

- *Relatório da Comissão REGI do PE sobre a proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos*<sup>171</sup>:
  - atribuição às RUP que se incluem nas categorias de *região em transição* ou de *região mais desenvolvida*, no período de programação 2014-2020, uma dotação ao abrigo da política de coesão, no mínimo igual a quatro quintos da dotação destas Regiões no período de programação 2007-2013<sup>172</sup>; e

---

<sup>166</sup> Vide Nota 6.

<sup>167</sup> "É constituída pelo diretor-geral dos Assuntos Europeus, que preside, e por representantes da Presidência do Conselho de Ministros e de cada um dos ministérios sectoriais e dos órgãos de governo das Regiões Autónomas", nos termos do artigo 3.º do *Decreto-Lei n.º 87/2012 de 10 de abril que aprova a orgânica da CIAE*.

<sup>168</sup> "É composta pelo membro do Governo responsável pela área dos assuntos europeus, que preside, por um secretário de Estado em representação da Presidência do Conselho de Ministros e de cada um dos ministérios sectoriais e por um secretário regional em representação de cada um dos governos regionais, competentes em razão da matéria", nos termos do artigo 3.º do *Decreto-Lei n.º 87/2012 de 10 de abril*.

<sup>169</sup> Nos termos do artigo 1.º do *Decreto-Lei n.º 87/2012 de 10 de abril*.

<sup>170</sup> A Vice-Presidência do Governo é o departamento do GRAM que tem por missão definir, coordenar e executar a política regional em matéria de assuntos europeus, em conformidade com o n.º 1 do *Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2011/M de 19 de dezembro*, alterado pelo *Decreto Regulamentar Regional n.º 36/2012/M de 24 de dezembro*.

<sup>171</sup> Datado de 19.07.2013, A7-0274/2013.

<sup>172</sup> N.º 1 do artigo 84.º da *proposta de Regulamento* em referência.

- igualar as taxas de cofinanciamento para as RUP a 85%, ou seja a taxa de cofinanciamento a título da *dotação específica adicional* passaria de 50% para 85%<sup>173</sup>.
- *Relatório da Comissão REGI do PE sobre a proposta de Regulamento do FEDER*<sup>174</sup>:
  - a equiparação das RUP a *regiões menos desenvolvidas* para efeitos da determinação da concentração temática<sup>175</sup>;
  - a não submissão da *dotação específica adicional* para as RUP aos objetivos temáticos<sup>176</sup>;
  - a eliminação da condição de pelo menos 50% da *dotação específica adicional* contribuir para a diversificação e modernização das economias das RUP<sup>177</sup>; e
  - o apoio do FEDER aos investimentos produtivos nas empresas das RUP, de modo independente da sua dimensão<sup>178</sup>.

No plano europeu, a RAM participa no Comité das Regiões,<sup>179</sup> procurando intervir nos trabalhos deste Órgão, tendo em vista que os Pareceres do CR reflitam as preocupações e reivindicações da RAM e das RUP, a título da política de coesão, para o próximo período de programação. Refira-se os Pareceres do CR sobre as propostas do QFP da UE e sobre a *proposta de Regulamento do FEDER*, nos quais o CR solicita uma atenção especial para a situação específica das RUP no acesso aos fundos<sup>180</sup>, um apoio adequado para as RUP a título do FEDER e a flexibilização da concentração temática para estas regiões<sup>181</sup>, conforme já referido.

---

<sup>173</sup> N.º 3 do artigo 110.º da *proposta de Regulamento* em referência.

<sup>174</sup> Datado de 17.07.2013, A7-0268/2013.

<sup>175</sup> N.º 1 do artigo 4.º da *proposta de Regulamento do FEDER*.

<sup>176</sup> N.º 1 do artigo 11.º da *proposta de Regulamento do FEDER*.

<sup>177</sup> *Idem*.

<sup>178</sup> *Idem*.

<sup>179</sup> Órgão da UE com funções consultivas “composto por representantes das autarquias regionais e locais que sejam quer titulares de um mandato eleitoral a nível regional ou local, quer politicamente responsáveis perante uma assembleia eleita”, em conformidade com o n.º 3 do artigo 300.º do TFUE.

<sup>180</sup> Parecer do CR sobre *O novo quadro financeiro plurianual pós-2013*, JO C 391, de 18.12.2012, p.31.

<sup>181</sup> Parecer do CR sobre a *Proposta de regulamento relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional*, JO C 225, de 27.07.2012, p.114;



## 7. PREPARAÇÃO DO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2014-2020

### 7.1. CONTEXTO REGIONAL

A estratégia de desenvolvimento da RAM no período de programação financeira 2007-2013 está a ser afetada pela crise económica e financeira, prejudicando o atual período de programação e exigindo uma redefinição das prioridades estabelecidas, que se traduziu, em parte, nas reprogramações do *PO Intervir+*. Este Programa foi objeto de uma avaliação intercalar no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2011, que permitiu aferir o contexto regional em que acontece o *PO Intervir+* e a respetiva trajetória de desenvolvimento. De acordo com o *Relatório de Avaliação Intercalar*<sup>182</sup> (Sociedade Portuguesa de Inovação, 2012, p.101), o *PO Intervir+* está a ser

afetado negativamente pela crise macroeconómica, agravado pela insularidade, pela excessiva dependência do exterior relativamente aos combustíveis, pela redução do número de operadores em alguns sectores económicos, pela quebra de vários dos indicadores económicos relevantes do turismo e pelo aumento da taxa de desemprego na Região.

As alterações socioeconómicas verificadas na RAM, decorrentes da crise económica e das restrições orçamentais colocam desafios à execução do *PO Intervir+*. As empresas regionais têm dificuldades em aceder ao crédito, o que dificulta a dinamização de projetos no âmbito do Programa, e a administração pública regional e as entidades públicas demonstram impedimento em dispor da contrapartida regional, em resultado dos constrangimentos orçamentais a que estão submetidas. A estas condicionantes acresce a intempérie de 20 de fevereiro de 2010 que provocou a destruição de infraestruturas regionais e tornou necessária a reorientação das prioridades de investimento para a manutenção das redes e dos sistemas de saneamento básico e de abastecimento de água, contudo, com pouco impacto na execução do *PO Intervir+* (Sociedade Portuguesa de Inovação, 2012).

---

<sup>182</sup> Elaborado pela Sociedade Portuguesa de Inovação, S.A. sob a coordenação de Augusto Medina.

De acordo com o *Relatório de Avaliação Intercalar*, a taxa de execução do PO a 31 de dezembro de 2011 evidenciava capacidade de alcançar as metas definidas. Até ao final de 2011, as taxas de compromisso do *PO Intervir+* demonstravam uma predominância dos eixos prioritários I e II, em que se destacavam os incentivos às empresas e o sistema científico e tecnológico, enquanto as taxas de execução revelavam uma inclinação para os eixos prioritários IV e V, em que se distinguem os investimentos em infraestruturas e equipamentos coletivos e em projetos de reabilitação urbana e rural. Nos incentivos ligados à ciência, à tecnologia e à sociedade do conhecimento, no âmbito do eixo prioritário I, o *Relatório de Avaliação Intercalar* revela que estes domínios denotam pouca procura dos beneficiários, seja público ou privado. Nos domínios da conservação do ambiente, da natureza e da biodiversidade, no âmbito dos eixos prioritários III e IV, não existem projetos aprovados, o que pode demonstrar pouco interesse nestas áreas (Sociedade Portuguesa de Inovação, 2012). De acordo com o Relatório de Monitorização do 1.º semestre de 2011 do *PO INTERVIR+* (Instituto de Desenvolvimento Regional, 2011, p.3), o eixo prioritário V da *Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade* "tem suscitado uma procura expressiva por parte das empresas em resposta às implicações da crise económica".

No quadro da futura programação regional o *Relatório de Avaliação Intercalar* (Sociedade Portuguesa de Inovação, 2012, p.112) recomenda a concentração dos recursos financeiros num número reduzido de prioridades, de modo a evitar a disseminação por vários domínios. Devem ser desenvolvidas as áreas mais auspiciosas, "nos sectores existentes e nas actividades intersectoriais, nos mercados de maior valor acrescentado ou em áreas específicas de investigação".

Em 2007 previa-se para o período de programação financeira 2007-2013 "um crescimento real médio do PIB de 2,1% do PIB (...) quando atualmente se estima uma variação real média negativa do PIB ao longo destes seis anos" (Instituto de Desenvolvimento Regional, 2013a, p.5). O

contexto macroeconómico de implementação dos instrumentos da política de coesão (...) sofreu, assim, uma profunda deterioração resultante dos impactos combinados da forte crise europeia e mundial, a partir de 2008, e do processo de

ajustamento pesado a que economia portuguesa ficou sujeita (Instituto de Desenvolvimento Regional, 2013b, p.4).

À situação de crise económica acresce as condicionantes do Programa de Ajustamento Económico de Portugal e do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da RAM. O primeiro com implicações na contenção das despesas públicas, nas limitações no acesso ao crédito individual e empresarial, na contração do consumo privado e no agravamento das condições socioeconómicas através da diminuição da atividade económica e consequente aumento dos níveis de desemprego, reduzindo o rendimento disponível. A estas restrições acumulam os condicionalismos do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da RAM com consequências semelhantes na diminuição da procura pública e privada, nas limitações no acesso ao crédito, nas restrições orçamentais dos organismos públicos que condicionam as despesas de investimento e as despesas correntes em infraestruturas e equipamentos, no aumento do desemprego e no agravamento das situações de exclusão social (Instituto de Desenvolvimento Regional, 2013a).

Todos estes fatores, para além de influenciarem a execução do PO no período de programação financeira 2007-2013, estão a determinar a definição da intervenção das políticas públicas para o horizonte 2020. No início do período de programação financeira 2014-2020, a RAM enfrenta uma situação financeira, social e económica frágil, em que está a ser afetada, como já mencionado, pelas consequências da crise económica e financeira com que Portugal se confronta e sobrecarregada pelos condicionalismos decorrentes da sua situação de RUP (Instituto de Desenvolvimento Regional, 2013b). Mira (Mira, 2011, p.8) também referiu-se à situação da economia das RUP que está a ser agravada pelas consequências da crise, conforme referido, revelando as deficiências estruturais das suas economias, do

nível de rendimentos per capita relativamente baixo, peso bastante importante do sector público, balanças comerciais desequilibradas, uma produção agrícola ainda insuficientemente diversificada (...) despesas em I&D demasiado modestas,

dependência excessiva em relação a certos sectores como o turismo, falta de adaptação à liberalização global dos mercados.

Para a RAM, em particular, a crise teve um forte impacto nos sectores do turismo e da construção, principais pilares do seu crescimento, “não só modificou a natureza de relevantes orientações estratégicas e políticas públicas nacionais como, sobretudo, se traduziu numa menor disponibilidade orçamental dos Estados-Membros” (Mateus & Associados, 2009, p.20). A política de contenção orçamental restringe, ao limite, as intervenções públicas, com sequelas em todo o tecido económico regional. A este cenário junta-se os elevados níveis de desemprego e consequentes efeitos sociais. Em período de elevada restrição orçamental, os apoios financeiros são essenciais "e hoje a questão já não é saber se é ou não preciso continuar o apoio, mas sim para onde deve ser canalizado o apoio e quanto tempo será necessário para se atingirem os objectivos a médio prazo" (Ismeri Europa, 2011, p.24).

No próximo ponto, abordar-se-á a programação regional para o período de programação 2014-2020, na base das informações transmitidas pelo ERR e tendo em conta o *Diagnóstico Prospetivo Regional* e o documento de orientação estratégica regional designado *Compromisso@Madeira2020*.

## **7.2. PROGRAMAÇÃO REGIONAL**

Nos termos do artigo 13.º da *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* o EM elabora um contrato de parceria, em cooperação com os parceiros e em diálogo com a CE, para o período de programação 2014-2020, que abrange o apoio atribuído pelos fundos QEC. Interrogou-se o ERR sobre o cumprimento da parte do Governo Português do princípio da parceria na elaboração do contrato de parceria e na preparação do PO para a RAM ao que o ERR retorquiu que "a Região está a ser bem envolvida" (ERR, 13.06.2013). Para a negociação do contrato de parceria de Portugal com a CE foi instituída uma subcomissão especializada, no âmbito da CIAE, conforme referido na Introdução deste trabalho, para a qual foram designados diversos representantes ministeriais. A representação da RAM na referida subcomissão não estava determinada, mas

tal situação foi alterada a partir de fevereiro de 2013 com a designação de um representante da Região, o Presidente do Conselho Diretivo do IDR. Refira-se que a RAM contribuiu para a elaboração do contrato de parceria através do *Diagnóstico prospetivo Regional*<sup>183</sup> que traduz os constrangimentos estruturais da RAM e as necessidades de intervenção das políticas públicas na Região no período 2014-2020.

Para a coordenação da elaboração das propostas dos PO e a articulação da negociação destes com a CE foi criado, no quadro nacional, um Grupo de Trabalho, denominado por *GT 2020*, para o qual foram designados vários representantes ministeriais. A participação da RAM no *GT 2020* está prevista apenas em situações pontuais, o que segundo o ERR não é correto. Está determinada a articulação entre os PO do continente e os PO da Região<sup>184</sup>. Na preparação dos PO, a CE refere que Portugal deve dar prioridade aos domínios referidos no PNR<sup>185</sup> e no Programa de Ajustamento Económico de Portugal. Em novembro de 2012, a CE apresentou um documento no qual consta a posição desta Instituição sobre as prioridades de financiamento para Portugal a título dos fundos. A CE destacou as áreas do aumento da competitividade económica, do combate ao desemprego, do aperfeiçoamento da qualidade da instrução, da promoção da inclusão social e da promoção de uma economia verde e eficiente<sup>186</sup>.

A *Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2012, de 26 de novembro*, determinou que a intervenção nacional dos fundos, no âmbito do QEC, para o período de programação 2014-2020 subordinam-se, no quadro do desenvolvimento sustentável, às prioridades de promoção da competitividade económica, de desenvolvimento do capital humano, de fomento da coesão social e da reforma do Estado. Entretanto, a *Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio*, particularizou que a intervenção dos fundos em Portugal para o próximo período de programação submete-se a quatro domínios temáticos:

---

<sup>183</sup> Aprovado pela *Resolução da Presidência do Governo Regional n.º 347/2013 de 23 de abril*.

<sup>184</sup> Ponto 18 da *Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013 de 20 de maio*.

<sup>185</sup> Os compromissos estabelecidos por Portugal no PNR referem-se aos seguintes domínios, diminuição do défice público, aumento da intensidade em investigação e desenvolvimento, diminuição da taxa de saída precoce do sistema de ensino, aumento do número de diplomados, aumento do consumo de energias renováveis e da eficiência energética, redução das emissões de gases com efeito de estufa, aumento da taxa de emprego e redução do nível de pobreza.

<sup>186</sup> Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/what/future/pdf/partnership/pt\\_position\\_paper\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/what/future/pdf/partnership/pt_position_paper_pt.pdf).

- a competitividade e a internacionalização;
- a inclusão social e o emprego;
- o capital humano; e
- a sustentabilidade e a eficiência dos recursos.

E subordina-se a dois domínios transversais:

- a reforma da administração pública; e
- a abordagem territorial.

No quadro regional, compete ao GRAM definir as prioridades para o PO regional, a título do FEDER, tendo em conta a coerência estratégica com as prioridades estabelecidas a nível nacional<sup>187</sup>. Para o ERR, a condição da coerência estratégica não influencia a determinação das prioridades do GRAM, posto que as prioridades em matéria de crescimento e emprego sustentável, determinadas pela *Resolução da Presidência do Governo Regional n.º 43/2013 de 30 de janeiro*, para a intervenção dos fundos na RAM para o período de programação 2014-2020 enquadram-se facilmente nas prioridades nacionais (ERR, 13.06.2013).

#### **7.2.1. DOCUMENTO DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA REGIONAL**

O ERR pondera que o período de programação financeira 2007-2013 denota a transição de um modelo de desenvolvimento da RAM, "uma viragem relativamente sensível. Infelizmente muito dela foi induzida pelos fatores financeiros nem foi pela filosofia do próprio modelo de desenvolvimento". O próximo ciclo de programação 2014-2020 para o ERR "tem de ser a solução definitiva e sem mais transições deste novo modelo que queremos implementar e que vai ser formalizado em termos de haver um documento orientador". O ERR fundamenta o "pico de viragem" na existência no *PO Intervir+* de "um eixo de grande dimensão que é o eixo IV (...) fundamentalmente de infraestruturas", no próximo período de programação "o eixo de infraestruturas praticamente desaparece (...) no sentido de eixo específico de infraestruturas e equipamentos coletivos" (ERR, 13.06.2013).

---

<sup>187</sup> Em conformidade com a alínea e) do n.º 7 da *Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio*.

Para a preparação do novo ciclo de programação dos fundos na RAM no período 2014-2020, o GRAM elaborou o documento de orientação estratégica regional, designado de *Compromisso Madeira@2020*<sup>188</sup>. Este documento constitui o documento de referência da RAM para o próximo período de programação, em paralelo com o PDES no período de programação 2007-2013. O *Compromisso Madeira@2020* define a estratégia de desenvolvimento da RAM no horizonte 2020 para a intervenção das políticas públicas regionais, estabelecida em torno de cinco eixos de intervenção:

- O eixo da inovação, I&DT e energia, cujo objetivo é:
  - incentivar a inovação nas áreas de atividade económica e social;
  - atrair investimento privado em I&DT, investigadores e empresas para a RAM;
  - incluir a RAM em redes internacionais de I&DT; e
  - promover o uso de energias renováveis e da eficiência energética nos setores doméstico, público e empresarial.
- O eixo da competitividade e da internacionalização, cujo propósito é:
  - alargar a base económica regional, criando condições de suporte ao aparecimento de atividades dirigidas para os mercados externos;
  - promover níveis superiores de IDT&I no setor do turismo; e
  - fomentar uma maior ligação do setor do turismo aos setores tradicionais da RAM.
- O eixo da formação de competências, cujo objetivo é:
  - incentivar a criação de emprego;
  - fomentar a formação de competências; e
  - reduzir o abandono escolar através de ações de luta contra a pobreza e a exclusão social.

---

<sup>188</sup> Aprovado pela Resolução n.º 866/2013 de 29 de agosto de 2013.

- O eixo da sustentabilidade ambiental e da coesão territorial, cujo propósito é:
  - adaptar às alterações climáticas;
  - prevenir e minimizar os riscos; e
  - reforçar as redes de comunicação.
- O eixo da coesão social tem como objetivo:
  - fomentar a inclusão social através de políticas ativas de emprego.

O eixo da capacitação institucional não integra o conjunto dos eixos de intervenção principais, mas constitui um vetor transversal de redução dos custos e do aperfeiçoamento da eficácia e da eficiência do desempenho da administração pública e das entidades associativas.

### **7.2.2. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO REGIONAL**

#### **7.2.2.1. PRIORIDADES TEMÁTICAS**

Os eixos de intervenção identificados no documento de orientação estratégica regional e os constrangimentos estruturais que afetam a RAM constituem o essencial do *Diagnóstico prospetivo Regional*, que segundo o ERR "teve aceitação por parte da Comissão Europeia. Referiram que é um documento muito bom" (13.06.2013). O *Diagnóstico Prospetivo* pondera uma estratégia sustentável para a RAM enquadrada em quatro prioridades temáticas, conforme organizado na Tabela 24.



**TABELA 24 – PRIORIDADES TEMÁTICAS DA RAM PARA O PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020**

PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020	
PRIORIDADES TEMÁTICAS	APOIO DOS FUNDOS
<i>Promoção da Competitividade da Economia</i>	FEDER
<i>Desenvolvimento Sustentável</i> <sup>189</sup>	FEDER
<i>Formação do Capital Humano</i> <sup>190</sup>	FSE
<i>Promoção da Coesão Social</i> <sup>191</sup>	FSE
	FEDER

Fonte: Elaboração própria a partir do *Diagnóstico prospetivo Regional*.

A título da prioridade temática da *Promoção da Coesão Social* é pretendido o apoio do FEDER "a nível de infraestrutura e de equipamento na área da saúde, na área da formação e na área do apoio à terceira idade" (ERR, 13.06.2013). Em seguida, desenvolve-se em que consistem as prioridades temáticas da *Promoção da Competitividade da Economia* e do *Desenvolvimento Sustentável*, dado que são os domínios elegíveis ao apoio do FEDER.

No âmbito da *Promoção da Competitividade da Economia*, a intervenção das políticas públicas regionais no horizonte 2020 abrangerá:

- a inovação e a IDT&I;
- o desenvolvimento empresarial numa lógica de seletividade e de abordagem centrada no apoio às empresas;
- o turismo como atividade que induz a criação de valor acrescentado e emprego; e
- as atividades tradicionais (agricultura e pesca).

Segundo o ERR, o próximo período de programação focar-se-á "naquilo que é o desenvolvimento tecnológico e inovação. Temos aqui que dar uma atenção muito grande a

<sup>189</sup> Também elegível ao apoio do FC, FEADER e FEAMP.

<sup>190</sup> Dado que é elegível a apoio a título do FSE não é desenvolvida neste trabalho.

<sup>191</sup> Apenas abordada neste trabalho no que se refere ao apoio do FEDER.

esta área". É pretendido dar um impulso às atividades de IDT&I desenvolvidas nas empresas regionais<sup>192</sup>. O Plano de Ação para a Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da RAM (PIDT&I)<sup>193</sup> ambiciona desenvolver uma cultura de IDT&I na Região com capacidade para criar emprego e crescimento económico. O apoio do FEDER terá por objetivo o "desenvolvimento de determinados projetos para pequenos equipamentos, de maior ou menor envergadura. Infraestruturas e equipamentos para estas áreas". O ERR referiu o papel dos sistemas de incentivo para o desenvolvimento das atividades de IDT&I em meio empresarial, como é o caso do sistema de incentivo *+Conhecimento*<sup>194</sup> que deverá ter continuidade no próximo ciclo de programação, "onde haverá sempre (...) uma articulação, normalmente público/privado" (ERR, 13.06.2013).

Para o ERR a "segunda área absolutamente determinante em termos de FEDER, diria mesmo a mais determinante (...) é a questão da competitividade", este domínio enquadra-se na prioridade temática da *Promoção da Competitividade da Economia*, na qual se destaca "o apoio ao tecido empresarial que é absolutamente essencial, nomeadamente às pequenas e médias empresas" (ERR, 13.06.2013).

De acordo com o ERR, o próximo período de programação caracteriza-se por um maior rigor na seletividade de projetos que promovam o empreendedorismo e a inovação "mas não podemos ser fundamentalistas de criarmos apenas e só projetos de cariz inovador". O ERR ressaltou que

numa Região Ultraperiférica, enfim rodeada de mar, com as vulnerabilidades que temos, ninguém tenha dúvidas, a dimensão do mercado, a especificidade própria de uma economia que se baseia fundamentalmente no turismo, de alguma forma também nos serviços mas sempre associados ao turismo, não podemos estar aqui a

---

<sup>192</sup> Os valores de intensidade de I&DT na RAM são dos mais baixos do país, representando cerca de 0,32% do PIB em 2010. A RAM pretende atingir 1,3% do PIB regional, em intensidade de IDT&I até 2020, colocando-se entre as quatro regiões de Portugal com maior intensidade IDT&I (Madeira Tecnopolo, 2013).

<sup>193</sup> Aprovado pela *Resolução da Presidência do Governo Regional n.º 91/2013, de 26 de fevereiro*.

<sup>194</sup> Sistema de incentivos à IDT&I da RAM, em vigor no período de programação 2007-2013 e que tem como objetivo reforçar o esforço regional de IDT&I e a criação de novos conhecimentos tendo em vista o crescimento da competitividade das empresas.

negar algum apoio a pessoas que chegam investem e criam postos de trabalho. Estas pessoas são empreendedoras. Não podemos negar apoio a estas pessoas (ERR, 13.06.2013).

O ERR referiu "outra questão (...) absolutamente essencial no tecido empresarial são os mecanismos de engenharia financeira". Salientou, em particular, as linhas de crédito, que têm tido na RAM uma boa aceitação na alavancagem de projetos e que permitem atenuar um dos problemas com que as PME se confrontam que é o acesso ao crédito bancário. No apoio ao tecido empresarial no período de programação 2007-2013, destacou o sistema de incentivos ao funcionamento das empresas da RAM que tem por base o financiamento veiculado pela *dotação específica adicional* para as RUP. Este sistema de incentivos que tem por finalidade, a fundo perdido, compensar os custos adicionais resultantes dos constrangimentos das RUP, através da redução das despesas correntes das micro e das pequenas empresas que exercem atividade na RAM "tem funcionado muitíssimo bem. Tem sido um fator muito importante de equilíbrio nas finanças das empresas nestas alturas de crise" (ERR, 13.06.2013).

Para o próximo período de programação financeira 2014-2020, o ERR referiu que é pretendido inverter a tendência do atual período, em que o principal beneficiário do apoio tem sido o GRAM: "os sobrecustos é para alocar em princípio e só para as empresas" (ERR, 13.06.2013).

Uma outra vertente da competitividade é o setor do turismo. É essencial para a RAM, enquanto região turística, que haja uma concentração de esforços na definição de uma estratégia para a promoção e a animação turística, "o apoio é fundamental para a competitividade no setor turístico e com arrastamento para outros setores" (ERR, 13.06.2013).

No quadro da prioridade temática do *Desenvolvimento Sustentável*, as intervenções das políticas públicas no ciclo de programação 2014-2020 devem abranger:

- o ordenamento urbano e do território;
- a reabilitação urbana;

- o desenvolvimento de políticas de adaptação às alterações climáticas;
- os recursos hídricos;
- o saneamento;
- a energia; e
- os transportes.

As áreas mencionadas serão apoiadas pelo FEDER e, em particular, pelo FC. Neste âmbito serão incluídas as infraestruturas relacionadas com o ambiente, "questões da gestão e prevenção de riscos nomeadamente as correntes de alterações climáticas", a energia e os transportes "que se possam inserir no contexto da rede transeuropeia de transportes, vias principais". E referiu que "poderá haver uma janela de oportunidade para algumas infraestruturas que não estão perfeitamente acabadas" (ERR, 13.06.2013). A título do FEDER "temos de ter uma pequena componente ambiental no sentido de podermos financiar projetos, enfim, de não tão grande dimensão, estudos de monitorização " e infraestruturas relacionadas com a proteção civil, como, por exemplo, o apoio à construção de taludes em zonas com perigo de derrocada (ERR, 13.06.2013).

#### **7.2.2.2. OBJETIVOS TEMÁTICOS**

A programação regional para o período de programação 2014-2020, a título do FEDER e do FSE, projeta-se para um contexto multifundos<sup>195</sup>, que se apresenta favorável para a RAM (Instituto de Desenvolvimento Regional, 2013b). O *Diagnóstico prospetivo Regional* estabelece os objetivos temáticos para as prioridades temáticas, a título do FEDER e do FSE, para a RAM para o próximo período de programação. A Tabela 25 apresenta uma organização das prioridades temáticas da RAM para o próximo período de programação, de acordo com os objetivos temáticos selecionados.

---

<sup>195</sup> A Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio, que determina a estruturação operacional dos fundos da política de coesão estabelece para as Regiões Autónomas dois programas operacionais.

**TABELA 25 - PRIORIDADES TEMÁTICAS E OBJETIVOS TEMÁTICOS PARA A RAM PARA O PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020**

PRIORIDADES TEMÁTICAS	OBJETIVOS TEMÁTICOS	FUNDO
<i>Competitividade da Economia</i>	(1) reforçar a IDT&I no que concerne à consolidação do sistema regional para o desenvolvimento da investigação, tecnologia e inovação  (3) reforçar a competitividade das PME e dos setores agrícola, das pescas e da aquicultura, no que toca à qualificação das empresas e do setor turístico	FEDER
<i>Desenvolvimento Sustentável</i>	(4) apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono  (6) proteger o ambiente e promover a eficiência energética, abarcando as áreas da gestão de resíduos, da eficiência de recursos e da proteção do património cultural	FEDER
<i>Coesão Social</i>	8) promover o emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores  (9) fomentar a inclusão social e a luta contra a pobreza	FSE FEDER
<i>Capital Humano</i>	(10) investir na educação, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	FSE
<i>Capacitação Institucional</i>	(11) reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente. A RAM pretende abranger a reforma da administração pública regional	FEDER FSE

Fonte: Elaboração própria a partir do *Diagnóstico prospetivo Regional*.

Na seleção dos objetivos temáticos para intervenção dos fundos na RAM, o ERR mencionou que as TIC não serão consideradas como objetivo temático, “vamos remeter isto um bocadinho para o privado, para os operadores”. Daqueles objetivos selecionados para a intervenção na RAM, “naquilo que é a incidência do FEDER alguns objetivos temáticos são tocados de uma forma direta dentro da competitividade, da IDT, das TIC, nas PME, na economia de baixo teor de carbono”. E “vamos ter um bocadinho de capacitação institucional tanto no FEDER como no FSE” (ERR, 13.06.2013).

Questionado se os objetivos temáticos determinados para as *regiões mais desenvolvidas* e para as RUP são suficientes e adequados à intervenção do FEDER na RAM, o ERR referiu que "adaptam-se bem, pode haver algum constrangimento em termos de alguma incidência mais particularmente em determinados objetivos temáticos em detrimento de outros". O ERR mencionou que "o que é fundamental é dentro destes objetivos temáticos", o que poderá ser enquadrado nestes objetivos. De acordo com o ERR "estamos a orientar para um conjunto de objetivos temáticos que não se confinam apenas a esses três", conforme estabelecido no *Diagnóstico prospetivo Regional* que já foi apresentado à CE. Na perspetiva do ERR "há aqui uma determinada flexibilidade da Comissão Europeia porque não podem ser insensíveis a criar algum apoio às regiões". No âmbito dos contactos que têm sido desenvolvidos entre a RAM e a CE, o ERR refere que a orientação transmitida pela CE no que se refere à elegibilidade dos domínios para intervenção do FEDER na RAM "foi no sentido de não colidir frontalmente com os objetivos temáticos" (13.06.2013).

Sobre as taxas de concentração temática aplicáveis a cada categoria de região, o ERR referiu que estas "são negociáveis". Mencionou que "70%/80% do programa vai estar no objetivo um e três. E dos restantes 30% (...) naquilo que é o ambiente e o desenvolvimento sustentável". O ERR aprecia que a matéria das alterações climáticas deve ser abrangida pelo PO e que o objetivo temático relacionado com esta matéria é mais adequado para as RUP. Entende o objetivo temático das TIC como não sendo o mais apropriado, mas compreende o contexto da sua definição dada a importância das comunicações para as RUP (ERR, 13.06.2013).

De acordo com o ERR o próximo período de programação caracteriza-se por "sermos mais seletivos (...) no que concerne a infraestruturas" (13.06.2013). A CE "considera as infraestruturas uma prioridade negativa e portanto só numa situação excecional, com muita prudência, é que vão deixar passar no programa operacional a possibilidade de construção de infraestruturas; por exemplo estradas e escolas não são admissíveis" (ERR, 13.06.2013).

## 8. CONTEXTUALIZAÇÃO

No âmbito da *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* e da *proposta de Regulamento do FEDER* para o período de programação 2014-2020 descobre-se, em comparação com os Regulamentos equivalentes no período de programação 2007-2013, alguns elementos diferenciadores, conforme já mencionado na parte descritiva dos mesmos. Elege-se os seguintes como os principais:

- *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos*:
  - o alinhamento da política de coesão com a *Estratégia Europa 2020*;
  - um QEC para o FEDER, o FSE, o FC, o FEADER e o FEAMP;
  - um contrato de parceria entre o EM e a CE<sup>196</sup>;
  - uma lista de onze objetivos temáticos alinhados com os objetivos da *Estratégia Europa 2020* que traduzem-se em prioridades de investimento na intervenção do FEDER; e
  - o estabelecimento de condicionalidades *ex ante* nos PO.
- *proposta de Regulamento do FEDER*:
  - a particularização das infraestruturas elegíveis ao apoio do FEDER;
  - a inclusão da I&DT no âmbito dos domínios elegíveis ao FEDER;
  - o não apoio do FEDER nas *regiões mais desenvolvidas* às infraestruturas relacionadas com serviços básicos de apoio aos cidadãos;
  - a especificação de outras áreas de não apoio do FEDER;
  - a definição da concentração temática por categoria de região;
  - a utilização da *dotação específica adicional* para as RUP condicionada aos objetivos temáticos.

A classificação da RAM, a título da política de coesão, para o próximo período de programação é objeto de alteração, em comparação com o período em vigor. A RAM,

---

<sup>196</sup> A Comissão REGI do PE propõe no seu Relatório sobre a *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* a alteração da designação de contrato de parceria por acordo de parceria. Relembre-se que o Relatório foi apenas aprovado em reunião da Comissão REGI do PE, faltando a aprovação em plenário do PE.

classificada como região *phasing in* no *objetivo da Competitividade Regional e do Emprego*, no período de programação 2007-2013, transita para a categoria de *região mais desenvolvida*, no período de programação 2014-2020. Esta transição da classificação intermédia de região beneficiária dos fundos, no período de programação atual, para uma categoria de região no patamar mais elevado, no próximo período de programação, a que corresponde uma menor intensidade de apoio dos fundos, decorre do crescimento verificado no índice do PIB regional no período 2007-2009, em que a média do PIB *per capita* da RAM no período de referência é superior a 90% da média europeia. Constatou-se que a CE continuou a considerar, para o próximo ciclo de programação, o critério do PIB *per capita* na elegibilidade das regiões ao apoio dos fundos. Este indicador demonstra não ser consensual. O GRAM manifestou que o critério do PIB não verte a realidade da RAM e das RUP e sugeriu que este fosse complementado com outros indicadores<sup>197</sup>. Na perspetiva do ERR, a RAM tem de aceitar as especificidades próprias do seu PIB,

um tratamento que possa esbater algum grau de injustiça, chamemos assim, que a aplicação do PIB pode ocasionar à Região Autónoma da Madeira. A única possibilidade que eu vejo é dar um enfoque ainda maior daquilo que é o artigo do Tratado que consagra um tratamento especial às Regiões Ultraperiféricas (ERR, 13.06.2013).

Mateus & Associados (2013) referiram que o PIB foca a análise numa perspetiva de produção de riqueza e, desta forma, não traduz de modo completo as condições de vida das populações. Sobre o caso do PIB da RAM, mencionaram que este resulta de um empolamento que reverte da existência de empresas de capitais estrangeiros que repatriam os respetivos lucros.

Neste âmbito, o PE (2012, p.6) defendeu

o recurso a outros critérios para determinar a elegibilidade das RUP ao abrigo da alocação dos fundos estruturais uma vez que o critério do PIB "per capita" não

---

<sup>197</sup> Vide Relatório *A Madeira na União Europeia de 2010* (VPGRAM, 2011, p.31).



reflete a sua realidade específica e contraria o espírito do Estatuto da Ultraperiferia e o próprio Tratado.

No período de programação 2007-2013, a RAM auferiu, ao abrigo do FEDER, o montante de 310 Milhões de Euros, no qual estão incluídos os 66 Milhões de Euros a título da *dotação específica adicional* para as RUP, que corresponde a 35 Euros *per capita* e por ano. Se a este valor do FEDER acrescentarmos o montante que a RAM recolhe a título do FSE<sup>198</sup>, a RAM arrecada no atual período de programação, a título do FEDER e do FSE, cerca de 445 Milhões de Euros. Recorde-se que a RAM no período atual possui o estatuto de região *phasing in* no *objetivo Competitividade Regional e do Emprego*, mas usufrui do apoio financeiro de região *phasing out* do *objetivo da Convergência*. No período de programação 2014-2020, a RAM deverá auferir um montante de 290 a 300 Milhões de Euros, a título do FEDER e do FSE, um montante inferior ao que a RAM recebe no atual período de programação. Neste montante estão incluídos a *dotação específica adicional* para as RUP, bem como os 150 Milhões de Euros estabelecidos para a RAM no Conselho Europeu de 7 e 8 de Fevereiro de 2013, a título das disposições especiais de afetação dos fundos para os EM afetados pela crise económica na zona do Euro, caso contrário a discrepância com os valores que a RAM auferiu no período atual seria maior (Vide Tabela 26).

**TABELA 26 – APOIO FEDER E FSE PARA A RAM NOS PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013 E 2014-2020**

APOIO FEDER E FSE PARA A RAM	PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013	PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020
	445 Milhões de Euros	290 a 300 Milhões de Euros

Fonte: Elaboração própria a partir da Decisão da CE que adota o PO INTERVIR+ e dos dados da entrevista realizada.

No âmbito das propostas apresentadas pela CE para o período de programação 2014-2020, em matéria de política de coesão e de QFP da UE, o valor da *dotação específica adicional* ocasionou algumas incertezas, dado que, por um lado, a *proposta de Regulamento das*

<sup>198</sup> Nos termos da *Decisão da Comissão C (2012) 9723 de 17 de dezembro que altera a Decisão C (2007) 5334 que adota o Programa Operacional Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira a título do objetivo da Competitividade Regional e Emprego*.

*Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* estabelecia um financiamento adicional, no valor de 924 Milhões de Euros para as RUP e para as regiões do nível NUTS 2 que cumpram os critérios estabelecidos no artigo 2.º do Protocolo n.º 6 do Tratado de Adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia e, por outro lado, a *proposta de Regulamento do QFP para 2014-2020* apresentava um montante para o financiamento adicional de 926 Milhões de Euros. Numa resposta dada pela CE, em 14 de dezembro de 2011, a uma pergunta parlamentar do Deputado ao PE, Nuno Teixeira, a CE transmitiu que o montante total é de 926 Milhões de Euros, a que corresponde 20 Euros *per capita* e por ano, a título da *dotação específica adicional*, para o período de programação 2014-2020<sup>199</sup>. Um valor inferior aos 35 euros *per capita* e por ano do período atual.

No decorrer da negociação do QFP da UE para o período 2014-2020, a RAM procurou intervir junto das instâncias nacionais e europeias, reivindicando um tratamento diferenciado para as RUP, com base nos artigos 349.º e 355.º do TFUE, que se traduzisse no apoio ao nível máximo dos fundos, de modo independente do rendimento, e num tratamento adequado para a RAM que compensasse a redução no apoio dos fundos previsto para o período de programação 2014-2020. A RAM reclamou um valor da *dotação específica adicional* no mínimo idêntico ao valor da dotação no atual período de programação.

No Conselho Europeu de fevereiro de 2013 foi acordado o financiamento adicional de 1387 Milhões de Euros para as RUP e para as regiões setentrionais escassamente povoadas, conforme referido, a que corresponde uma intensidade de ajuda de 30 Euros *per capita* e por ano, inferior à intensidade de ajuda do período atual, mas superior ao valor proposto pela CE (Vide Tabela 27). Não é possível aferir se este aumento da intensidade de ajuda, em relação àquela apresentada pela CE, resulta da influência exercida pela RAM no decurso das negociações.

---

<sup>199</sup> E-009784/201, disponível em <http://www.europarl.europa.eu/meps/pt/96974/seeall.html?type=QP>.

**TABELA 27 – INTENSIDADE DA DOTAÇÃO ESPECÍFICA ADICIONAL NOS PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013 E 2014-2020**

INTENSIDADE DE AJUDA PER CAPITA DA DOTAÇÃO ESPECÍFICA ADICIONAL	
PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO <b>2007-2013</b>	PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO <b>2014-2020</b>
35 Euros	30 Euros

Fonte: Elaboração própria a partir do *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos* e das Conclusões do Conselho Europeu de 7 e 8 de fevereiro de 2013.

O montante da *dotação específica adicional* é calculado na base da intensidade de ajuda de 30 Euros *per capita*, tendo em conta o número total da população da RAM. Nestes termos, a RAM deverá receber, a título da *dotação específica adicional*, valores aproximados de 51 ou 56 Milhões de Euros, para os dados da população da RAM em 2010 e em 2011<sup>200</sup>, dado que a CE não indica qual o ano de referência a considerar na aplicação do critério da população (Vide Tabela 28).

**TABELA 28 – DOTAÇÃO ESPECÍFICA ADICIONAL PARA A RAM NO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020**

DOTAÇÃO ESPECÍFICA ADICIONAL PARA A RAM	
PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO <b>2014-2020</b>	
POPULAÇÃO DA RAM - DADOS DE <b>2010</b>	51 Milhões de Euros
POPULAÇÃO DA RAM - DADOS DE <b>2011</b>	56 Milhões de Euros

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do EUROSTAT

Constata-se que no período de programação 2014-2020 a RAM receberá um valor inferior a título da *dotação específica adicional*, comparativamente ao que auferia no período de programação 2007-2013 (Vide Tabela 29).

<sup>200</sup> Segundo os dados disponíveis no Eurostat, o número total da população da RAM em 2010 é de 247 399 Habitantes e em 2011 é de 268 045 Habitantes. O ano de 2011 corresponde aos dados mais atualizados da população total da RAM no seguimento dos Censos de 2011.

**TABELA 29 – DOTAÇÃO ESPECÍFICA ADICIONAL PARA A RAM NOS PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013 E 2014-2020**

DOTAÇÃO ADICIONAL ESPECÍFICA PARA A RAM			
PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013		PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020	
MONTANTE	INTENSIDADE DE AJUDA <i>PER CAPITA</i>	MONTANTE	INTENSIDADE DE AJUDA <i>PER CAPITA</i>
66 Milhões de Euros	35 Euros	51/56 Milhões de Euros	30 Euros

Fonte: Elaboração própria a partir da Decisão da CE que adota o *PO INTERVIR+*, o *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos*, as Conclusões do Conselho Europeu de fevereiro e os dados do EUROSTAT.

Importa referir, no âmbito da redução do apoio da UE para a RAM no próximo ciclo de programação a título da política de coesão, o contexto de negociação do QFP da UE para o período de programação 2014-2020, no que se refere à posição expressa pelos EM mais ricos da UE, na qualidade de maiores contribuidores para o orçamento da UE, que propuseram uma redução do orçamento da política de coesão, com base na conjuntura económica associada à austeridade que segundo estes não sustentava um aumento das despesas. Os EM mais ricos não são os beneficiários diretos da política de coesão, o que pode justificar esta posição que influenciou o acordo político alcançado no Conselho Europeu de fevereiro de 2013 sobre o QFP da UE para o período de programação financeira 2014-2020 e que será determinante na repartição dos fundos ao abrigo da política de coesão para os EM e para as regiões. Em consequência de uma redução no orçamento disponível, existe uma menor disponibilidade de financiamento para as regiões, que torna ainda mais importante a questão das taxas de cofinanciamento da UE no que se refere ao apoio dos fundos. No período de programação 2007-2013 a RAM usufruiu, aquando da adoção do *PO Intervir+*, de uma taxa de cofinanciamento de 80% que foi aumentada, em decorrência de uma reprogramação do *PO Intervir+* e de uma alteração ao *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos* para os EM afetados por dificuldades de estabilidade financeira (Vide Tabela 30).

**TABELA 30 – TAXAS DE COFINANCIAMENTO DO PO INTERVIR+**

PO INTERVIR+	TAXAS DE COFINANCIAMENTO
ADOÇÃO DO PO INTERVIR+	80%
REPROGRAMAÇÃO DO PO EM 2011	85%
ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS FUNDOS PARA OS EM AFETADOS POR DIFICULDADES DE ESTABILIDADE FINANCEIRA	95%

Fonte: Elaboração própria a partir das Decisões da CE relativas à adoção e à reprogramação do PO Intervir+.

Para o próximo período de programação a taxa de cofinanciamento para a RAM, enquanto RUP, corresponde a uma taxa de 85%, com um aumento de dez pontos percentuais para o EM sob programa de assistência financeira, em semelhança às taxas de cofinanciamento no período em vigor (Vide Tabela 31).

**TABELA 31 - TAXA DE COFINANCIAMENTO PARA A RAM NO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020**

TAXA DE COFINANCIAMENTO PARA A RAM NO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020	
OBJETIVO DE INVESTIMENTO NO CRESCIMENTO E NO EMPREGO	85%
CONSELHO EUROPEU DE FEVEREIRO - AUMENTO EM DEZ PONTOS PERCENTUAIS DAS TAXAS DE COFINANCIAMENTO AOS PAÍSES SOB ASSISTÊNCIA FINANCEIRA	95%

Fonte: Elaboração própria a partir da *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* e das Conclusões do Conselho Europeu de fevereiro de 2013.

A taxa de cofinanciamento para a *dotação específica adicional* é idêntica em ambos os períodos de programação (Vide Tabela 32). É pretensão da RAM elevar esta taxa de cofinanciamento para os 85%, conforme à taxa de cofinanciamento para as RUP a título do objetivo de *Investimento no Crescimento e no Emprego*.

**TABELA 32 – TAXA DE COFINANCIAMENTO DA DOTAÇÃO ESPECÍFICA ADICIONAL NOS PERÍODOS DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013 E 2014-2020**

PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013	PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020
TAXA DE COFINANCIAMENTO DA DOTAÇÃO ESPECÍFICA ADICIONAL	
50%	

Fonte: Elaboração própria a partir do *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos* e da *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos*.

A título da concentração temática, os objetivos temáticos selecionados para a intervenção do FEDER na RAM vão além dos três objetivos temáticos estabelecidos na *proposta de Regulamento do FEDER*. O *Diagnóstico prospetivo Regional* estabelece os seguintes cinco objetivos temáticos para a intervenção do FEDER na RAM:

- (1) o reforço da IDT&I;
- (3) o reforço da competitividade das PME;
- (4) o apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono;
- (6) a proteção do ambiente e o fomento da eficiência energética; e
- (11) a capacidade institucional.

Recorde-se que a *proposta de Regulamento do FEDER* estabelece os três primeiros objetivos referidos para as três categorias de regiões a título da intervenção do FEDER, mas com taxas de concentração temática diferentes. Entre aqueles eleitos para a intervenção do FEDER na RAM não se encontra o objetivo temático (2) relacionado com a promoção da acessibilidade, utilização e qualidade das TIC, determinado no âmbito da utilização da *dotação específica adicional* para as RUP. Neste contexto, considera-se existir alguma flexibilidade da CE quanto à determinação dos objetivos temáticos para a intervenção do FEDER na RAM, dado que a *proposta de Regulamento do FEDER* estabelece três objetivos temáticos e a RAM elegeu cinco objetivos temáticos e não incluiu um dos objetivos temáticos determinados para a *dotação específica adicional*. A seleção dos objetivos temáticos para a RAM conta já com o parecer positivo da CE, apesar de considerar-se que podem ocorrer eventuais alterações, dado que continua a decorrer a preparação do PO da RAM e a respetiva negociação com a

CE. Sobre as taxas de concentração temática não é possível pronunciar-se, visto que não existem dados disponíveis sobre as mesmas.

### 8.1. MUDANÇA DE PARADIGMA NA RAM

O alinhamento da política de coesão da UE com a *Estratégia Europa 2020* determina uma mudança das prioridades estratégicas da UE, que exigem mudanças internas a nível dos EM e das regiões no âmbito da preparação dos seus PO. Nas páginas seguintes, estabelece-se um elo de comparação entre as prioridades definidas no PDES da RAM, em 2006, e aquele que está a ser definido, em 2013, no *Compromisso Madeira@2020*, a título da intervenção do FEDER na RAM.

**TABELA 33 - PRIORIDADES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA RAM E DO COMPROMISSO MADEIRA@2020**

PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013	PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020
PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA RAM	COMPROMISSO MADEIRA@2020
<i>Inovação, Empreendedorismo e Sociedade do Conhecimento</i>	<i>Inovação, Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e Energia</i>
<i>Desenvolvimento Sustentável</i>	<i>Competitividade e Internacionalização</i>
<i>Cultura e Património</i>	<i>Sustentabilidade Ambiental e Coesão Territorial</i>
<i>Coesão Territorial e Desenvolvimento Equilibrado</i>	-

Fonte: PDES e Compromisso Madeira@2020.

Constata-se que as novas linhas de orientação estratégica para o horizonte 2020, em afastamento do horizonte 2013, são a investigação, desenvolvimento tecnológico e energia e a competitividade e internacionalização.

No contexto das prioridades do PDES 2007-2013 para a intervenção do *PO Intervir+*, na fase inicial do Programa, o maior apoio do FEDER concentrou-se nos eixos prioritários da *Coesão Territorial e Governança* (IV), do *Desenvolvimento Sustentável* (III) e da *Compensação dos*

*Sobrecustos da Ultraperifericidade* (V). As alterações económicas ocorridas na RAM justificaram um ajustamento dos montantes do FEDER nos eixos prioritários, em que o eixo prioritário (II) da *Competitividade da Base Económica* passou a estar, em conjunto com os eixos IV e V, entres aqueles que mais concentram o apoio do FEDER.

No seguimento do que são as orientações da CE, o próximo PO para a RAM não terá um eixo específico da *Coesão Territorial e Governança* (IV), em que se destacam os investimentos em infraestruturas e em equipamentos coletivos, em particular as infraestruturas relacionadas com escolas e estradas regionais e locais, que se distinguem no período de programação atual. O futuro PO da RAM deverá dar relevo, por ordem decrescente, às seguintes áreas:

- *Competitividade da Economia Regional*:
  - internacionalização do tecido empresarial da RAM;
  - incentivos ao tecido empresarial;
  - empreendedorismo; e
  - promoção dos setores tradicionais, turismo e cultura.
- *Desenvolvimento Sustentável*:
  - promoção da eficiência energética; e
  - requalificação urbana e rural.
- *IDT&I*:
  - promoção das infraestruturas e capacidades de inovação e investigação; e
  - promoção do investimento das empresas em inovação e investigação.

Deverá ser incluído no próximo PO da RAM um eixo específico da *Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade* ao abrigo da *dotação específica adicional*, destinado a apoiar:

- despesas de funcionamento das empresas; e
- despesas de investimento.



Em menor dimensão deverá ser reservado apoio do FEDER para um eixo designado de capacitação institucional para a administração pública e para entidades associativas. A RAM pretende destinar apoio do FEDER para as infraestruturas e equipamentos relacionados com a coesão social e com a IDT&I. Refira-se a propósito que o domínio da I&I é introduzido no âmbito de intervenção do FEDER e as infraestruturas elegíveis ao FEDER passam a estar especificadas, no âmbito das quais encontram-se as infraestruturas sociais para as quais a RAM pretende recolher apoio do FEDER no próximo período de programação. A próxima fase de intervenção do FEDER na RAM será caracterizada:

- pela centralização dos projetos nas empresas em detrimento da dispersão de projetos;
- pela focalização do apoio às empresas em prejuízo do apoio à administração pública, que se destaca no período atual;
- pela rigidez na seleção de projetos com características empreendedoras e inovadoras; e
- por uma recuperação de custos dos investimentos em infraestruturas e equipamentos que passará por um reaproveitamento das infraestruturas existentes.

## **8.2. EUROPEIZAÇÃO NA RAM**

Nos termos do artigo 288.º do TFUE “o regulamento tem carácter geral. É obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros”. Na presente investigação, a análise desenvolvida assenta no estudo da europeização enquanto processo de adaptação aos instrumentos de políticas públicas definidos ao nível europeu. Foca-se, em particular, a adaptação da RAM às mudanças no *Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* e no *Regulamento do FEDER*. Está-se assim a trilhar caminhos pouco explorados, como também já se referiu aquando da revisão da literatura sobre a europeização.

Analisados o *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos* e o *Regulamento do FEDER* no período de programação financeira 2007-2013 e as propostas de Regulamentos equivalentes para o período de programação financeira 2014-2020, tornou-se mais fácil identificar os elementos que os distinguem e perceber, do que é entendido como um processo de

adaptação à legislação europeia<sup>201</sup> no âmbito do fenómeno da europeização, que decorre na RAM um processo de adaptação do quadro regional às propostas de Regulamentos para o período de programação 2014-2020. O aparecimento de novos elementos que não existiam no quadro regional e que são exigíveis no âmbito das *propostas de Regulamentos* para o próximo período de programação, parece poder ser interpretado como um processo de adaptação. Veja-se o caso dos requisitos das condicionalidades *ex ante* definidas na *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* que determinou a elaboração de determinados planos para cumprir com as mencionadas condicionalidades. Também neste quadro foi elaborado o *Diagnóstico Prospetivo Regional*, que contribuiu para o contrato de parceria entre Portugal e a CE e, a partir deste documento, foi produzido o documento de orientação estratégica regional, designado *Compromisso Madeira@2020*, que traça a estratégia de desenvolvimento da RAM para o horizonte 2020. Ambos os documentos têm em conta as orientações da UE para o próximo ciclo de programação e estão orientados para a intervenção dos fundos da UE na RAM, num processo de adaptação à legislação europeia. Todavia, este processo não pode ser compreendido de forma isolada, como referido por alguns dos investigadores da europeização, devendo ser considerado eventuais processos endógeos decorrentes a nível interno, como é o caso do Programa de Ajustamento Económico de Portugal e do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da RAM, que nos próximos anos continuará a determinar a estratégia de desenvolvimento da RAM para o horizonte 2020.

---

<sup>201</sup> Vink, Graziano (2006), Olsen (2002) e Töller (2004) retratam a europeização como processo de adaptação no caso do cumprimento de legislação europeia que determina o dever de cumprir e adaptar nos EM.

## 9. CONCLUSÃO

A política de coesão da UE tem sido objeto, ao longo do tempo, de várias reformas, tendo em vista o seu aperfeiçoamento e uma melhor resposta aos desafios que se colocam no horizonte. Neste contexto, as propostas apresentadas pela CE para o período de programação financeira 2014-2020 não foram exceção. O próximo ciclo de programação distingue-se do período atual por marcar uma viragem na arquitetura da política de coesão e na estratégia que lhe está interligada, a *Estratégia Europa 2020*.

Neste trabalho pretendeu-se responder à questão de saber qual o impacto/reação da *proposta de Regulamento do FEDER* na RAM e qual a influência da Região na mesma? Para tal, comparou-se as principais alterações do *Regulamento das Disposições Gerais dos Fundos* e do *Regulamento do FEDER*, no período de programação 2007-2013, com a *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* e a *proposta de Regulamento do FEDER*, no período de programação 2014-2020, na perspetiva da RAM, e desta enquanto RUP.

Evidenciaram-se as principais alterações encontradas. Na *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* distinguiu-se o alinhamento da política de coesão com a *Estratégia Europa 2020*, o estabelecimento de um QEC, a elaboração de um contrato de parceria entre o EM e a CE, a definição de objetivos temáticos que se manifestam em prioridades de investimento na *proposta de Regulamento do FEDER* e o estabelecimento de condicionalidades *ex ante*. Na *proposta de Regulamento do FEDER* salientou-se, no âmbito do apoio do FEDER, a especificação das infraestruturas e a inclusão da I&DT e ações relacionadas com esta temática. No quadro do não apoio do FEDER são especificadas no mesmo artigo da *proposta de Regulamento do FEDER* as áreas que o FEDER não apoia, em particular nas *regiões mais desenvolvidas* as infraestruturas relacionadas com os serviços básicos de apoio aos cidadãos. Outras introduções na *proposta de Regulamento do FEDER* para o período de programação 2014-2020 referem-se à definição da concentração temática por categoria de região e a condição de utilização da *dotação específica adicional* para as RUP aos objetivos temáticos definidos na *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos*.

Encontrou-se a resposta à problemática determinada para este trabalho após a análise do documento institucional, o *Relatório A Região Autónoma da Madeira na União Europeia - 2012*, que reporta o descontentamento do GRAM sobre alguns elementos das propostas do QFP da UE para o período de programação 2014-2020, da *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* e da *proposta de Regulamento do FEDER* para o próximo período de programação, apresentadas pela CE no ano 2011. O referido Relatório também dá conta das ações desenvolvidas pelo GRAM junto das Instituições Europeias, dos Órgãos europeus e das autoridades nacionais, com vista a assegurar um nível máximo de apoios para as RUP, e, em particular para a RAM, de modo independente do seu nível de rendimento. O GRAM pretende, dado que continuam a decorrer as negociações interinstitucionais, no quadro da arquitetura da política de coesão para o próximo período de programação, a equiparação da RAM e das RUP à categoria de *regiões menos desenvolvidas*, que correspondem àquelas regiões que auferem maior intensidade de apoio a título dos fundos da política de coesão. Esta reivindicação do GRAM advém da atribuição da classificação da RAM no período de programação 2014-2020, ao abrigo da política de coesão, como *região mais desenvolvida* que traduz uma menor intensidade de apoio dos fundos, em particular a título do FEDER. O GRAM não concorda com esta classificação, definida em função do critério do PIB, dado que considera que o critério do PIB não traduz a realidade da RAM enquanto RUP.

A RAM transita da classificação de região com estatuto *phasing in* no *objetivo da Competitividade Regional e do Emprego*, mas que auferir do regime financeiro de região *phasing out* do *objetivo da Convergência* no período de programação 2007-2013, para a classificação de *região mais desenvolvida* no período de programação 2014-2020. Em termos de apoio dos fundos, FEDER e FSE, esta classificação traduz-se no período de programação atual em cerca de 445 Milhões de Euros e no período de programação 2014-2020 numa estimativa aproximada de 290 a 300 Milhões de Euros. Constata-se uma redução do apoio dos fundos, FEDER e FSE, para a RAM no próximo período de programação. Também a título da *dotação específica adicional* para o período de programação 2014-2020 verifica-se uma diminuição relativamente ao apoio atribuído no período atual. No período de programação 2007-2013 o montante da *dotação específica adicional* equivale a 66 Milhões de Euros, que deverá corresponder a cerca de 51 ou 56 Milhões de Euros no próximo período de

programação. O montante total do apoio dos fundos a colher pela RAM no período de programação 2014-2020 é inferior ao que a Região auferiu no período atual. Contudo, o valor a receber pela RAM seria ainda mais reduzido sem os 150 Milhões de Euros acordados no Conselho Europeu de 7 e 8 de fevereiro de 2013 para os EM afetados pela crise económica na Zona do Euro. Para além desta prerrogativa, refira-se que o Conselho Europeu de fevereiro de 2013 anuiu num valor da *dotação específica adicional* mais favorável para as RUP. Ao valor proposto pela CE de 20 Euros *per capita* e por ano, o Conselho Europeu assentiu no valor de 30 Euros *per capita* e por ano, apesar de inferior ao auferido no período atual pelas RUP que corresponde a 35 Euros *per capita* e por ano. Verifica-se, assim, uma evolução em favor das RUP relativamente ao proposto pela CE, em resultado ou não das ações desenvolvidas pela RAM que não foi possível aferir.

Quando se iniciou este trabalho estavam a decorrer as negociações interinstitucionais sobre a proposta do QFP da UE para 2014-2020, da *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* e da *proposta de Regulamento do FEDER* para o mesmo período. Na fase do ainda projeto deste trabalho, almejou-se descobrir a posição do GRAM sobre as referidas propostas. No decurso da pesquisa e análise emergiu a perceção de que a focalização nesta questão poderia tornar este trabalho redutor, dado que as negociações interinstitucionais sobre as propostas referidas estavam em curso e a posição do GRAM era conhecida através dos meios de comunicação social. Neste sentido, não depreciando a posição do GRAM sobre as propostas em análise, atribuiu-se um maior relevo às questões associadas com a preparação do período de programação 2014-2020 na RAM e a influência do quadro europeu no panorama regional.

Constatou-se que o alinhamento da política de coesão com a *Estratégia Europa 2020*, traduzido na definição dos objetivos temáticos estabelecidos na *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* interligadas com as condicionantes do Programa de Ajustamento Económico de Portugal e do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da RAM, em particular as restrições orçamentais que limitam a intervenção do GRAM, conduziram a uma mudança de estratégia de desenvolvimento da RAM para o horizonte 2020, definida no *Compromisso Madeira@2020* e no *Diagnóstico prospetivo Regional*. Esta viragem de desenvolvimento da RAM traduz o

fenómeno da europeização das políticas públicas como processo de adaptação que utilizámos para abordar a europeização na RAM. Aferiu-se que a Região procura cumprir com os preceitos da *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* e da *proposta de Regulamento do FEDER*, através da adaptação do sistema político regional às disposições regulamentares europeias. Desta adaptação decorre a alteração do paradigma político da RAM para o período de programação 2014-2020, em seguimento das orientações da UE e das características do Programa de Ajustamento Económico de Portugal e do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da RAM.

A estratégia de desenvolvimento da RAM para o próximo período de programação assenta nas prioridades temáticas da competitividade da economia, do desenvolvimento sustentável e da IDT&I. O próximo período de programação distingue-se do atual período pela ausência de intervenção do FEDER na RAM no que se refere ao apoio a infraestruturas e equipamentos coletivos. O próximo PO da RAM continuará a contar com um eixo da *Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifricidade* a título da *dotação específica adicional*, com vista a apoiar, principalmente, as despesas de funcionamento das empresas em detrimento das despesas de investimento. A condição da utilização da *dotação específica adicional* aos objetivos temáticos pareceu não estar a ser prevista pela RAM no próximo PO. Do mesmo modo, as prioridades definidas para a RAM para o período de programação 2014-2020 vão além dos três objetivos temáticos estabelecidos para a categoria de *região mais desenvolvida*. Sobre a taxa de concentração temática associada aos objetivos temáticos não foi realizável aferir dado que não estão disponíveis dados consistentes.

Na fase final deste trabalho, aguarda-se a aprovação em plenário do PE da *proposta de Regulamento que estabelece o QFP* e do *projeto de Acordo Interinstitucional*, bem como dos Relatórios do PE relativos à *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* e da *proposta de Regulamento do FEDER*. Neste quadro as disposições regulamentares das mencionadas propostas de Regulamentos descritas ao longo de este trabalho podem ser objeto de alterações. Pretendia-se no termo da pesquisa apresentar dados mais concretos e mais consentâneos com o que deverá entrar em vigor em janeiro de 2014, no seguimento das negociações interinstitucionais, no entanto tal não foi possível. Lamenta-se que questões tão fulcrais para as regiões da UE, como é a atribuição

dos fundos, que no contexto atual de crise económica e financeira mais precisam da solidariedade e do apoio da UE estejam a ser morosas.

Contudo, considera-se atingido o objetivo principal deste trabalho de identificar como pretende a UE apoiar a RAM, e esta enquanto RUP, no quadro do FEDER para o próximo período de programação 2014-2020. A questão da influência da RAM na definição da *proposta de Regulamento do FEDER*, não foi possível aferir dada a limitação de tempo para o desenvolvimento deste trabalho. Para a averiguação desta questão pretendia-se realizar várias entrevistas junto daqueles que influenciam e daqueles que são influenciados. Desta forma, julga-se que seria possível aferir se houve ou não resultado da influência exercida. Considera-se esta como uma perspetiva de investigação futura, aferir a influência exercida pela RAM junto das instâncias nacionais e europeias no contexto da evolução das propostas de Regulamentos no período de programação 2014-2020.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaral, F. J., Brito, J. M. B. & Rollo, M. F. (2011). *Portugal e a Europa Dicionário*. Lisboa: Edições tinta-da-china, Lda.
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (2012). Portugal – Perfil País. Consultado em 10.08.2013 em <http://www.portugalglobal.pt>.
- Baleiras, R. (2009). Caminhos para a Política de Coesão 2014/2020. *Revista da Eurorrexión Galicia-Norte de Portugal*. Consultado em 10.01.2013 em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/12144>.
- Barca, F. (2009). An agenda for a reformed cohesion policy: a place-based approach to meeting European Union challenges and expectations. Consultado em 08.01.2013 em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/archive/policy/future/barca\\_en.htm](http://ec.europa.eu/regional_policy/archive/policy/future/barca_en.htm).
- Barnier, M. (2002). Notas Introdutórias. In Centro de Informação Europeia Jacques Delors, *Europa Novas Fronteiras* (p.11-13). Estoril: Principia.
- Carmo, H. & Ferreira, M. (2008). *Metodologia da investigação Guia para auto-aprendizagem* (2ª ed.). Lisboa: Universidade Aberta.
- Comissão Europeia (CE). (2004a). *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, Construir o nosso futuro em comum - Desafios políticos e recursos orçamentais da União alargada, 2007-2013*, COM (2004) 101 F, de 10.02.2004.
- Comissão Europeia. (2004b). *Documento de Trabalho da Comissão - Proposta de renovação do Acordo Interinstitucional sobre a disciplina orçamental e a melhoria do processo orçamental*, COM (2004) 498 F, de 14.07.2004.
- Comissão Europeia. (2007). *Quarto Relatório sobre a Coesão Económica e Social*, COM (2007) 273 F, de 30.05.2007.
- Comissão Europeia. (2008a). *Quinto Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social*, COM (2008) 371 F, de 18.06.2008.



- Comissão Europeia. (2008b). A Política de Coesão da UE de 1988 a 2008: investir no futuro da Europa. *Inforegio, Panorama* 26. Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias: Luxemburgo.
- Comissão Europeia. (2008c). Livro Verde sobre a Coesão Territorial: perspetivas futuras. *Inforegio Panorama*, 28. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias: Luxemburgo.
- Comissão Europeia. (2010a). *Comunicação da Comissão Europa 2020, Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*, COM (2010) 2020 de 03.03.2010.
- Comissão Europeia. (2010b). Quinto Relatório sobre a Coesão Económica, Social e Territorial. Consultado em 02.07.2013 em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docoffic/official/reports/cohesion5/index\\_pt.cfm](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/cohesion5/index_pt.cfm).
- Comissão Europeia. (2010c). *Conclusões do Quinto Relatório sobre a Coesão Económica, Social e Territorial: o Futuro da Política de Coesão*, COM (2010) 642 F, de 09.11.2010.
- Comissão Europeia. (2010d). *As Regiões Ultraperiféricas, Regiões da Europa, Trunfos e Oportunidades*. Bruxelas: Serviço das Publicações da União Europeia.
- Comissão Europeia. (2011a). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Um orçamento para a Europa 2020*, COM (2011) 500 F, Parte I e Parte II de 29.06.2011.
- Comissão Europeia. (2011b). *Proposta de Regulamento do Conselho que estabelece o Quadro Financeiro Plurianual para o período 2014-2020*, COM (2011) 398 F de 29.06.2011.
- Comissão Europeia. (2011c). *Projeto de acordo Interinstitucional entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão no domínio orçamental e a boa gestão financeira*, COM (2011) 403 F de 29.06.2011.
- Comissão Europeia. (2011d). *Proposta de Decisão do Conselho relativa ao sistema de recursos próprios da União Europeia*, COM (2011) 510 F de 29.06.2011.

- Comissão Europeia. (2011e). *Proposta de Regulamento do Conselho que estabelece as medidas de execução do sistema de recursos próprios da União Europeia*, COM (2011) 511 F de 29.06.2011.
- Comissão Europeia. (2011f). *Proposta de Regulamento do Conselho relativo aos métodos e ao procedimento para a colocação à disposição dos recursos próprios tradicionais e do recurso próprio baseado no RNB e às medidas destinadas a satisfazer as necessidades de tesouraria*, COM (2011) 512 F de 29.06.2011.
- Comissão Europeia. (2011g). *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas, abrangidos pelo Quadro Estratégico Comum, e que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006*, COM (2011) 615 F, de 06.10.2011.
- Comissão Europeia. (2011h). *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece disposições específicas relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e ao objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1080/2006*, COM (2011) 614 F, de 06.10.2011.
- Comissão Europeia. (2011i). *Política de Coesão 2014-2020 – Investir em regiões da Europa*. Bruxelas: Serviço das Publicações da União Europeia.
- Comissão Europeia. (2011j). *Política de Coesão 2014-2020 – Investir no crescimento e em empregos*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- Comissão Europeia. (2012a). *Elementos de um Quadro Estratégico Comum em 2014-2020 para o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu, o Fundo de Coesão, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas*, SWD (2012) 61, de 14.03.2012.

Comissão Europeia. (2012b). *Proposta alterada de Regulamento do Conselho que estabelece o quadro financeiro plurianual para o período 2014-2020*, COM (2012) 388 F de 06.07.2012.

Comissão Europeia. (2012c). *Proposta alterada de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas, abrangidos pelo Quadro Estratégico Comum, e que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho*, COM (2012) 496 F de 11.09.2012.

Comissão Europeia. (2012d). *Posição dos serviços da Comissão sobre a evolução do Acordo de Parceria e os programas em Portugal para o período de 2014-2020*. Consultado em 02.05.2013 em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/what/future/pdf/partnership/pt\\_position\\_paper\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/what/future/pdf/partnership/pt_position_paper_pt.pdf).

Comissão Europeia. (2013a). *Proposta de Alteração à proposta COM (2012) 496 da Comissão, Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas, abrangidos pelo Quadro Estratégico Comum, e que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho*, COM (2013) 146 F de 12.03.2013.

Comissão Europeia. (2013b). *Proposta alterada de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, abrangidos pelo Quadro Estratégico Comum, e que estabelece disposições*

*gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho*, COM (2013) 246 de 22.04.2013.

Comissão Europeia. (2013c). *Avaliação do Programa Nacional de Reformas de 2013 e do Programa de Estabilidade de Portugal*, SWD (2013) 372 F de 29.05.2013. Consultado em 04.05.2013 em [http://ec.europa.eu/europe2020/making-it-happen/country-specific-recommendations/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/europe2020/making-it-happen/country-specific-recommendations/index_en.htm)

Comissão Europeia. (n.d.). *Aplicação do Direito da União Europeia*. Consultado em 03.04.2013 em [http://ec.europa.eu/eu\\_law/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/eu_law/index_pt.htm).

Comissão Europeia. (n.d.). *A Política regional e a crise financeira*. Consultado em 31.03.2013 em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/what/crisis/index\\_pt.cfm](http://ec.europa.eu/regional_policy/what/crisis/index_pt.cfm).

Comissão Europeia. (n.d.) *A Política de Coesão Europeia em Portugal*. Consultado em 26.04.2013 em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/informat/country2009/pt\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/informat/country2009/pt_pt.pdf)

Comissão Europeia. (n.d.). *Glossário Coesão Económica, Social e Territorial*. Consultado em 31.03.2013 em [http://europa.eu/legislation\\_summaries/glossary/economic\\_social\\_cohesion\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/economic_social_cohesion_pt.htm).

Comissão Europeia. (n.d.). *Política de Coesão e Estratégia Europa*. Consultado em 31.03.2013 em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/what/europe2020/index\\_pt.cfm](http://ec.europa.eu/regional_policy/what/europe2020/index_pt.cfm).

Comissão Europeia. (n.d.). *Sínteses da Legislação da UE Política Regional*. Consultado em 31.03.2013 em [http://europa.eu/legislation\\_summaries/regional\\_policy/index\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/index_pt.htm).

Comissão Técnica de Coordenação do QREN. (n.d.) *Indicadores Conjunturais de Monitorização, Quadro de Referência Estratégico Nacional Portugal 2007-2013, Boletim Informativo n.º 19*, consultado em 04.05.2013 em <http://www.qren.pt/np4/file/3439/file917.pdf>.

Comité das Regiões. (2008). *Parecer do Comité das Regiões sobre o Quarto Relatório sobre a Coesão Económica e Social*. Jornal Oficial C 53, de 26.02.2008, p.6.

- Comité das Regiões. (2009). *Parecer do Comité sobre o Quinto Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social*. Jornal Oficial C 76, de 31.03.2009, p.38.
- Comité das Regiões. (2012a). *Parecer do Comité das Regiões sobre O novo quadro financeiro plurianual pós-2013*. Jornal Oficial C 54, de 23.02.2012, p.40.
- Comité das Regiões. (2012b). *Parecer do Comité das Regiões sobre a proposta de Regulamento Geral sobre os fundos do Quadro Estratégico Comum*. Jornal Oficial C 225, de 27.07.2012, p.58.
- Comité das Regiões. (2012c). *Parecer do Comité das Regiões sobre a Proposta de regulamento relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional*. Jornal Oficial C 225, de 27.07.2012, p.114.
- Comité das Regiões. (2012d) *Parecer do Comité das Regiões sobre O novo quadro financeiro plurianual pós-2013*. Jornal Oficial C 391, de 18.12.2012, p.31.
- Comité das Regiões. (2013). *Resolução do Comité das Regiões sobre o Pacote Legislativo relativo à política de coesão após 2013*. Jornal Oficial C 62, de 02.03.2013, p.1.
- Conselho Europeu. (1988). *Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Rodes de 2 e 3 de dezembro de 1988*. Consultado em 05.08.2013 em [http://www.european-council.europa.eu/media/849116/1988\\_dezembro\\_-\\_rodes\\_\\_p\\_.pdf](http://www.european-council.europa.eu/media/849116/1988_dezembro_-_rodes__p_.pdf).
- Conselho Europeu. (1999). *Conclusões do Conselho Europeu de Colónia de 3 e 4 de junho de 1999*. Consultado em 14.04.2013 em [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/pt/ec/57890.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/ec/57890.pdf)
- Conselho Europeu. (2000a). *Conclusões do Conselho Europeu de Lisboa de 23 e 24 de março de 2000*. Consultado em 14.04.2013 em [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/pt/ec/00100-r1.p0.htm](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/ec/00100-r1.p0.htm).
- Conselho Europeu. (2000b). *Conclusões do Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, de 19 e 20 de junho de 2000*. Consultado em 14.04.2013 em [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/pt/ec/00200-r1.p0.htm](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/ec/00200-r1.p0.htm).

- Conselho Europeu. (2000c). *Conclusões do Conselho Europeu de Nice, de 7 a 9 de dezembro de 2000*. Consultado em 14.04.2013 em [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/pt/ec/00400-r1.%20ann.p0.htm](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/ec/00400-r1.%20ann.p0.htm).
- Conselho Europeu. (2001). *Conclusões do Conselho Europeu de Göteborg de 15 e 16 de junho de 2001*. Consultado em 14.04.2013 em [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/pt/ec/00200-r1.p1.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/ec/00200-r1.p1.pdf).
- Conselho Europeu. (2002). *Conclusões do Conselho Europeu de Sevilha de 21 e 22 de junho de 2002*. Consultado em 13.04.2013 em [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/pt/ec/72656.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/ec/72656.pdf).
- Conselho Europeu. (2005). *Conclusões do Conselho Europeu de Bruxelas de 15 e 16 de dezembro de 2005*. Consultado em 30.03.2013 em [http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/en/ec/87642.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/en/ec/87642.pdf).
- Conselho Europeu. (2007). *Conclusões do Conselho Europeu de Bruxelas de 14 de dezembro de 2007*. Consultado em 13.04.2013 em [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/pt/ec/97682.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/ec/97682.pdf).
- Conselho. (2010). *Conselho dos Assuntos Gerais de 14 de junho de 2010*. Consultado em 30.04.2013 em [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/PT/genaff/115914.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/PT/genaff/115914.pdf).
- Conselho Europeu. (2010). *Conclusões do Conselho Europeu de 17 de junho de 2010*. Consultado em 30.04.2013 em [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/pt/ec/115353.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/ec/115353.pdf).
- Conselho Europeu. (2013). *Conclusões do Conselho Europeu de 7 e 8 de fevereiro de 2013*. Consultado em 30.04.2013 em [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/en/ec/135344.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/135344.pdf).

- Direção Regional de Planeamento e Finanças. (2006). *Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira 2007-2013*. Região Autónoma da Madeira: Direção Regional de Planeamento e Finanças.
- Fundação Francisco Manuel dos Santos & Sociedade de Consultores Augusto Mateus e Associados. (2013). 25 anos de Portugal Europeu: A economia, a sociedade e os fundos estruturais Coordenador Augusto Mateus. Consultado em 15.08.2013 em <http://www.ffms.pt/noticia/562/25-anos-de-portugal-europeu>.
- Governo da Madeira diz que Região recebe 278 milhões de euros do novo orçamento comunitário. (08 de fevereiro de 2013). Dinheiro Digital. Consultado em 13.07.2013 em [http://dinheirodigital.sapo.pt/news.asp?id\\_news=194633](http://dinheirodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=194633).
- Hübner, D. (2009). *Reflection paper on future Cohesion Policy*. Consultado em 22.07.2013 em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/archive/policy/future/pdf/reflection\\_paper\\_future.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/archive/policy/future/pdf/reflection_paper_future.pdf).
- Instituto de Desenvolvimento Regional. (2011). *Relatório de Monitorização do 1º Semestre de 2011 do Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM*. Consultado em 29.07.2013 em <http://www.idr.gov-madeira.pt/>.
- Instituto de Desenvolvimento Regional. (2012). *Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM - 2007-2013 - Reprogramação*. Consultado em 29.07.2013 em <http://www.idr.gov-madeira.pt/>.
- Instituto de Desenvolvimento Regional. (2013a). Diagnóstico prospetivo Regional. Disponível em <http://www.idr.gov-madeira.pt/compromissomadeira2020/docs.html>.
- Instituto de Desenvolvimento Regional. (2013b). Documento de Orientação Estratégica Regional, Compromisso Madeira@2020. Disponível em <http://www.idr.gov-madeira.pt/compromissomadeira2020/docs.html>.
- Instituto de Estudos Sociais e Económicos, (2007). Relatório Final - Avaliação Ex-Ante do PO Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial. Consultado em 15.07.2013 em <http://www.idr.gov-madeira.pt/portal/Detalhes.aspx?IDConteudo=1008&IDMenu=2&IDSubMenu=45&Path=84>.

- Instituto Nacional de Estatística, IP. (2013). Estatísticas do Emprego, 2.º trimestre de 2013.
- Ismeri Europa. (2011). *Factores de Crescimento nas Regiões Ultraperiféricas*. Consultado em 05.08.2013 em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/studies/pdf/rup\\_growth/rup\\_growth\\_sum\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/rup_growth/rup_growth_sum_pt.pdf).
- Jardim, A. J. (2002). As Regiões Ultraperiféricas. In Centro de Informação Europeia Jacques Delors, *Europa Novas Fronteiras* (p.87-92). Estoril: Principia.
- Knill, C. & Lehmkuhl, D. (2002). The National Impact of European Union Regulatory Policy: Three Europeanization mechanisms. *European Journal of Political Research*, 41, 255-280.
- Lopes, A. C. (2002). As Regiões Ultraperiféricas. In Centro de Informação Europeia Jacques Delors, *Europa Novas Fronteiras* (p.93-97). Estoril: Principia.
- Madeira Tecnopolo. (2013). Sumário Executivo, Plano de Ação para a Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da RAM, Consultado em 02.07.2013 em <http://pidti.madeiratecnopolo.pt/>.
- Martins, V. (2002). A Coesão Económica, Social e Territorial. In Centro de Informação Europeia Jacques Delors, *Europa Novas Fronteiras* (p.75-79). Estoril: Principia.
- Mateus, A. & Associados. (2009). Relatório Final A Região Autónoma da Madeira como Região Ultraperiférica na União Europeia, *O Quadro de Aplicação das Políticas Comunitária – Medidas de Adaptação e ou Derrogação das Políticas Comunitárias com Incidência na Região Autónoma da Madeira (Coesão, Eficácia e Integração)*.
- Mira, P. S. (2011). *As Regiões Ultraperiféricas Europeias no Mercado único: A projecção da UE no mundo*. Consultado em 05.08.2013 em [http://ec.europa.eu/internal\\_market/outermost\\_regions/docs/report2011\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/internal_market/outermost_regions/docs/report2011_pt.pdf).
- Neves, C. C. (2002). Notas Introdutórias. In Centro de Informação Europeia Jacques Delors, *Europa Novas Fronteiras* (p. 9 -10). Estoril: Principia.
- Parlamento Europeu. (2000). Parlamento Europeu: Fichas Técnicas Coesão Económica e Social. Consultado em 31.03.2013 em [http://www.europarl.europa.eu/factsheets/4\\_4\\_1\\_pt.htm](http://www.europarl.europa.eu/factsheets/4_4_1_pt.htm).



- Parlamento Europeu. (2008). *Resolução do Parlamento Europeu, de 21 Fevereiro de 2008, sobre o Quarto relatório sobre a Coesão Económica e Social*. Jornal Oficial C 184, de 06.08.2009, p.89.
- Parlamento Europeu. (2012). *Resolução do Parlamento Europeu, de 18 de abril de 2012, sobre o papel da política de coesão nas Regiões Ultraperiféricas da União Europeia no contexto da Europa 2020*. Jornal Oficial C 258, de 07.09.2013, p.1.
- Parlamento Europeu. (2013a). *Resolução do Parlamento Europeu, de 13 de março de 2013, sobre as conclusões do Conselho Europeu de 7-8 de fevereiro relativas ao Quadro Financeiro Plurianual*. Consultado em 07.08.2013 em <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P7-TA-2013-0078+0+DOC+XML+V0//PT>.
- Parlamento Europeu. (2013b). *Resolução do Parlamento Europeu, de 3 de julho de 2013, sobre o Acordo Político sobre o Quadro Financeiro Plurianual para 2014-2020*. Consultado em 12.08.2013 em <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P7-TA-2013-0304+0+DOC+XML+V0//PT>.
- Parlamento Europeu. (2013c). *Projeto de Relatório sobre a proposta alterada de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Rural, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, abrangidos pelo Quadro Estratégico Comum, e que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho*, PE 487.740v04-00. Consultado em 07.08.2013 em <http://www.europarl.europa.eu/committees/pt/regi/draft-reports.html#menuzone>.
- Parlamento Europeu. (2013d). *Projeto de Relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece disposições específicas relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e ao objetivo de Investimento no*

*Crescimento e no Emprego, e que revoga o Regulamento n.º 1080/2006*, PE 487.951v02-00. Consultado em 07.08.2013 em <http://www.europarl.europa.eu/committees/pt/regi/draft-reports.html#menuzone>.

Parlamento Europeu. (2013e). Report on the amended proposal for a regulation of the European Parliament and of the Council laying down common provisions on the European Regional Development Fund, the European Social Fund, the Cohesion Fund, the European Agricultural Fund for Rural Development and the European Maritime and Fisheries Fund covered by the Common Strategic Framework and laying down general provisions on the European Regional Development Fund, the European Social Fund and the Cohesion Fund and repealing Council Regulation (EC) N.º 1083/2006. Consultado em 10.09.2013 em <http://www.europarl.europa.eu/committees/pt/regi/home.html>.

Parlamento Europeu. (2013f). Report on the proposal for a regulation of the European Parliament and of the Council on specific provisions concerning the European Regional Development Fund and the Investment for growth and jobs goal and repealing Regulation (EC) N.º 1080/2006. Consultado em 10.09.2013 em <http://www.europarl.europa.eu/committees/pt/regi/home.html>.

Parlamento Europeu. (n.d.). Regimento do Parlamento Europeu, Capítulo 6 - Conclusão do Processo Legislativo. Consultado em 06.08.2013 em <http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/00a4c9dab6/Rules-of-procedure.html>.

Pires, L. M. (1984). *A Política Regional das Comunidades Europeias*. Lisboa: Secretariado para a Integração Europeia.

Quaternaire Portugal. (2012). Relatório Final do Estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social (2007-2013) - Programa Rumos. Consultado em 15.07.2013 em [http://www.idr.gov-madeira.pt/portal/ficheiros/rumos/Rumos\\_Reprogramacao\\_2011.pdf](http://www.idr.gov-madeira.pt/portal/ficheiros/rumos/Rumos_Reprogramacao_2011.pdf).

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1992). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

- Radaelli, C. (2002). The Domestic Impact of European Union Public Policy: Notes on Concepts, Methods, and the Challenge of Empirical Research. *Politique Européenne*, 5, 105-136.
- Região Autónoma da Madeira. (2011). *Consulta Pública sobre o “V Relatório sobre a coesão económica, social e territorial: O futuro da política de coesão”, Contributo Região Autónoma da Madeira*. Consultado em 22.07.2013 em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/consultation/5cr/pdf/answers/local\\_authorities/madeira\\_region\\_2011\\_01\\_30.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/5cr/pdf/answers/local_authorities/madeira_region_2011_01_30.pdf).
- Regiões Ultraperiféricas. (2009). Memorando Conjunto das Regiões Ultraperiféricas *As RUP no Horizonte 2020*. Consultado em 23.04.2013 em <http://draece.gov-madeira.pt/HTML/rup.html>.
- Regiões Ultraperiféricas. (2011). *Contributo Conjunto das Regiões Ultraperiféricas 5.º Relatório sobre a Coesão Económica, Social e Territorial*. Consultado em 22.07.2013 em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/consultation/5cr/pdf/answers/local\\_authorities/regions\\_ultraperipheriques\\_2011\\_01\\_29.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/5cr/pdf/answers/local_authorities/regions_ultraperipheriques_2011_01_29.pdf).
- Representação em Portugal da Comissão Europeia. (1999). Portugal na União Europeia: I-Continente. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais da Comunidade Europeia.
- Roesch, S. (1996). *Projetos de Estágio do Curso de Administração*. São Paulo: Atlas.
- Samecki, P. (2009). *Orientation Paper on Future Cohesion Policy*. Consultado em 22.07.2013 em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/archive/newsroom/pdf/pawel\\_samecki\\_orientation\\_paper.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/archive/newsroom/pdf/pawel_samecki_orientation_paper.pdf).
- Saurugger, S. & Radaelli, C. M. (2008). The Europeanization of Public Policies: Introduction. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 10, 213-219.
- Sociedade Portuguesa de Inovação, S.A. (2012). *Relatório Final da Avaliação Intercalar do Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira, Programa INTERVIR+, Volume I*. Consultado em 29.07.2013 em <http://www.idr.gov-madeira.pt/>.

- Olsen, J. P. (2002). The Many Faces of Europeanization. *Journal of Common Market Studies*, 40, 921-952.
- Töller, A. E. (2004). The Europeanization of Public Policies - Understanding Idiosyncratic Mechanisms and Contingent Results. *European Integration online Papers (EIOP)*, 8.
- Töller, A. E. (2010). Measuring and Comparing the Europeanization of National Legislation: A Research Note. *Journal of Common Market Studies*, 48, 417-444.
- Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira. (1997). *Relatório A Madeira na União Europeia 1996*. Consultado em 15.04.2013 em <http://draece.gov-madeira.pt/>.
- Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira. (1998). *Relatório A Madeira na União Europeia 1997*. Consultado em 15.04.2013 em <http://draece.gov-madeira.pt/>.
- Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira. (1999). *Relatório A Madeira na União Europeia 1998*. Consultado em 15.04.2013 em <http://draece.gov-madeira.pt/>.
- Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira. (2000). *Relatório A Madeira na União Europeia 1999*. Consultado em 15.04.2013 em <http://draece.gov-madeira.pt/>.
- Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira. (2001). *Relatório A Madeira na União Europeia 2000*. Consultado em 15.04.2013 em <http://draece.gov-madeira.pt/>.
- Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira. (2002). *Relatório A Madeira na União Europeia 2001*. Consultado em 15.04.2013 em <http://draece.gov-madeira.pt/>.
- Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira. (2003). *Relatório A Madeira na União Europeia 2002*. Consultado em 15.04.2013 em <http://draece.gov-madeira.pt/>.
- Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira. (2004). *Relatório A Madeira na União Europeia 2003*. Consultado em 15.04.2013 em <http://draece.gov-madeira.pt/>.
- Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira. (2005). *Relatório A Madeira na União Europeia 2004*. Consultado em 15.04.2013 em <http://draece.gov-madeira.pt/>.
- Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira. (2006). *Relatório A RAM na União Europeia 2005*. Consultado em 15.04.2013 em <http://draece.gov-madeira.pt/>.

- Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira. (2007). *Relatório A RAM na União Europeia 2006*. Consultado em 16.04.2013 em <http://draece.gov-madeira.pt/>.
- Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira. (2008). *Relatório A RAM na União Europeia 2007*. Consultado em 16.04.2013 em <http://draece.gov-madeira.pt/>.
- Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira. (2009). *Relatório A RAM na União Europeia 2008*. Consultado em 16.04.2013 em <http://draece.gov-madeira.pt/>.
- Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira. (2010). *Relatório A RAM na União Europeia 2009*. Consultado em 16.04.2013 em <http://draece.gov-madeira.pt/>.
- Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira. (2011). *Relatório A RAM na União Europeia 2010*. Consultado em 16.04.2013 em <http://draece.gov-madeira.pt/>.
- Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira. (2012a). *Relatório A RAM na União Europeia 2011*. Consultado em 16.04.2013 em <http://draece.gov-madeira.pt/>.
- Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira. (2012b). Intervenção do Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira na reunião Presidentes RUP/Comissário Hahn. Consultado em 24.04.2013 em [http://vp.gov-madeira.pt/pdf/notasinformativas/rup\\_acores\\_2.pdf](http://vp.gov-madeira.pt/pdf/notasinformativas/rup_acores_2.pdf)
- Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira. (2012c). Intervenção do Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira na Sessão de Parceria, *Aprofundar e concretizar a Estratégia Europeia para as RUP no quadro 2014-2020*. Consultado em 24.04.2013 em [http://vp.gov-madeira.pt/pdf/notasinformativas/rup\\_acores\\_4.pdf](http://vp.gov-madeira.pt/pdf/notasinformativas/rup_acores_4.pdf).
- Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira. (2013). *Relatório A RAM na União Europeia 2012*. Consultado em 16 de abril de 2013 em <http://draece.gov-madeira.pt/>.
- Vink, M. & Graziano, P. (2006). Chapter 1. Challenges of a New Research Agenda. In Forthcoming in Paolo Graziano and Maarten Vink, *Europeanization: New Research Agendas*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

## FONTES DE LEGISLAÇÃO

Acordo Interinstitucional entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão, de 17 de maio de 2006, sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira. *Jornal Oficial C 139 de 14.06.2006, p.1.*

Ato Único Europeu. *Jornal Oficial L 169 de 29.06.1987.*

Atos relativos à adesão do Reino de Espanha e da República Portuguesa às Comunidades Europeias, Declaração comum relativa ao desenvolvimento económico e social das regiões autónomas dos Açores e da Madeira. *Jornal Oficial L 302 de 15.11.1985, p.479.*

Constituição da República Portuguesa, VII Revisão Constitucional de 2005.

Decisão da Comissão 1989/642/CEE, de 31 de outubro, relativa ao estabelecimento do quadro comunitário de apoio para as intervenções estruturais comunitárias nas regiões portuguesas abrangidas pelo objetivo 1, ou seja a totalidade do território português. *Jornal Oficial L 370 de 19.12.1989, p. 43.*

Decisão da Comissão 1994/170/CE, de 25 de fevereiro, relativa ao estabelecimento do quadro comunitário de apoio para as intervenções estruturais comunitárias nas regiões portuguesas abrangidas pelo objetivo n.º 1, ou seja a totalidade do território português. *Jornal Oficial L 78 de 22.03.1994, p. 38.*

Decisão da Comissão 1999/502/CE, de 1 de julho, que estabelece a lista das regiões abrangidas pelo objetivo n.º 1 dos Fundos estruturais para o período 2000-2006. *Jornal Oficial L 194 de 27.07.1999, p. 53.*

Decisão da Comissão n.º 2006/593/CE, de 4 de agosto, que estabelece uma afetação indicativa, por Estado-Membro, das dotações de autorização a título do Objetivo da Competitividade Regional e do Emprego para o período de 2007-2013. *Jornal Oficial L 243 de 06.09.2006, p. 32.*

Decisão da Comissão n.º 2006/594/CE, de 4 de agosto, que estabelece uma afetação indicativa, por Estado-Membro, das dotações de autorização a título do Objetivo da Convergência para o período de 2007-2013. *Jornal Oficial L 243 de 06.09.2006, p. 37.*

Decisão da Comissão n.º 2006/595/CE, de 4 de agosto, que estabelece a lista das regiões elegíveis para financiamento pelos Fundos Estruturais no âmbito do objetivo Convergência, no período de 2007-2013. *Jornal Oficial L 243 de 06.09.2006, p. 44.*

Decisão da Comissão 2006/597/CE, de 4 de agosto, que estabelece a lista das regiões elegíveis para financiamento pelos Fundos Estruturais a título transitório e específico, no âmbito do objetivo Competitividade regional e emprego, no período de 2007-2013. *Jornal Oficial L 243 de 06.09.2006, p. 49.*

Decisão da Comissão n.º 2006/609/CE, de 4 de agosto, que estabelece uma repartição indicativa, por Estado-Membro, das dotações de autorização a título do objetivo Cooperação territorial europeia no período 2007-2013. *Jornal Oficial L 247 de 09.09.2006, p. 26.*

Decisão da Comissão n.º 2006/769/CE, de 31 de outubro, que estabelece a lista das regiões e zonas elegíveis para financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional no âmbito das vertentes transfronteiriça e transnacional do objetivo Cooperação territorial europeia, em 2007-2013. *Jornal Oficial L 312 de 11.11.2006, p. 47.*

Decisão da Comissão n.º C (2007) 4622, de 5 de outubro, que adota o Programa Operacional Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial de intervenções comunitárias do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional a título do objetivo Competitividade Regional e Emprego na Região Autónoma da Madeira.

Decisão da Comissão n.º C (2011) 9331, de 9 de dezembro, que altera a Decisão da Comissão n.º C (2007) 4622, que adota o Programa Operacional Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial de intervenções comunitárias do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional a título do objetivo Competitividade Regional e Emprego na Região Autónoma da Madeira.

Decisão da Comissão n.º C (2012) 9232, de 10 de dezembro, que altera a Decisão da Comissão n.º C (2007) 4622, que adota o Programa Operacional Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial de intervenções comunitárias do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional a título do objetivo Competitividade Regional e Emprego na Região Autónoma da Madeira.

Decisão da Comissão C (2012) 9723, de 17 de dezembro, que altera a Decisão da Comissão n.º C (2007) 5334 que adota o Programa Operacional Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira a título do objetivo da Competitividade Regional e Emprego.

Decisão n.º 89/687/CEE do Conselho, de 22 de dezembro, que cria um Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e a Insularidade dos Departamentos Franceses Ultramarinos. *Jornal Oficial L 399, de 30.12.1989, p.39.*

Decisão n.º 91/314/CEE do Conselho, de 26 de junho, que institui um Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade das ilhas Canárias. *Jornal Oficial L 171 de 29.06.1991, p.5.*

Decisão n.º 91/315/CEE do Conselho, de 26 de junho, que institui um Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade da Madeira e dos Açores (POSEIMA). *Jornal Oficial L 171 de 29.06.1991, p.10.*

Decisão n.º 2005/600/CE do Conselho, de 12 de julho, relativa às orientações para as políticas de emprego dos Estados-Membros. *Jornal Oficial L 205 de 06.08.2005, p.21.*

Decisão n.º 2006/702/CE, do Conselho, de 6 de Outubro de 2006, relativa às orientações estratégicas comunitárias em matéria de coesão. *Jornal Oficial L 291 de 21.10.2006, p.11.*

Decisão n.º 2010/707/UE do Conselho, de 21 de outubro, que fixa no seu Anexo as orientações para as políticas de emprego dos Estados-Membros. *Jornal Oficial L 308 de 24.11.2010, p. 46.*

Decisão n.º 2010/718/UE do Conselho Europeu, de 29 de outubro que altera o estatuto da ilha de São Bartolomeu perante a UE. *Jornal Oficial L 325, de 9.12.2010, p.4.*

Decisão n.º 2012/419/UE do Conselho Europeu, de 11 de julho, que altera o estatuto de Maiote perante a UE. *Jornal Oficial L 204, de 31.07.2012, p.131.*

Declaração relativa às Regiões Ultraperiféricas da Comunidade anexa ao Tratado de Maastricht. *Jornal Oficial C 191, de 29.07.1992.*



Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de fevereiro, que estabelece as matrizes de delimitação geográfica da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

*Diário da República n.º 38, Série I.*

Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de novembro, que integra num único diploma legal todos os ajustamentos da NUTS decorrentes de alterações na estrutura administrativa e, especialmente, proceder à adequação das NUTS ao atual perfil socioeconómico das regiões. *Diário da República n.º 255, Série I-A.*

Decreto-Lei n.º 87/2012, de 10 de abril, que aprova a orgânica da Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus. *Diário da República n.º 87, Série I.*

Decreto Legislativo Regional n.º 38/2012/M, de 13 de dezembro, que altera o Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/M, de 12 de novembro, que cria o Instituto de Desenvolvimento Regional. *Diário da República n.º 241, Série I.*

Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2011/M, de 19 de dezembro, que aprova a estrutura orgânica da Vice-Presidência do Governo Regional. *Diário da República n.º 241, Série I.*

Decreto Regulamentar n.º 12/2012 de 19 de janeiro, que aprova a orgânica da Direção-Geral dos Assuntos Europeus. *Diário da República n.º 14, Série I.*

Decreto Regulamentar Regional n.º 36/2012/M, de 24 de dezembro, primeira alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2011/M de 19 de dezembro que aprovou a orgânica da Vice-Presidência do Governo Regional. *Diário da República n.º 248, Série I.*

Lei n.º 130/99, de 21 de agosto, Primeira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira. *Diário da República n.º 195, Série I-A.*

Recomendação do Conselho n.º 2010/410/UE, de 13 de julho relativa às orientações gerais para as políticas económicas dos Estados-Membros e da União. *Jornal Oficial L 191 de 23.07.2010, p.28.*

Regulamento (CEE) n.º 724/75 do Conselho, de 18 de março, que estabelece o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. *Jornal Oficial L 73, de 21.03.1975, p.1.*

Regulamento (CEE) n.º 1787/84 do Conselho, de 19 de junho, relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. *Jornal Oficial L 169, de 28.06.1984, p.1.*

Regulamento (CEE) n.º 2052/1988, de 24 de junho, relativo às missões dos fundos com finalidade estrutural, à sua eficácia e à coordenação das suas intervenções, entre si, com as intervenções do Banco Europeu de Investimento e com as dos outros instrumentos financeiros existentes. *Jornal Oficial L 185, de 15.07.1988, p.9.*

Regulamento (CEE) n.º 4253/88 do Conselho, de 19 de dezembro, que estabelece as disposições de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 2052/88. *Jornal Oficial L 374, de 31.12.1988, p.1.*

Regulamento (CEE) n.º 4254/88 do Conselho, de 19 de dezembro, que estabelece as regras de execução do Regulamento (CEE) n.º 2052/88 no que respeita ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. *Jornal Oficial L 374 de 31.12.1988, p. 15.*

Regulamento (CEE) n.º 2081/93 do Conselho, de 20 de julho, que altera o Regulamento (CEE) n.º 2052/88, relativo às missões dos fundos com finalidade estrutural, à sua eficácia e à coordenação das suas intervenções, entre si, com as intervenções do Banco Europeu de Investimento e com as dos outros instrumentos financeiros existentes. *Jornal Oficial L 193 de 31.07.1993, p. 5.*

Regulamento (CEE) n.º 2082/93 do Conselho, de 20 de julho, que altera o Regulamento (CEE) n.º 4253/88, que estabelece as disposições de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 2052/88. *Jornal Oficial L 193 de 31.07.1993, p. 20.*

Regulamento (CEE) n.º 2083/93 do Conselho, de 20 de julho, que altera o Regulamento (CEE) n.º 4254/88, que estabelece as regras de execução do Regulamento (CEE) n.º 2052/88 no que respeita ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. *Jornal Oficial L 193 de 31.07.1993, p. 34.*

Regulamento (CE) n.º 1260/1999, de 21 de junho, que estabelece Disposições Gerais sobre os Fundos Estruturais. *Jornal Oficial L 161 de 26.06.1999, p. 1.*

Regulamento (CE) n.º 1783/1999 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho, relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. *Jornal Oficial L 213 de 13.08.1999, p. 1.*

Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS). *Jornal Oficial L 154 de 21.06.2003, p.1.*

Regulamento (CE) n.º 1080/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de julho, relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1783/1999. *Jornal Oficial L 210 de 31.07.2006, p 1-11.*

Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho, que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1260/1999, JO L 210 de 31 de julho de 2006, p. 25-78, com a última alteração do Regulamento (UE) n.º 423/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de maio. *Jornal Oficial L 133 de 23.05.2012, p. 1.*

Regulamento (UE) n.º 1311/2011 do PE e do Conselho, de 13 de dezembro, que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 no que diz respeito a determinadas disposições referentes à gestão financeira relativamente a determinados Estados-Membros afetados ou ameaçados por graves dificuldades de estabilidade financeira. *Jornal Oficial L 337 de 20.12.2011, p.5.*

Resolução da Assembleia Regional n.º 2/85/M, de 27 de junho, que aprova a integração da Região Autónoma da Madeira na adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia. *Diário da República I Série n.º 145.*

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 5/2005/M, de 17 de junho, que resolve aprovar o financiamento da futura política de coesão - Previsão de apoios 2007- 2013. *Diário da República I Serie B n.º 115.*

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 10/2006/M, de 30 de maio, que aprova o Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira (PDES 2007-2013). *Diário da República I Série B n.º 104.*

Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/86, de 5 de maio, que estabelece os níveis I, II e III da Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUTS). *Diário da República I Série n.º 102.*

Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2006, de 10 de março, sobre o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). *Diário da República I Série B n.º 50*.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2012, de 26 de novembro, que determina as prioridades de intervenção em Portugal dos fundos comunitários incluídos no Quadro Estratégico Comum para o período 2014 -2020. *Diário da República I Série n.º 228*.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio, que procede a uma validação das principais prioridades de intervenção dos fundos europeus estruturais e de investimento apresentadas no documento que define os pressupostos do Acordo de Parceria e define a arquitetura dos Programas Operacionais para o ciclo 2014-2020 que integram o Acordo de Parceria. *Diário da República I Série n.º 96*.

Resolução da Presidência do Governo Regional n.º 43/2013, de 30 de janeiro, que estabelece que a intervenção dos fundos comunitários incluídos no Quadro Estratégico Comum 2014-2020 para Portugal, subordina-se, na Região, às prioridades temáticas em matéria de crescimento e emprego sustentável, em consonância com as orientações estratégicas comunitárias e as exigências do processo de ajustamento orçamental em curso, bem como com os princípios gerais orientadores e as condicionalidades de apoio aplicáveis à boa gestão dos fundos comunitários. *JORAM I Série n.º 10*.

Resolução da Presidência do Governo Regional, n.º 91/2013, de 26 de fevereiro, que aprova o Plano para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação e designa como entidade coordenadora da política de investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação da Região Autónoma da Madeira, a Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação - ARDITI. *JORAM I Série n.º 24*.

Resolução da Presidência do Governo Regional n.º 347/2013, de 23 de abril, que aprecia favoravelmente o Diagnóstico prospetivo Regional elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM (IDR), o qual será apresentado pela Região no âmbito do Acordo de Parceria a celebrar entre o Estado Português e União Europeia. *JORAM I Série n.º 52*.

Resolução do Governo Regional n.º 866/2013, de 29 de agosto de 2013, que aprecia favoravelmente o Documento de Orientação Estratégica Regional, Compromisso Madeira@2020. *JORAM I Série n.º 118*.

Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia. Consultado em 25.03.2013 em [http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/new\\_founding\\_treaties.htm#founding](http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/new_founding_treaties.htm#founding).

Tratado da União Europeia. *Jornal Oficial C 191 de 29.07.1992*.

Tratado de Amsterdão. *Jornal Oficial C 340 de 10.11.1997, p. 01*.

Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. *Jornal Oficial C 326 de 26.10.2012*.

## **FONTES ELETRÓNICAS**

<http://europa.eu/>

<http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>

<http://www.european-council.europa.eu/home-page.aspx?lang=pt>

<http://www.consilium.europa.eu/homepage.aspx?lang=pt>

[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/index\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/regional_policy/index_en.cfm)

<http://www.europarl.europa.eu/news/pt>

<http://draece.gov-madeira.pt/>

<http://www.idr.gov-madeira.pt/portal/>

<https://www.ine.pt/>

<http://pidti.madeiratecnopolo.pt/>

[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/.](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/)

## ANEXO I

Principais etapas das RUP no processo de integração europeia.

DATAS RELEVANTES		ETAPAS NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA	CONTEXTO
1988	Novembro de 1988	Primeira reunião dos Presidentes das sete RUP <sup>202</sup> .	XVI CRPM na RAM
	Dezembro	Nas conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Rodes ficou expresso o reconhecimento dos “problemas socioeconómicos com que se defrontam certas regiões insulares da Comunidade” (Conselho Europeu, 1988).	Conselho Europeu de Rodes
1993	Outubro	Adoção de uma Resolução pelos representantes das RUP <sup>203</sup> , na qual é solicitada a atenção das instâncias europeias para a materialização dos princípios incluídos no TUE para as RUP no que respeita à política regional.	XX CRPM em Saint-Malo
1995	Março	Proposta dos representantes das RUP de incluir uma base jurídica para as RUP no Tratado.	Jornadas de Estudos sobre as Ultraperiferias, em Estrasburgo
		Celebração do primeiro Protocolo de Cooperação entre as RUP. Os Presidentes das RUP adotam uma Declaração sobre a inclusão de um artigo relativo às RUP no Tratado.	XV Conferência da Comissão das Ilhas da CRPM, em Pointe-à-Pitre, Guadalupe
1996	Março	Segunda Declaração dos Presidentes das RUP da qual consta a proposta de um artigo para as RUP.	CPRUP na RAM
	Outubro	Adoção de uma Declaração comum no quadro das negociações da CIG para a consolidação do estatuto das RUP no Tratado.	XXIV Assembleia-Geral da CRPM, em Puerto de la Cruz, Canárias
1997	Abril	Reafirmação do ensejo de consagrar o estatuto da ultraperiferia no Tratado.	CPRUP na Ilha de Reunião
1998	Junho	Satisfação pela consagração do n.º 2 do artigo 299.º do TCE relativo às RUP.	CPRUP nos Açores
1999	Março	Adoção do primeiro Memorando Conjunto das RUP apresentado à CE <sup>204</sup> .	CPRUP na Guiana Francesa

<sup>202</sup> Guadalupe, Guiana Francesa, Martinica, Reunião, Açores, Madeira e ilhas Canárias.

<sup>203</sup> A Guiana Francesa não adotou esta Resolução.

<sup>204</sup> O Memorando "chama a atenção das instituições da União Europeia para as potencialidades e constrangimentos das sete regiões e apresenta propostas concretas relativas à execução do novo n.º 2 do artigo 299.º do Tratado de Amsterdão, nomeadamente o estabelecimento de uma nova política comunitária para estas regiões e uma nova metodologia de trabalho" in Relatório *A Madeira na União Europeia 1999* (VPGRAM, 2000, p.10).

	Novembro	Primeira reunião de parceria entre a CE, EM (Portugal, França e Espanha) e RUP. Cada EM apresentou um Memorando de apoio ao Memorando Conjunto das RUP.	-
2000	Março	Primeira reunião dos Presidentes das RUP, respetivos EM e da Presidência do Conselho da UE, na qual foi realçada o atraso na concretização de medidas de implementação do n.º 2 do artigo 299.º do TCE.	Presidência portuguesa do Conselho da UE
		Apresentação pela CE <sup>205</sup> do relatório sobre as medidas destinadas a dar aplicação ao n.º 2 do artigo 299.º do TCE <sup>206</sup> . As RUP solicitam a apresentação de um programa de trabalhos com as medidas a adotar em seu favor.	CPRUP na RAM
	Novembro	Pedido de continuação do apoio do Conselho Europeu <sup>207</sup> à concretização de medidas específicas a favor das RUP.	Presidência francesa do Conselho da UE
2001	Junho	Apresentação do Parecer do Serviço Jurídico do Conselho, segundo o qual o n.º 2 do artigo 299.º do TCE, constitui a base jurídica adequada quando estão em causa medidas específicas para as RUP.  A CE apresentou aos Conselhos Europeus de Göteborg <sup>208</sup> e de Laeken <sup>209</sup> , o balanço dos progressos e o programa de trabalhos relativo à aplicação do n.º 2 do artigo 299.º do TCE <sup>210</sup> .	Conselho Europeu de Göteborg de 15 e 16 de junho de 2001 e Conselho Europeu de Laeken de 14 e 15 de dezembro de 2001

<sup>205</sup> O Conselho Europeu de Colónia, de 3 e 4 de junho de 1999, solicitou à CE "um relatório que identifique um conjunto de medidas tendo em vista a aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 299.º do Tratado CE no que diz respeito às Regiões Ultraperiféricas" (Conselho Europeu, 1999).

<sup>206</sup> COM (2000) 147 F de 13.03.2000. Vide *O Relatório A Madeira na União Europeia 2000* (VPGRAM, 2001 p. 12).

<sup>207</sup> Conclusões do Conselho Europeu de Lisboa, de 23 e 24 de março de 2000, ponto 59 - "registra o relatório recentemente apresentado pela Comissão sobre medidas destinadas a aplicar o nº 2 do artigo 299º relativo às regiões ultraperiféricas e convida aquela Instituição a submeter as suas propostas iniciais à apreciação do Conselho" (Conselho Europeu, 2000a).

Conclusões do Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, de 19 e 20 de junho de 2000, ponto 53 - "tomou nota do programa de trabalho da Comissão para concretizar as medidas destinadas a dar aplicação ao n.º 2 do artigo 299.º do Tratado, relativo às regiões ultraperiféricas, e convida-a a estudar os elementos fornecidos ou a fornecer pelos Estados-Membros com vista a tomar as medidas que são da sua competência e a apresentar o mais rapidamente possível ao Conselho as propostas adequadas, que deverão ser aprovadas com a maior brevidade" (Conselho Europeu, 2000b).

Conclusões do Conselho Europeu de Nice, de 7 a 9 de dezembro de 2000, ponto 55 - "tomou conhecimento do programa de trabalho actualizado da Comissão com vista a dar pleno cumprimento às disposições do Tratado relativas às regiões ultraperiféricas, bem como às propostas apresentadas em favor destas regiões, e convida o Conselho a analisar rapidamente essas propostas. O Conselho Europeu fará o ponto da situação dos trabalhos realizados sobre todo o dossier na sua reunião de Junho de 2001 em Göteborg." e ponto 56 - "registra o relatório da Comissão sobre o POSEIMA, bem como as medidas anunciadas para permitir o desenvolvimento da economia dos arquipélagos dos Açores e da Madeira" (Conselho Europeu, 2000c).

<sup>208</sup> Conclusões do Conselho Europeu de Göteborg, de 15 e 16 de junho de 2001, ponto 44 - "tomou nota das decisões adoptadas pelo Conselho em conformidade, nomeadamente, com o disposto no artigo 299.º do Tratado no que diz respeito às regiões ultraperiféricas nos sectores agrícola e estrutural" (Conselho Europeu, 2001).



	Setembro	Reforço da concertação de posições entre as RUP em vários domínios e reforço da parceria com a CE e com os EM.	CPRUP em Canárias
<b>2002</b>	Fevereiro	Primeiro contributo conjunto das RUP sobre o futuro da política de coesão económica e social.	Reunião no âmbito da Presidência espanhola do Conselho da UE
	Junho	A CE apresentou ao Conselho Europeu de Sevilha <sup>211</sup> o relatório de progresso e o programa de trabalho semestral relativo à aplicação do n.º 2 do artigo 299.º do TCE <sup>212</sup> .	Conselho Europeu de Sevilha de 21 e 22 de junho de 2002
<b>2003</b>	Junho	Adoção do Memorando Conjunto dos Estados e das RUP sobre o n.º 2 do artigo 299.º do TCE e do Contributo das RUP para o Memorando dos Estados.	Reunião dos Presidentes das RUP em Paris
	Outubro	Defesa do reforço do estatuto da ultraperiferia no Tratado Constitucional e de um tratamento de conjunto das RUP na futura política de coesão.	CPRUP na Martinica
<b>2004</b>	Maio	Apresentação da primeira Comunicação da CE <i>Uma parceria reforçada para as Regiões Ultraperiféricas</i> <sup>213</sup> .	-
	Agosto	Apresentação da Comunicação da CE <i>Uma parceria reforçada para as Regiões Ultraperiféricas, balanço e perspetivas</i> <sup>214</sup> .	-
	Setembro	Declaração da CPRUP chama a atenção para a resposta insuficiente da CE às propostas das RUP.	CPRUP nos Açores
<b>2005</b>	Setembro	Apresentação das conclusões do estudo sobre os indicadores da ultraperiferia que revelaram a insuficiência de indicadores apropriados à	CPRUP na ilha de Reunião

<sup>209</sup> Documento apresentado ao Conselho Europeu de Laeken, de 14 e 15 de dezembro de 2001 - *Comunicação da Comissão sobre o n.º 2 do artigo 299.º: implementação da estratégia de desenvolvimento sustentável para as regiões ultraperiféricas – Balanço dos progressos realizados e programa dos trabalhos*.

<sup>210</sup> Vide o Relatório *A Madeira na União Europeia 2001* (VPGRAM, 2002, p.11).

<sup>211</sup> Conclusões do Conselho Europeu de Sevilha, de 21 e 22 de junho de 2002, ponto 58 - "O Conselho Europeu convida o Conselho e a Comissão a aprofundar a aplicação do n.º 2 do artigo 299.º do Tratado, que reconhece a especificidade das regiões ultraperiféricas, e a apresentar as propostas adequadas para que as suas necessidades próprias sejam tidas em conta nas várias políticas comuns, nomeadamente as dos transportes, bem como por ocasião da reforma de algumas dessas políticas, em particular da política regional. A este respeito, o Conselho Europeu regista a intenção da Comissão de apresentar um novo relatório sobre estas regiões, inspirado por uma abordagem global e coerente das particularidades da sua situação e dos meios para lhes fazer face" (Conselho Europeu, 2002).

<sup>212</sup> COM (2002) 723 F de 19.12.2002. Vide o Relatório *A Madeira na União Europeia 2002* (VPGRAM, 2003, p. 13).

<sup>213</sup> COM (2004) 343 F de 26.05.2004. A Comunicação da CE propôs uma estratégia global para as RUP baseada em três eixos: a redução do défice de acessibilidade, o reforço da competitividade e a integração regional.

<sup>214</sup> COM (2004) 543 F de 06.08.2004. A Comunicação da CE constituiu um relatório que continha o balanço e uma avaliação das medidas adotadas para as RUP desde o ano 2000.

		realidade das RUP.	
<b>2006</b>	Setembro	Contributo conjunto das RUP para a consulta pública sobre o futuro da política de coesão da UE.	CPRUP em Guadalupe
<b>2007</b>	Setembro	Apresentação da Comunicação da CE <i>Estratégia para as Regiões Ultraperiféricas: Progressos alcançados e perspectivas futuras</i> <sup>215</sup> .	CPRUP na RAM
	Outubro	Inclusão de um ponto sobre as RUP nas Conclusões do Conselho Europeu de Bruxelas <sup>216</sup> .	
<b>2008</b>	Outubro	Apresentação da Comunicação da Comissão <i>As Regiões Ultraperiféricas: um trunfo para a Europa</i> <sup>217</sup> .	CPRUP na Guiana Francesa
<b>2009</b>	Outubro	Adoção do Memorando Conjunto das RUP <i>As Regiões Ultraperiféricas no Horizonte 2020</i> <sup>218</sup> .	CPRUP em Canárias
<b>2010</b>	Maio	Assinatura do Memorando entre Espanha, França, Portugal e as RUP, <i>Uma visão renovada da estratégia europeia para a ultraperiferia</i> .  Primeiro Fórum da Ultraperiferia Europeia <sup>219</sup> .	CPRUP em Canárias
	Junho	Ponto RUP nas Conclusões do Conselho dos Assuntos Gerais <sup>220</sup> .	Conselho dos Assuntos Gerais
<b>2011</b>	Janeiro	Contributo conjunto das RUP para a consulta pública da CE sobre as <i>Conclusões do Quinto Relatório sobre a Coesão Económica, Social e</i>	Consulta Pública da CE

<sup>215</sup> COM (2007) 507 F de 12.09.2007. A Comunicação da CE pretendeu efetuar um balanço da estratégia da UE para as RUP e lançar uma consulta sobre o futuro da mesma, tendo em vista a sua atualização.

<sup>216</sup> Conclusões do Conselho Europeu de Bruxelas, de 14 de dezembro de 2007, ponto 60 - "O Conselho Europeu congratula-se com o relatório da Comissão sobre a Estratégia de 2004 para as regiões ultraperiféricas, em que são referidos os seus resultados positivos e se apresentam as perspectivas futuras para as acções comunitárias nessas regiões. O Conselho Europeu aguarda com expectativa as conclusões da consulta pública que foi lançada e convida a Comissão a apresentar as propostas pertinentes, o mais tardar em Outubro de 2008" (Conselho Europeu, 2007).

<sup>217</sup> COM (2008) 642 F de 17.10.2008. A Comunicação da CE apresentou uma estratégia renovada para as RUP baseada numa nova abordagem que visa valorizar as potencialidades destas regiões.

<sup>218</sup> Vide site da Direção Regional dos Assuntos Europeus e da Cooperação Externa, Vice-Presidência do GRAM em <http://draece.gov-madeira.pt/HTML/rup.html>.

<sup>219</sup> Vide site da Direção-Geral da Política Regional em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/rup2010/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/rup2010/index_pt.htm).

<sup>220</sup> O Conselho dos Assuntos Gerais de 14 de junho de 2010 "CONVIDA a Comissão a: atender devidamente, neste contexto, às necessidades e às oportunidades das regiões ultraperiféricas quando proceder à revisão das políticas da União Europeia; adoptar, na devida altura, uma comunicação sobre uma estratégia renovada para as regiões ultraperiféricas; prosseguir os trabalhos sobre medidas específicas para as regiões ultraperiféricas, se for caso disso, reforçar as parcerias e avaliar sistematicamente os efeitos das políticas da União Europeia para as regiões ultraperiféricas, em particular ao realizar estudos de avaliação de impacto" (Conselho, 2010).

		<i>Territorial: o futuro da Política de Coesão.</i>	
	Junho e Outubro	Apresentação das propostas sobre o QFP da UE para o período de programação 2014-2020 e as propostas legislativas da política de coesão para o mesmo período.	-
		A RAM e as RUP têm defendido o acesso ao nível máximo de apoios a título da política de coesão para o próximo período 2014-2020.	CPRUP na Martinica
<b>2012</b>	Junho	Apresentação da Comunicação da CE, <i>As regiões ultraperiféricas da União Europeia: Parceria para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo</i> <sup>221</sup> .	CPRUP nos Açores
	Julho	Segundo Fórum da Ultraperiferia Europeia <sup>222</sup> .	

Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios *A Madeira na União Europeia* e da informação disponível no Site da Direção Regional dos Assuntos Europeus e da Cooperação Externa (DRAECE).

<sup>221</sup> COM (2012) 287 F de 20.06.2012. A Comunicação da CE pretendeu definir uma estratégia renovada da UE para as RUP no quadro da *Estratégia Europa 2020*.

<sup>222</sup> Vide Site da Direção-Geral da Política Regional em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/rup2012/documents/index\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/rup2012/documents/index_en.cfm).

## ANEXO II

### Guião de Entrevista

No âmbito do trabalho de investigação do Mestrado em Gestão e Políticas Públicas sobre *A Política de Coesão da União Europeia para o período de Programação Financeira 2014-2020 e a Região Autónoma da Madeira, uma Região Ultraperiférica*, proponho-me realizar uma entrevista ao Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Desenvolvimento Regional, na qualidade de representante máximo da entidade que na administração pública da RAM coordena o planeamento e a monitorização do modelo de desenvolvimento da Região e coordena e gere a intervenção dos fundos europeus na RAM.

O objetivo principal da entrevista é obter a reação/informações/dados sobre o impacto da proposta de Regulamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) para o próximo período de programação 2014-2020 na RAM, de acordo com a classificação de região de nível NUTS 2 e de Região Ultraperiférica (RUP).

Para tal foram analisados, essencialmente, os seguintes textos:

- No período de programação 2007-2013 - o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 que estabelece Disposições Gerais sobre os Fundos e o Regulamento (CE) n.º 1080/2006 relativo ao FEDER;
- Para o período de programação 2014-2020 - a proposta de Regulamento que estabelece Disposições Comuns e Disposições gerais dos Fundos (COM (2012) 496 F, de 11.9.2012, a proposta de Regulamento do FEDER (COM (2011) 614 F, de 6.10.2011); as Conclusões do Conselho Europeu de 7 e 8 de fevereiro de 2013 (EUCO 37/13); e as Resoluções do Conselho de Ministros n.º 98/2012, de 26 de novembro e a n.º 33/2013, de 20 de maio.

Dessa análise decorrem as seguintes questões:

#### **1. Prioridades da RAM para o período 2014-2020**

- a. Quais as prioridades definidas pelo Governo Regional da Madeira (GRAM) para a intervenção do FEDER na Região no próximo período de programação 2014-2020?**

Há um ponto prévio nessa questão que eu gostaria de interpô-lo e que já passamos para a resposta possível a essa questão. O ponto prévio é que neste momento ainda não está definido o envelope financeiro para a Região. Se bem que se estime que se situe entre os 290 e os 300 Milhões de Euros. 290/300 Milhões de Euros dos quais terão de ser subdivididos pelos dois fundos, FEDER e FSE. São os fundos que poderão ter uma gestão regionalizada, digamos. Já inclui os 150 Milhões de Euros. Se não fosse os 150 Milhões, é a informação que eu tenho e que de alguma forma se consubstancia, se bem que sejam informais as fontes e o reputo de alguma credibilidade. Porque senão seria o tal corte de 80% que se falou no início, há uns tempos atrás e que foi minimizado com estes 150 Milhões. Aqui já vem uma opinião pessoal. Esta distribuição de 300 Milhões não poderá ter digamos o peso que tiveram os dois fundos nos atuais programas. Portanto temos 320 Milhões de Euros e 125 Milhões de Euros, cerca de 70% FEDER e 30% FSE. No próximo período de programação, na minha ótica, não poderá ser 70%/30%, poderá ser uma distribuição muito próximo dos 50%/50%. Se calhar um bocadinho mais do que 50% para o caso do FEDER. O que resulta aqui digamos 160 Milhões de Euros para o FEDER e 140 Milhões de Euros para o FSE. Queria aqui fazer notar, antes de continuar, que estes 300 Milhões de Euros já dentro dos 150 Milhões de Euros, inclui 50 Milhões de Euros da dotação adicional, para efeitos de sobrecustos, e que fará parte de um eixo perfeitamente segregado, aquele dinheiro que não se pode mexer. Se nós tínhamos 440 Milhões e havia um corte de 80% e que estive em cima da mesa e conseguimos recuperar qualquer coisa, o remanescente não anda muito longe dos 90 Milhões de Euros. Tudo isto amanhã poderá ser diferente. Julgo que não haverá muita margem de erro no valor, 10, 15, 20 Milhões de Euros no máximo. Estou convencido que o Parlamento Europeu pode nos dar aqui um pequeno upgrade.

A questão desta lógica de divisão de fundos tem a ver com o FSE, porque há aqui uma componente que é incontornável nisto tudo, já agora vou introduzir isso apesar de ter feito a pergunta para o FEDER, que é a questão do desemprego. Temos o FSE em 2007-2013, programado numa altura em que o desemprego não sendo marginal não era muito mais do que isso, e hoje temos um desemprego superior a 20%, um pouco inferior apenas e só ao Algarve, mas caminhamos a passos largos, pode ser que eu esteja enganado e espero bem

que esteja, para termos o recorde do desemprego, da forma que vejo evoluir a nossa situação económico e financeira.

Em relação ao FEDER, e indo agora diretamente à sua questão, e tendo em conta esta exiguidade de recursos, nós vamos ter em linha de conta o quê para tentar minimizar alguns efeitos desta problemática. Primeiro, sermos mais seletivos, temos de ser mais seletivos nomeadamente no que concerne a infraestruturas. Neste momento mesmo em termos de orçamento da Região não estão infraestruturas, o que existe no plano de investimentos são pequenas infraestruturas ou aquelas que estão inacabadas que mantém-se, até ver quando é que poderão ser concluídas. Sermos mais seletivos e também jogarmos um pouco com as elegibilidades do Fundo de coesão (FC). O FC é de âmbito nacional, nós vamos ser o organismo intermédio como fomos até agora e onde queremos pôr, digamos, aquilo que tem um peso mais de infraestruturas nas áreas que são abrangidas pelo FC, nomeadamente ambiente, e aqui gostaria de destacar as questões da gestão e prevenção de riscos, nomeadamente as correntes de alterações climáticas e que tem a ver com a corrente torrencial por exemplo das ribeiras. Uma questão que nós temos de ter uma particular atenção, como estamos a ter agora, especialmente no contexto da Lei de meios. Temos a questão da energia, onde se espera poder desenvolver no próximo período de programação e isto seria um investimento estrutural muito importante, que é o aproveitamento dos fins múltiplos da Calheta. Era para ser agora, mas vai ter de ser inferido no tempo e teremos de passá-lo para o FC. É um investimento que pode atingir 70/80 Milhões de Euros. E também aqui alguma coisa em termos de transportes, aqueles que se possam inserir no contexto da rede transeuropeia de transportes, vias principais. Talvez, poderá haver uma janela de oportunidade para algumas infraestruturas que não estão perfeitamente acabadas.

Voltando ao FEDER vamos ter um foco muito especial naquilo que é o desenvolvimento tecnológico e inovação. Temos aqui que dar uma atenção muito grande a esta área. Temos aqui uma referência extremamente importante que é o plano estratégico, o Plano de ação que já está aprovado e adotado e que me pareceu um documento muito importante. Tem algumas metas que eu diria que são ambiciosas, nomeadamente aquela que é a mais importante e que se interliga com a Estratégia 2020 e que tem a ver com um objetivo digamos de recuperação, passarmos de uma incidência de investimento nestas áreas, que

neste momento é a mais pequena do país, cerca de 0,25% e 0,3% do PIB, e a ideia é podermos passar para 1,2%. Portanto, naturalmente que não será apenas e só através dos fundos estruturais que vamos conseguir esta meta, alavancar estas atividades para que possam ter um peso desta natureza no PIB. Aqui temos FEDER e FSE, muito significativo. O FSE terá aqui um papel muito importante, nomeadamente na contratação de investigadores, contratação de cérebros, de pessoas adequadas ao tipo de projetos que estejam a ser desenvolvidos, assim como, na manutenção, bem como, no aumento da cooperação com outras instituições. Temos aqui um caso de boas práticas, o caso de Carnegie Mellon, e que começa a frutificar. Tive oportunidade de ter visitado o MIT e verificado que há uma série de projetos de investigação e há muitos investigadores e estudantes de outras nacionalidades, cerca de 14 nacionalidades, o que é muito importante. Há uma componente FSE muito grande, mas o FEDER também terá um papel de algum relevo, nomeadamente no contexto do desenvolvimento de determinados projetos para pequenos equipamentos, de maior ou menor envergadura. Infraestruturas e equipamentos para estas áreas e desde que se justifique poderá haver apoios para a compra desses equipamentos.

No contexto desta área e dos apoios, temos os regimes de incentivos, nomeadamente, temos um regime de incentivos atualmente que deverá ter uma continuidade no próximo período de programação, naturalmente com alguns aperfeiçoamentos que decorram das experiências deste atual período que é o +Conhecimento, onde haverá sempre e isto é muito importante duas particularidades que são determinantes, que é haver aqui uma articulação, normalmente público/privado, às vezes é só privado, com o envolvimento por exemplo da Universidade da Madeira, que é uma das questões absolutamente centrais no sentido em que a Universidade, sem a sua participação ativa, as políticas de investigação e desenvolvimento tecnológico e inovação estão um bocado órfãs. O envolvimento da Universidade da Madeira é particularmente importante até na colaboração e envolvimento no Plano de Ação, indicia que podemos partir até para um ciclo novo. E vamos ter aqui o envolvimento dos privados nos projetos e no financiamento desses projetos. Vai haver um financiamento público muitas vezes veiculado pelo FEDER, mas haverá também aqui a obrigatoriedade do privado e para se cumprir a regra da adicionalidade. Neste momento temos 3 ou 4 projetos no +Conhecimento e em que temos algumas empresas privadas. Não temos muita massa crítica na Madeira, mas temos algumas empresas privadas que entronca

no plano de ação de IDT que é de atrair empresas para a Região, não para se instalarem com o seu quartel-general na Região, porque não faz sentido e não tem coerência nenhuma, mas podemos ter aqui pequenos departamentos, setores dessas empresas que possam funcionar aqui na Madeira. Por razões que tem a ver com a facilidade de recrutar pessoas e de mantê-las cá a trabalhar porque a ilha tem boas condições de acolhimento, as pessoas têm alguma apetência por virem para a Madeira, ter alguma experiência na sua vida profissional. Temos bom clima. Ou seja temos estas coisas todas que de alguma forma funcionam como fatores de atratividade. Temos 3 ou 4 projetos no + conhecimento que estão-se a desenvolver e que podem ser importantes, não só o projeto em si, mas criar as tais sinergias e através disto outras iniciativas. Temos que ter alguma habilidade e imaginação. Temos que fazer algum *lobby* junto de determinadas empresas ou associações empresarias ou no âmbito da nossa estratégia diplomática, de forma a que possamos arranjar aqui maneira de as empresas puderem instalar aqui pequenos departamentos, que possam fazer a evolução de algum produto ou estudar determinada matéria etc. E isso acho que temos condições e os 3 ou 4 projetos do + Conhecimento deixa uma janela aberta. Temos que trabalhar e ter algum bom senso nestas coisas todas. Esta é uma área que claramente temos de apostar.

Segunda área absolutamente determinante em termos de FEDER, diria mesmo a mais determinante, que é subjetivo, é a questão da competitividade. E competitividade desde logo assume, de uma forma genérica, três tipologias ou três medidas que são o apoio ao tecido empresarial que é absolutamente essencial, nomeadamente às pequenas e médias empresas. Temos que ser um bocadinho mais seletivos e temos que dar uma discriminação positiva ainda mais evidente e com maior incidência na majoração de determinado tipo de apoios para projetos de características inovadoras. Projetos que tenham um carácter de empreendedorismo, que se possam aferir níveis de empreendedorismo e de inovação. Temos que mesurar o empreendedorismo. É preciso que o organismo com a tutela defina claramente como aferir estes níveis. Naturalmente não podemos numa Região Ultraperiférica, enfim, rodeada de mar, com as vulnerabilidades que temos, ninguém tenha dúvidas, a dimensão do mercado, a especificidade própria de uma economia que se baseia fundamentalmente no turismo, de alguma forma também nos serviços, mas sempre associados ao turismo, não podemos estar aqui a negar algum apoio a pessoas que chegam investem e criam postos de trabalho. Estas pessoas são empreendedoras. Não podemos negar apoio a estas pessoas.



Temos de criar apoio ao tecido empresarial e nesse sentido temos de ser um pouco mais seletivos, mas não podemos ser fundamentalistas de criarmos apenas e só projetos de cariz inovador, temos que fazer uma discriminação positiva que de alguma forma já existe. O *Empreendinov* que é um regime de incentivos que atualmente vigora, é um regime de incentivos que tem aqui uma coisa muito importante que é só a fundo perdido e por isso é apelativo. É preciso também ter aqui um certo cuidado no sentido de aferirmos da faceta inovadora que tem ou não o projeto. Temos que ter em conta os projetos de empreendedorismo jovem que tem algum fator diferenciador, não digo inovador. Os projetos de investimento em geral terão que ter algum apoio. O próprio Governo da República na Resolução do Conselho de Ministros, de novembro, refere que o fundo perdido tem de ser cada vez menos e mais o reembolsável. Em termos de regimes de incentivos temos que ter um certo cuidado nessa matéria. Mas, havendo essa filosofia que eu concordo inteiramente, isto torna mais fácil a discriminação positiva para determinada tipologia de projetos.

Outra questão que é essencial, que é absolutamente essencial no tecido empresarial são os mecanismos de engenharia financeira, nomeadamente temos tido algumas linhas de crédito que tem tido algum sucesso, tem tido muita aceitação e que são fundamentais, não só para alavancar projetos que tenham esses regime de incentivos como outros que não sejam alvo, não quer dizer que seja um projeto candidato a um regime de incentivos e que esbate um pouco os problemas gravíssimos que temos relativamente aos créditos bancários que são muito complicados. Temos que tornar os regimes de incentivos um pouco mais simples, é uma questão que tem de ser estudada, é a minha opinião.

Ainda no apoio ao tecido empresarial quero aqui destacar um outro sistema de incentivos que não é um investimento que é o regime de ajudas ao funcionamento e que, fundamentalmente, assenta num financiamento que é veiculado através da tal dotação específica dos sobrecustos, que é um sistema de incentivos ao funcionamento, baseado em vulnerabilidades que as empresas por desenvolverem a sua atividade nas Regiões Ultraperiféricas tem mercados pequenos, longe dos principais mercados, custos de transporte acrescidos, etc, etc e que a Comissão Europeia entendeu serem atendíveis. Os regimes de incentivo ao funcionamento são baseados nos valores das rendas, dos

transportes e do pessoal e nesse sentido é calculado um valor que a empresa recebe a fundo perdido. Isto tem funcionado muitíssimo bem. Tem sido um fator muito importante de equilíbrio nas finanças das empresas nestas alturas de crise. Tem sido extremamente benéfico para as empresas. Há quem entenda que isso tem alguns aspetos negativos, eu também admito, pois as empresas habituam-se. Mas, neste momento na situação que se vive e no sufoco que se vive esses aspetos negativos são perfeitamente suplantados pelo atual contexto. Portanto, este dinheirinho que as empresas recebem é muito bom para efeito de equilíbrio da situação financeira da empresa como também e aqui um dado que é muito importante de alguma forma salvaguarda aquela empresa e aquele emprego que está criado. Temos que ter cuidado porque temos todos que nos preocupar com o desemprego e com aqueles que ainda têm emprego. Também é preciso ter um certo cuidado com isso.

Em termos do tecido empresarial eu diria que é uma questão fundamental e que temos que alocar recursos que permitam apoiar durante esse período de programação e, na medida do possível todos aqueles projetos que sejam novos investimentos, novas empresas, empresas existentes que indiciem crescimento dessa empresa, mais emprego, consolidação do próprio emprego já existente, é muito importante. Há que ter em linha de conta questões que têm a ver com alguma seletividade, nomeadamente nos níveis de inovação, na análise casuística da génese do projeto, se são jovens que estão a lançar o projeto e estão-se a lançar no mundo empresarial, pela primeira ou segunda vez, não interessa. Majorar apoios, como já se faz hoje em dia, se calhar aperfeiçoar, em termos de fatores dinâmicos de competitividade para ver o grau de novas tecnologias que o projeto prevê, enfim alguns fatores importantes e diferenciadores. E se calhar ter uma tarefa de aconselhamento nos projetos para que haja um bom enquadramento e um diálogo prévio no decurso da conceção do próprio projeto pode ser importante.

Em termos de competitividade e já um pouco ligado com o papel, que não deveria ser, mas ainda é o papel da administração pública, e porque é incontornável, temos a questão do turismo. O turismo cada vez mais é uma atividade que tem uma componente, uma envolvente concorrencial cada vez maior. O turismo da Madeira tem-se alterado ao longo dos anos. Eu lembro há 30, 35 anos atrás era um turismo de um cariz bastante diferente deste. Era um turismo, para já com muito menos camas, uma lógica de 4 e 5 estrelas e hoje

em dia temos um turismo em que os 4 e os 5 estrelas prevalecem, mas de qualquer maneira um turismo de 30/33 mil camas quando tínhamos no passado 4/5 mil camas. Com pessoas de uma determinada idade, em que os escalões etários baixaram um bocadinho. E, fundamentalmente, o nível económico dessas pessoas que vinham à Madeira era um nível económico bastante elevado, o que hoje em dia já não é tão verdade quanto isso porque a Madeira está num mercado concorrencial, com outros destinos, alguns aqui perto, nomeadamente as Canárias e outros. E que o fator preço é muito importante. Podemos dizer que temos melhor qualidade e melhores hotéis mas se calhar só isso não basta. É fundamental para o turismo da Madeira que haja alguma estratégia não só em termos de promoção e aqui parece-me ser uma duplicação de esforços haver dois organismos que se dedicam à promoção da Madeira, apesar de dizerem que são áreas delimitadas, há uma dispersão de esforços na minha opinião que devia estar concentrado. E também as questões que tem a ver com a animação turística da Madeira. Temos meia dúzia de eventos que são fundamentais para a própria promoção da Madeira. A animação também tem uma componente que se calhar é ainda mais importante de promoção. E isto é preciso que se apoie. Deveriam ser sobretudo os privados a dinamizar os eventos. Na prática o que se tem visto ao longo dos anos é que o Governo é que tem esta iniciativa e penso que são valores bastante onerosos. A nossa ideia é incluir naquilo que se chama competitividade os apoios ao turismo. O apoio é fundamental para a competitividade no setor turístico e com arrastamento para outros sectores. Penso que se deve dar aqui o apoio às iniciativas da Secretaria Regional do Turismo. Tentar se pudessemos colocar estes apoios passíveis de serem financiados no futuro. Maior competitividade para o turismo da Madeira através do apoio a projetos de natureza turística. Grosso modo em termos de competitividade era isto que gostaria de ver refletido nos apoios a serem veiculados pelo FEDER. Temos a inovação, a competitividade, os sobrecustos e na área ambiental, se bem que o mais pesado vá para o FC temos de ter uma pequena componente ambiental no sentido de podermos financiar projetos, enfim, de não tão grande dimensão, estudos de monitorização que sejam necessários fazer na qualidade do ar, ruído, água, etc, projetos mais leves. Em termos da proteção civil, alguma infraestrutura ao nível dos bombeiros, o próprio serviço da proteção civil, em termos de alguns taludes nalgumas zonas onde possa haver perigo de alguma derrocada, de valores de 100/150 Mil Euros, existe no programa flexibilidade para apoiar.

E, finalmente, e em termos de FEDER, o quinto eixo que chamaria de inclusão social ou coesão social, uma das grandes bandeiras do quadro comunitário de apoio, sendo que será mais desenvolvido em termos de apoios através do FSE. Mas, em termos do FEDER, gostaria de ver, mas o que não será tarefa fácil, se conseguiríamos ter algum apoio a nível de infraestrutura e de equipamento na área da saúde, na área da formação e na área do apoio à terceira idade. O que me parece que vai ser bastante complicado. Este apoio pode não ser genérico. Vamos tentar através dos regimes de incentivos dar algum apoio. Com meia dúzia de Milhões de Euros, não é bem assim, para sete anos, vamos tentar fazer uma distribuição minimamente equilibrada de acordo com aquilo que será a nossa sensibilidade e que será alicerçada com o debate que vamos manter com algumas instituições e com algum bom senso no meio disto tudo. É muito complicado, com a certeza porém, e isto é preciso que se diga, que não serão apenas os fundos comunitários que vão resolver determinado tipo de situações, em qualquer uma delas. É preciso ter esta noção. É preciso não esquecer que tudo isto obriga a que haja orçamento da Região e que é um dos grandes problemas que hoje em dia temos, nomeadamente para atingirmos as regras n+2 e n+3.

**b. Em que medida as prioridades definidas para a intervenção do FEDER na Região Autónoma da Madeira (RAM) no período de programação 2007-2013 são válidas para o período de programação 2014-2020?**

Há muitas prioridades do atual período que se mantêm válidas. Nós temos um programa operacional Intervir+ que tem um eixo de grande dimensão que é o eixo IV, um eixo fundamentalmente de infraestruturas. O eixo de infraestruturas praticamente desaparece. Desaparece no sentido de eixo específico de infraestruturas e equipamentos coletivos. Só isso denota aqui uma evidência clara de que tem de haver aqui uma viragem do modelo de desenvolvimento. Eu costumo dizer e tenho dito que 2007- 2013 já de alguma forma e, em parte é verdade, e poderia ser ainda mais verdade do que é, já denota a transição de um modelo para outro. Já houve aqui uma viragem relativamente sensível. Infelizmente muita dela foi induzida pelos fatores financeiros nem foi pela filosofia do próprio modelo de desenvolvimento, isso é que é negativo, mas foi mais induzida pelos problemas do que pela noção estratégica que deveria haver da parte dos responsáveis. Mas sendo isto um pico de viragem o próximo período de programação tem de ser a solução definitiva e sem mais

transições deste novo modelo que queremos implementar e que vai ser formalizado em termos de haver um documento orientador. Vamos ter um maior enfoque na competitividade das empresas. Quando falei das infraestruturas e equipamentos, um bocadinho para a saúde e um bocadinho para a formação estamos aqui falar a de uma percentagem relativamente pequena, 10% uma coisa assim do género. Vamos dar um maior enfoque ao tecido empresarial, à investigação e desenvolvimento tecnológico e ao ambiente. O ambiente no sentido de termos alguma maleabilidade para tratar os projetos que são importantes. Uma das questões centrais e transversais é a sustentabilidade ambiental da Região. Quando falo da sustentabilidade é da gestão e prevenção de riscos e de outros projetos nomeadamente de requalificação. Há projetos de requalificação que são urgentes, para um maior equilíbrio paisagístico que podem conjugar-se um pouco com o FEADER. Vamos nos concentrar fundamentalmente nas empresas através do eixo da competitividade, no apoio à política turística, na investigação e desenvolvimento tecnológico e nos sobrecustos. Os sobrecustos são para alocar em princípio e só para as empresas. Há aqui uma lógica completamente diferente. As empresas no atual programa são 20/25%, apoio ao tecido empresarial. O Governo deixa de ter um papel tão determinante, no sentido de ser ele o principal. A própria Comissão Europeia considera as infraestruturas uma prioridade negativa e portanto só numa situação excecional, com muita prudência, é que vão deixar passar no programa operacional a possibilidade de construção de infraestruturas, por exemplo estradas e escolas não são admissíveis. Salvo situações muito bem justificadas e que eu não sei o que querem dizer com isto. Não temos necessidades de escolas nem de infraestruturas desportivas associadas a escolas.

**c. Em que medida a coerência estratégica necessária no estabelecimento das prioridades do GRAM com os domínios temáticos enunciados nos Pressupostos do Acordo de Parceria pode limitar a definição das prioridades regionais?**

Muito sinceramente não influencia nada. A Resolução é um documento relativamente redondo onde nos conseguimos acomodar facilmente nas prioridades nacionais. Fala-se na competitividade, nas questões ambientais, no capital humano, na inclusão social, penso que não há qualquer tipo de problema. Isso nunca foi levantado pelo próprio Governo. A Resolução do Conselho de Ministros não sei se passou por algum serviço no sentido de ser

dado algum parecer, admito que sim. Mas se não passou devia ter passado. Mas não é por aí que vamos ficar com menor capacidade de pudermos conceber o nosso modelo de desenvolvimento estratégico e o nosso programa operacional.

O que tem sido muito positivo, extravasando um bocadinho essa pergunta, são os próprios regulamentos nas questões das condicionalidades e o esforço que tem sido feito e que está a ser feito no âmbito de pudermos ter aqui um conjunto de documentos de natureza estratégica que possam dar alguma coerência. Neste momento, está a ser desenvolvido um plano de bacia hidrográfica, um plano regional de transportes, a atualização do plano de ordenamento turístico. Estamos neste momento a trabalhar num plano de ação para as alterações climáticas que já está numa fase bastante adiantada. O Plano Regional da proteção civil, ao qual está agregado muitas cartas de risco, os PDM. E digo isto com toda a franqueza, neste momento há uma pequena revolução, no bom sentido, de pudermos criar, não um PDES como aconteceu no passado, mas várias ligações para um documento orientador. Existe um plano regional da educação que está a ser feito. Há um plano regional para a economia em si que está a ser feito pelo IDE, que penso que é muito importante até para pudermos falar em competitividade e para sabermos como vamos apoiar o tecido empresarial. Em termos de formação profissional está a ser feita a atualização dos perfis profissionais onde serão incididos os apoios. Temos aqui um conjunto de mecanismos que eu tenho esperança possam ser importantes e que nós todos tenhamos esses documentos como referências.

Existem condicionalidades que são cumpridas a nível nacional e que a região não tem de cumprir. O atual cenário não é tão mau. Há duas situações que estão perfeitamente identificadas e que são as mais problemáticas mas que nós vamos assumi-las que é o plano bacia hidrográfica, que estamos em incumprimento. Vamos dizer à Comissão Europeia que este plano no segundo semestre de 2014 estará em vigor e a Comissão aceitará isso, sendo que isso é visível nos regulamentos que se isso não se concretizar cortam os financiamentos, não sei se ao programa ou se apenas e só ao eixo onde isso possa ter alguma influência. O que será sempre um motivo de grande preocupação. E temos um plano regional de transportes que tem de ter associado uma estratégia ambiental que está a ser iniciado e que nos vão obrigar a sermos muito concretos à conclusão ou não conclusão, à implementação

ou na não implementação. Muitos dos indicadores que vamos usar deverão já ser extraídos destes documentos.

**d. Considera que o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira (PAEF) condiciona a intervenção do FEDER na RAM no próximo período de programação?**

Condiciona. Esta é uma pergunta fácil na minha opinião. Fácil assim genericamente. Desde logo cria constrangimentos financeiros em termos de fluidez financeira que obstaculizam que se possa validar despesa. Grande parte dos projetos que são desenvolvidos a nível público são por organismos que são serviços simples e portanto têm de ter o dinheiro orçamentado. O plano tem restrições orçamentais a nível de financiamento e que não nos podemos distanciar. Um segundo aspeto muito complicado que é o dos 150 Milhões de limite em termos de formação bruta de capital fixo, o que obsta a que em termos orçamentais se possam pôr as dotações que seriam mais adequadas à dinâmica que se pretende para o FEDER. O limite dos 150 Milhões torna as coisas muito complicadas. Os organismos públicos têm desde logo dificuldade porque têm orçamentos mais reduzidos, por força do PAEF. O PAEF é o travão, se calhar no bom sentido. Temos um programa operacional que corre o risco de chegar ao final de 2013 e perdermos dinheiro por força do não cumprimento do objetivo n+2 que está ligado à execução. Tenho muito medo disso. E sozinho não posso fazer tudo. O paradoxo disto tudo é que temos Milhões de Euros no banco e não podemos gastar. Não é só o PAEF, digamos, é a situação financeira da Região que está a ser regulada em grande parte pelo PAEF, no sentido de conter e de minimizar, atenção que o PAEF também tem aspetos positivos. O PAEF introduz uma série de medidas para que a situação não descambe ainda mais que de alguma forma condiciona também os projetos comunitários, nomeadamente os 150 Milhões e o acesso a financiamento bancário ou de outro género qualquer que possa criar uma maior fluidez de recursos financeiros para pagar.

**e. Na sua opinião, qual considera que deveria ser o valor FEDER, ideal ou aceitável, para a RAM para o próximo período de programação?**

O ideal seria o que recebemos no atual período de programação. Se fosse mais não sei se teríamos capacidade de gastar. O valor ideal é menos em termos de FEDER e mais em

termos de FSE que para mim são absolutamente essenciais. Teria maior capacidade de apoiar medidas ativas de emprego que é importante e capacidade de apoiar projetos na área da educação e da formação, que são complementares de medidas de emprego ao mesmo tempo que também reforço a questão das empresas que ao fim e ao cabo também vão beber um pouco nesta massa crítica que vamos criando com o apoio do FSE. Eu diria que era um valor igual mas com uma lógica de aplicação cada vez mais na área do social que acho que é absolutamente essencial.

Se tivesse mais dinheiro no FEDER seriam canalizados para a investigação e desenvolvimento tecnológico porque se reparar nas necessidades de financiamento do plano esses 90 Milhões de Euros seriam muito poucos. É preciso ter em linha de conta também a capacidade de execução que vamos ter nessas áreas. É evidente que em termos de equipamentos para as áreas sociais, se realmente for possível pudermos canalizar alguns apoios. Se isso fosse possível que a Comissão Europeia não pusesse grandes problemas nessas áreas, então posso dizer que se calhar o valor que temos agora não era assim tão grande quanto isso. Se repararmos equipamentos para a área da saúde, a ampliação do hospital está fora de causa, para a área da formação. Temos um parque escolar ótimo mas temos de certeza absoluta carências a nível da vertente profissional e tecnológica de muitas das escolas. Aqui podem surgir intervenções muito importantes, para essas escolas puderem ser protagonistas de alteração do contexto daquilo que se pretende. Esperemos que o próximo programa apoie estas intervenções. Se puderem ser atendíveis algumas elegibilidades o valor FEDER que temos agora não é demasiado. A minha dificuldade em lhe dar uma resposta neste ponto que é sensível é que em consciência não tenho conhecimento perfeito dessa matéria e da capacidade financeira que a Região tem. Não vou dizer que precisamos de Mil Milhões de Euros porque estou convencido que não temos capacidade financeira para poder utilizar todos esses recursos financeiros. Todos temos consciência que as infraestruturas mais caras felizmente já estão feitas. O que é positivo e advém do que foi feito e do trabalho que foi desenvolvido.

**f. Em que medida a situação económica e financeira da RAM está a condicionar a intervenção do FEDER na RAM no atual período de programação 2007-2013?**



O grande problema é que tendo problemas de constrangimentos financeiros ao nível da capacidade das entidades cumprirem a adicionalidade, aquelas que têm autonomia administrativa e financeira que só precisam dos 15%, os próprios 15% é um problema gravíssimo. Aqueles que têm autonomia financeira consignam a receita à despesa, os organismos simples têm de ter o dinheiro todo até o governo receber, isto cria problemas de constrangimentos muito graves. Um segundo grande problema é que já não aparecem com frequência projetos. A dinâmica da parceria de projetos, novos compromissos com capacidade de serem desenvolvidos é muito pouca, é muito reduzida.

## **2. Contrato de Parceria**

**O Estado-Membro deve organizar uma parceria com as autoridades competentes a nível regional, com os parceiros económicos e sociais e com os organismos que representem a sociedade civil, para a elaboração do Contrato de Parceria e dos programas operacionais.**

**a. Considera que o GRAM deveria estar representado na subcomissão especializada para a negociação do Contrato de Parceria e no Grupo de Trabalho designado GT 2020?**

O Governo Regional está representado. Sou o representante da Região na subcomissão. Desde fevereiro inclusive tenho ido às reuniões da subcomissão. Era uma lacuna que ficou resolvida, segundo julgo saber. No GT 2020 não está prevista a Região, apenas em situações pontuais. Na minha opinião acho que está errado a região não ter um membro no GT 2020. Não acho correto a Região não estar representada. Atenção as Regiões Autónomas.

**b. Considera que o envolvimento da RAM na elaboração do Contrato de Parceria e na preparação dos programas operacionais tem sido o adequado?**

Ainda não sabemos o que é o acordo de parceria mas já demos o nosso contributo através do diagnóstico prospetivo. Sei e foi dada essa opinião que isso correu muito bem mas naturalmente o *output* fundamental é o próprio acordo de parceria. Temos de contextualizar o que é o documento, mas para já tem sido positivo. Na estrutura dos programas operacionais a Região não tem nada a dizer sobre essa matéria, no sentido em que temos o programa regional que é a nossa pretensão. Tínhamos uma outra pretensão, também os Açores tinham que era a de neste programa multifundos ter também incluído o FC que para

nós era francamente melhor. Mas essa pretensão foi-nos negada pela própria Comissão Europeia. Nem sequer insistimos na matéria. Vamos manter um eixo no programa temático para a Região Autónoma da Madeira que espero tenha o remanescente do valor que foi atribuído no âmbito da Lei de Meios para concluirmos os projetos da Lei de Meios e tenha mais o valor que é atribuído à Região no FC para os próximos sete anos e que nós gostaríamos que não fosse inferior aquilo que tivemos em 2007-2013 que foram 100 Milhões de Euros.

**c. Em que medida o Governo Português está a cumprir com o princípio da parceria e da governação a vários níveis, na elaboração do Contrato de Parceria e na preparação dos programas operacionais para a RAM?**

Acho que a Região está a ser bem envolvida no acordo de parceria. E realçava o papel da Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus que algumas resistências que se sentiram no início, hoje em dia já não existem. Sentimo-nos perfeitamente integrados na subcomissão.

**3. Objetivos Temáticos e Concentração Temática**

***A proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos estabelece onze objetivos temáticos para os fundos no âmbito do Quadro Estratégico Comum, em conformidade com os objetivos da Estratégia Europa 2020.***

**a. Comparativamente aos temas prioritários fixados para o período de programação 2007-2013, qual a sua apreciação dos objetivos temáticos determinados para o período de programação 2014-2020, no que se refere ao alinhamento dos objetivos temáticos com os objetivos da Estratégia Europa 2020 e ao impacto deste alinhamento na intervenção do FEDER na RAM?**

Os objetivos temáticos que nós temos, a inovação e o desenvolvimento tecnológico e a competitividade, o capital humano e a inclusão social. Há uma componente que tem a ver com o FEDER que é a capacitação institucional, ou seja a governação. Também vamos ter aqui algum apoio, nomeadamente em induzir maior eficiência e eficácia aos serviços públicos. O que eu gostaria dizer é que desaparece um bocadinho a lógica do *earmarking* onde nós temos as despesas já previamente definidas. O *earmarking* está ligado à *Estratégia de Lisboa*, eram as despesas amigas de Lisboa. Agora há uma alteração, o pano de fundo é a

*Estratégia Europa 2020* e os objetivos temáticos que foram fixados pela Comissão Europeia. Evidente que ainda estamos no plano teórico, o plano prático às vezes é diferente. No plano teórico esta arrumação que se prevê para 2014-2020 é mais adequada do que aquelas tipologias que foram definidas do *earmarking*. Por exemplo na competitividade, espero eu, poder incluir o que pretendo, empresas, parte privada e parte pública, regimes de incentivos, turismo. Um dos dramas do atual período de programação e dos 75% do *earmarking* é que o turismo não se consegue incluir. Espero que com esta arrumação atual seja mais maleável, mais flexível. Isto é prematuro dizer alguma coisa mas penso que isto poderá ser mais flexível.

O Programa Nacional de Reformas (PNR) a Região também participou. Há objetivos que temos de alcançar. Por exemplo o abandono escolar, reduzir para os 10%, tentar nos aproximar dos 40% de licenciados, entre os 18 e os 35 anos. Investimento em IDT. A Madeira não é o país, não vai ter nem tem lógica ter 3%. A Madeira vai contribuir com 0,25% ou 0,3%, o que é muito pouco. Temos capacidade e temos áreas, até temos identificadas as áreas, a área do turismo, biodiversidade, mar são áreas em termos de IDT.

Não vamos cumprir com as metas todas. O PNR é um plano nacional onde o país se propõe alcançar determinado tipo de metas e a Madeira como parte integrante vai contribuir naquilo que é possível. Não é com 290 ou 300 Milhões de Euros que vamos alavancar tudo e mais alguma coisa, esta é a minha opinião. Acho que as metas são demasiado ambiciosas, mas é aquilo que o país se propõe alcançar.

**b. Considera que os objetivos temáticos determinados para as *regiões mais desenvolvidas* e para as RUP para o período de programação 2014-2020 são suficientes e adequados à intervenção do FEDER na RAM/RUP?**

No objetivo temático das tecnologias da informação e da comunicação e da banda larga acessíveis a todos não o vamos eleger em termos de intervenção dos fundos estruturais. Não vou pôr as tecnologias da informação e da comunicação e banda larga como um daqueles objetivos temáticos. Na IDT pode haver alguma indução. Vamos remeter isto um bocadinho para o privado, para os operadores. Na divisão de eixos que vamos fazer não é visível isso. Vamos ter uma divisão de eixos que vai ter uma delimitação relativamente clara, da IDT, da competitividade, em que pode caber muita coisa, especialmente daquilo que é a iniciativa

privada. Depois a iniciativa privada pode induzir avanços noutros objetivos temáticos. É prematuro dizer o que vai aparecer. Até pode aparecer um surto, no bom sentido, de investimentos para uma determinada área que se venha a alavancar.

Naquilo que é a incidência do FEDER, alguns objetivos temáticos são tocados de uma forma direta dentro da competitividade, da IDT, das TIC, nas PME, na economia de baixo teor de carbono, através dos regimes de incentivos a projetos que possam conter mecanismos minimizadores de impacto ambiental entre outros. Vamos ter em termos de medidas do ambiente, de energias renováveis, de incentivar as energias limpas vamos dar algum apoio. As alterações climáticas e, fundamentalmente, a prevenção e gestão de riscos estão no FC. Esta irá ser uma das áreas onde se irá gastar mais dinheiro. Na energia temos a Central da Calheta que é um projeto que vai marcar o período de programação. O problema da Região não passa pelos transportes sustentáveis. Vamos ter um bocadinho de capacitação institucional tanto no FEDER como no FSE. Quando falo na competitividade e nos regimes de incentivos pode haver aqui um grande contributo em termos de PME, no sentido de induzi-las para contributos para outros objetivos temáticos. Os objetivos temáticos adaptam-se bem, pode haver algum constrangimento em termos de alguma incidência mais particularmente em determinados objetivos temáticos em detrimento de outros. Nos três objetivos temáticos devíamos incluir o ambiente e os transportes sustentáveis numa lógica ambiental. Estes dois também deveriam estar consignados. Não faz sentido separar as alterações climáticas das questões da economia de baixo teor de carbono.

**c. Quais os objetivos temáticos mais adequados à intervenção do FEDER na RAM/RUP no próximo período de programação?**

Eu pessoalmente estou satisfeito com as áreas e com esta nomenclatura de objetivos temáticos e prioridades temáticas, muito sinceramente. O que é fundamental é dentro destes objetivos temáticos, e isto um passo que ainda não foi dado, é negociar aquilo que podemos meter ali. Isto é uma questão que é também importante.

**d. Considera possível a Comissão flexibilizar para as RUP a fixação dos objetivos temáticos?**

Penso que não. Pelo menos é a sensibilidade das negociações que eu tenho assistido.

- e. As regiões mais desenvolvidas concentram pelo menos 80% do total dos recursos do FEDER nos objetivos temáticos do reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação, do reforço da competitividade das PME e do apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono. Para este último objetivo concentram também 20% do total dos recursos FEDER. As RUP concentram pelo menos 50% da dotação específica adicional nos objetivos temáticos que lhes são fixados. Qual o impacto para a RAM da aplicação das taxas de concentração nos objetivos temáticos de 80%+20% e para as RUP de 50%?**

Aquilo em que a Região pretende concentrar o FEDER cai dentro destes objetivos temáticos. Isto é prematuro, pode ser mais flexível do que é expetável, em vez daqueles temas prioritários que eram um bocado redutores. O *earmarking* tem aqueles temas e por muito exaustivo em certas situações era castrador em certos projetos. Isto pode ser uma banda larga superior aquela que tínhamos e acho que deve ser assim. Haver as taxas de concentração poderá ser positivo porque de alguma forma encaixa-se naquilo que a Região pretende fazer, é a minha opinião pessoal, e de modo que isso poderá ser inibidor de pudermos ter aqui algum devaneio em termos de arranjarmos outras situações. O próprio programa vai ter estas áreas e não vou mexer em mais nada. O programa operacional atual é propositadamente redondo para caber tudo. As taxas de concentração são negociáveis. O diagnóstico prospetivo já apresentámos à Comissão Europeia e aqui já estamos a orientar para um conjunto de objetivos temáticos que não se confinam apenas a esses três. A Resolução do Conselho de Governo aponta um conjunto de objetivos que também não se coadunam com isto de uma forma tão linear quanto isso. A orientação que foi dada foi no sentido de não colidir frontalmente com os objetivos temáticos. A orientação que temos e aquilo que vamos apresentar é um pouco para fugir a isto. Vamos ser um pouco mais versáteis. 70/80% do programa vai estar no objetivo um e três. E dos restantes 30%, 10% naquilo que é o ambiente e o desenvolvimento sustentável. Não pode ser excluído do programa, seja Região Ultraperiférica ou não, a questão das alterações climáticas. Vamos tentar introduzir. Tem de haver alguma maleabilidade. Temos onze objetivos temáticos e só três é que são definidos. Não pode ser. O diagnóstico prospetivo foi apresentado e teve aceitação por parte da Comissão Europeia. Referiram que é um documento muito bom. Há aqui uma determinada flexibilidade da Comissão Europeia, porque não podem ser

insensíveis a criar algum apoio às Regiões. Os pressupostos do acordo de parceria já remetem para uma intervenção mais alargada do que os objetivos temáticos.

80% tem de ser para os três objetivos, dentro destes 80% 20% para o último objetivo. E 20% livres. São 60% + 20% + 20%.

**f. Qual a sua apreciação sobre a associação dos objetivos temáticos à utilização da dotação adicional para as RUP e da fixação para estas regiões do objetivo temático da promoção da acessibilidade, utilização e qualidade das tecnologias de informação e da comunicação?**

Já foi dito, claramente, à Comissão Europeia que vamos tentar alocar a dotação adicional às despesas de funcionamento das empresas. Neste quadro comunitário de apoio, para conseguirmos determinar 50% para despesas de investimento foi um custo muito grande. A lógica dos sobrecustos e o próprio nome assim o indica, é fundamentalmente para funcionamento.

Um objetivo temático mais apropriado para as Regiões Ultraperiféricas era a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos. Não tenho dúvidas disso. Este objetivo temático não é o mais apropriado, mas percebo o que se quer. As Regiões Ultraperiféricas, à exceção da Guiana, que é um caso particular são ilhas em que as comunicações são uma questão essencial, nomeadamente com as plataformas continentais. Não excluindo este objetivo temático com uma percentagem fixa para a Madeira que acho que era demasiado arriscado, a nível das TIC e, nomeadamente nas questões da banda larga e de maior acesso à banda larga, eu pessoalmente estou convencido, que a Madeira precisa de um grande investimento de 10/ 12 Milhões de Euros que é a questão do cabo submarino. Um segundo cabo submarino seria altamente benéfico para a Região, para a competitividade de determinado tipo de empresas. Abrir-se-ia aqui a possibilidade de criar pequenos nichos de mercado dependentes de ter comunicações rápidas, baratas e fiáveis. Mas não é um objetivo fundamental. Poderia ser uma maneira de alocar sobrecustos da ultraperifericidade.

**4. Categorias de regiões**

***A proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos estabelece três categorias de regiões do nível NUTS 2 para atribuição dos recursos destinados ao objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego. As categorias de regiões são classificadas em função do seu PIB per capita em relação à média da UE.***

**a. Qual a sua posição sobre a utilização do PIB *per capita* como critério de classificação das regiões para atribuição de recursos no quadro do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego?**

Compreendo que não pode haver aqui análises casuísticas do PIB. O nosso PIB tem especificidades muito próprias. Temos que de alguma forma admitir o PIB. Se calhar não arranjo outros indicadores ou outro indicador sozinho. Um conjunto de indicadores podemos arranjar que se adapte à Madeira e reflita a situação da Madeira. Mas se calhar aplicado noutras regiões iria enviesar qualquer tipo de análise. O que eu acho, é capaz de ser um bocadinho utópico na minha opinião, é a única possibilidade de termos aqui um tratamento que possa esbater algum grau de injustiça, chamemos assim, que a aplicação do PIB pode ocasionar à Região Autónoma da Madeira. A única possibilidade que eu vejo é dar um enfoque ainda maior aquilo que é o artigo do Tratado que consagra um tratamento especial às Regiões Ultraperiféricas. E clamarmos um bocadinho o direito à diferença, eu sei que isso tem sido feito, mas é a única possibilidade que temos de tentar fugir aos efeitos menos positivos da aplicação do PIB. Não encontro outra maneira. Se tivermos de ir pelo caminho do indicador da dinâmica económica do país e da região, o PIB é o melhor indicador. Sendo que no caso das Regiões Ultraperiféricas deveríamos ter aqui um tratamento diferenciado no sentido de as colocar no nível de tratamento um bocadinho diferente, aquelas que são de convergência são de convergência aquelas que porventura por força do PIB fossem colocadas numa situação de transição, que fosse menos penalizante do que é o tratamento puro e simples. Deveria haver aqui uma conjugação. Uma maior flexibilidade da aplicação dos montantes no contexto do próximo quadro comunitário na concentração de recursos que considero globalmente uma medida positiva, os 80% deveriam ser analisados de outra forma. Não deixava de ser concentração mas tinha um efeito mais adequado naquilo que é a realidade das Regiões Ultraperiféricas. Como há sobrecustos para o FEDER também devia haver sobrecustos para o FSE.

**b. Quais as vantagens e desvantagens que encontra na classificação da RAM na categoria das *regiões mais desenvolvidas* para o período de programação 2014-2020?**

Tem duas desvantagens, uma limitação financeira que foi um bocadinho atenuada por força dos acordos de última hora, senão seria catastrófico perdermos 80% dos fundos. A segunda desvantagem que é uma rigidez muito grande na alocação dos recursos. Em vantagens podemos falar que permite-nos ser obrigatoriamente seletivos e termos uma forma de encarar o modelo de desenvolvimento da Região mais consentânea com os documentos estratégicos que foram produzidos. Penso que esta seletividade e todas estas regras que nos foram impostas, nomeadamente em termos de *regiões mais desenvolvidas*, vai nos permitir ter maior atenção e um maior rigor estratégico. Temos de ter em atenção aquilo que vamos fazer e que dissemos à União Europeia que vamos fazer. Temos de mostrar que os fundos estão a contribuir para o que são os objetivos, para aquilo que foi traçado. Antes não havia isto. A orientação para os resultados é uma questão que é importante e que nos vai obrigar a ter documentos com metas. Nem sempre é possível cumprir mas vamos mostrar porque é que não cumprimos.

**5. Critérios para a repartição indicativa dos recursos por Estado-Membro**

Na classificação de *região mais desenvolvida* a RAM é abrangida por novos critérios na repartição dos recursos. Aos critérios da população elegível, da prosperidade regional e da taxa de desemprego a RAM é abrangida pelos critérios da taxa de emprego, dos níveis de instrução e da densidade populacional. Suprimindo-se a taxa de prosperidade nacional.

**a. Qual o impacto da supressão do critério da prosperidade nacional e dos novos critérios e respetivas ponderações na repartição dos recursos para a RAM?**

Se tivermos em linha de conta os critérios 2007-2009, nestes critérios, em particular, não posso concordar porque estamos a fazer uma repartição para uma realidade que não existe. Sabendo-se as alterações que se deram nos últimos dois, três anos, a crise mundial, as intervenções nos países e se não tivermos e continuarmos a nos basear para a distribuição dos dinheiros pelos Estados-Membros em critérios que estão perfeitamente ultrapassados e desajustados isto não pode ser. Se vamos nos basear no período 2007 a 2009 vamos



aparecer com uma taxa de desemprego de 4,5% ou 5%, quando temos quase 21%. E isto é gravíssimo porque vai induzir uma repartição perfeitamente enviesada, fora do contexto. Se estes critérios forem baseados em valores recentes e consentâneos com a atual realidade poderei concordar com estes critérios. A realidade da Madeira em 2007-2011 não tem nada a ver infelizmente com a realidade atual. E estamos a fazer basear-nos algo tão importante que é a repartição dos recursos financeiros baseado numa realidade ultrapassada que não existe. Mas não sei se vão seguir a mesma lógica do PIB.

**b. Qual a sua apreciação sobre a intensidade de ajuda de 30 Euros por habitante e por ano para as RUP acordado no Conselho Europeu de fevereiro de 2013? Considera adequada para a RAM/RUP para o próximo período de programação? Qual seria a dotação adicional ideal ou aceitável para a RAM/RUP?**

Neste momento o valor que temos. Fizemos uma alteração ao programa em 2012 para abranger os transportes terrestres, mas ainda não temos um parecer para essa matéria. Se isso for exequível o valor que temos agora não é assim tão grande quanto isso. Numa primeira análise e tendo em conta os transportes terrestres, porque por força de alterações e medidas de gestão que a Valor Ambiente introduziu não há sobrecusto. Dos 35 Euros *per capita* passa a 30 Euros mas já não é mau porque era para ser 20 Euros. Se tivermos acesso ao valor atual era adequado, os 66 Milhões de Euros. O do próximo período não é tão adequado quanto isso. Apesar de termos uma vantagem que nos rende mais alguma coisinha. Temos os censos já apurados e mais consentâneos com a realidade e dá-nos um *up-grade* que pode compensar um bocadinho o que perdemos. A nossa realidade é completamente diferente nem é preciso estarmos em crise. Temos o efeito logo do Centro de Negócios em que 19 a 20% é induzido pelo Centro de Negócios. O PIB é visível nas contas e nos valores do Eurostat.

## **6. Taxas de cofinanciamento**

**A título do *objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego*, a taxa de cofinanciamento determinada para as RUP é de 85%. Para a dotação específica adicional a taxa de cofinanciamento é fixada em 50% para o período de programação 2014-2020 . Ambas as taxas de cofinanciamento são semelhantes às que estão em vigor.**

**a. Considera as taxas de cofinanciamento determinadas para as RUP (85%) a título do *objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego* e da dotação específica adicional (50%) adequadas para a intervenção do FEDER na RAM no próximo período de programação?**

A taxa de cofinanciamento de 50% é muito pouco. Já nos queixamos desta taxa. Atualmente estamos a utilizar um mecanismo que é o *top-up* que permite o incremento de 10%. Incremento de 10% na taxa apenas para países intervencionados. Foi aprovado pela Comissão Europeia e o PE a extensão do *top-up* até 2014 e generalizado. A taxa das Regiões Ultraperiféricas é de 95%. Em 2012 a taxa de cofinanciamento de 95% foi usada apenas nos regimes de incentivos. Posso aprovar o eixo I, II ou V com majoração de 10%. Como aprovei muitas coisas no passado sem o *top-up* agora estou a aprovar a 100%. O eixo V está a ser aprovado a 70% em vez dos 50%. A taxa de 85% para a Madeira é ótima. Se me dissesse há 10 anos atrás diria que a taxa é muito e devia ser reduzida porque tinha muitos projetos e muita dinâmica. Neste momento não tenho dúvidas nenhuma que a taxa é ótima, é fundamental. As taxas para o próximo programa é prematuro ainda falar porque ainda não estão aprovados.

A Região Autónoma da Madeira é uma realidade diferente das outras regiões. No eixo I, IDT, o meu receio é a capacidade de alavancarmos projetos. O consumo cada vez a descer mais, os bancos a dificultarem o crédito, a economia a arrefecer torna isto complicado. O meu medo é estes constrangimentos atuais se manterem por muito mais tempo ou de se acentuarem. Estamos em junho e temos 94% dos valores aprovados do FEDER e tenho medo de perdermos dinheiro. De não conseguirmos executar. Vejo isto com alguma apreensão.

**b. Quais seriam as taxas de cofinanciamento mais apropriadas para as RUP a título do *objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego* e da dotação específica adicional para o período de programação 2014-2020?**

A Madeira sendo uma Região Ultraperiférica tem uma taxa de cofinanciamento igual a todas as Regiões Ultraperiféricas. 85% é uma taxa apropriada em circunstâncias normais. No contexto do prolongamento desta situação de crise ou de intervenção da Troika e do PAEF deveria ser ponderada a possibilidade desta Região, não é só a questão de ultraperiférica, mas como região intervencionada pelo PAEF ter uma majoração. É defensável a Região como

parte integrante de um país intervencionado. Deveria ser equacionado um incremento desta taxa de cofinanciamento. Penso que a Comissão Europeia poderá ser sensível.

**c. O que considera da diferenciação de taxas de cofinanciamento (85% e 50%) fixadas para as RUP no quadro do FEDER?**

A taxa de dotação adicional também deveria ser 85%. Passaria para 90 ou 95%.

**7. Âmbito de aplicação de apoio do FEDER**

**a. No âmbito de aplicação do FEDER são introduzidas as especificações do tipo de infraestruturas apoiadas pelo FEDER e o apoio deste às áreas da investigação e da inovação. Em que medida estas introduções limitam ou ampliam o apoio do FEDER na RAM?**

Pessoalmente acho que isto é positivo. A minha única dúvida é a questão do investimento em infraestruturas sociais e educativas em que isto aqui não é tão linear quanto isso pelo menos pelas reações que tenho tido da Comissão Europeia. Dizermos que vamos financiar uma determinada escola tem de ser muito mas muito bem justificado porque senão fará parte daquilo que eles chamam prioridades negativas. Estas infraestruturas sociais para mim são questões essenciais, fundamentais porque era bom que tivéssemos a possibilidade de cofinanciar a área da saúde, fundamentalmente em equipamentos, no apoio social, no apoio do Estado a questões de inclusão, não sei até que ponto poderá ser. Tudo isto poderá ter algum problema de manobrabilidade com a questão da taxa de concentração temática. É mais redutor especificar as infraestruturas, mas tendo em conta aquilo que a Região pretende fazer isto é uma boa forma de evitar algum desvio estratégico. A Região tem de apontar para caminhos ou investimentos em áreas perfeitamente definidas. Globalmente é positivo. Isto também decorre da experiência que a União Europeia tem tido nos últimos 20 anos em que tem verificado e constatado que a liberalização que foi dada ao longo dos anos teve alguns reflexos negativos e não são todos. Algumas das infraestruturas que foram feitas na Região Autónoma da Madeira ao longo dos últimos anos e que podem ser questionáveis a sua pertinência posso vos dizer, que esses que se fala mais vezes como casos paradigmáticos, 95% deles não foram financiados por fundos comunitários.

**b. O artigo 3.º não contempla o apoio do FEDER à criação e desenvolvimento de instrumentos de financiamento, como capital de risco, etc., conforme estipulado no Regulamento em vigor e passa a estabelecer as áreas que o FEDER não apoia, designadamente a desativação de centrais nucleares; a redução das emissões de gases com efeito de estufa em instalações abrangidas pela Diretiva 2003/87/CE; a produção, transformação e comercialização do tabaco e dos produtos do tabaco; as empresas em dificuldade, na aceção das regras da União sobre os auxílios estatais. Qual o impacto destas restrições para a RAM?**

Nada obsta a que no contexto da alínea a) e d) ii não estejam incluídos os instrumentos de financiamento. A UE privilegia e quer cada vez mais o desenvolvimento de mecanismos de engenharia financeira que possam permitir alavancar projetos. E nesse sentido as garantias mútuas, os capitais de risco, os projetos *Jessica* e *Jeremie* são mecanismos de engenharia financeira que nós não alavancamos aqui na Madeira por uma questão de massa crítica, de não haver dinheiro porque são mecanismos financeiros para os quais não há apoios a fundo perdido. Tivemos um capital de risco no anterior quadro comunitário de apoio que não funcionou. Ainda não existe uma certa cultura.

Essas restrições são inócuas. A nível do tabaco pode ser um pouco mais complicado mas se calhar mais para os Açores. Empresas em dificuldade não podem ser, já se sabia.

**c. Tendo em conta que o FEDER não apoia o investimento nas infraestruturas necessárias para prestar serviços básicos aos cidadãos nas áreas do ambiente, transportes e tecnologias da informação e da comunicação nas regiões mais desenvolvidas, qual o impacto desta restrição na RAM na perspetiva das infraestruturas que estão por concluir ou realizar e precisam do apoio do FEDER no próximo período de programação?**

Esta restrição não afeta a Região. Uma escola é uma infraestrutura básica de apoio ao cidadão mas penso que não é neste sentido que não apoiam. Não são todas as infraestruturas. Existe alguma flexibilidade na construção de infraestruturas mas não é muita. Infraestruturas é quase que zero. Aqui há flexibilidade, porque já me transmitiram isso, no sentido de algumas infraestruturas aqui citadas possam ser apoiadas, tipo uma ETAR.

A Madeira como sendo Região Ultraperiférica o objetivo temático das TIC é exigível, por força dessa aplicação é possível algumas infraestruturas. Fazer o cabo submarino por força disto é possível. Os transportes referem-se aqui às estradas e querem tirar isso, mas isso já está assumido pela Região. O ambiente é uma questão que está desagregada, que não cabe naquilo que nós fundamentalmente queremos em termos de infraestruturas que é a prevenção e gestão de riscos, que são os taludes e a proteção civil. Esta restrição, na prática daquilo que são as grandes prioridades da região, não nos tira praticamente nada porque as estradas estão mais do que assumido que não podem ser financiadas. E as ETAR também não.

**d. Considera possível, ainda assim, o apoio do FEDER para a concretização de infraestruturas na RAM no próximo período de programação?**

Infraestruturas prioritárias apenas a nível do parque tecnológico, em lógica de IDT. Uma das ideias que temos é um reaproveitamento das infraestruturas existentes, por exemplo a fábrica da mosca. Podemos aproveitar equipamentos. Podemos ter problemas é na requalificação que é uma medida de ambiente. Estradas poderão ser abrangidas no FEADER, como caminhos agrícolas, estradas rurais. É um instrumento fortíssimo que vai ter 175 Milhões de Euros. Isto vai nos obrigar a ser seletivos. Por isso vejo isto com algum otimismo. O dinheiro não é muito mas poderá ser muito bem aproveitado.

**8. Prioridades de Investimento**

**Os objetivos temáticos determinados no artigo 9.º da *proposta de Regulamento das Disposições Comuns e das Disposições Gerais dos Fundos* traduzem-se em prioridades de investimento para as quais o FEDER contribui.**

**a. Qual a sua apreciação sobre as prioridades de investimento estabelecidas para apoio pelo FEDER e quais as que considera mais adequadas à RAM no período de programação 2014-2020?**

As prioridades de investimento são abrangentes na minha opinião. E no contexto daquilo que se pretende é abrangente.

**9. Dotação adicional - Regiões Ultraperiféricas**

**a. As ajudas ao funcionamento e às despesas relativas a obrigações e contratos de serviço público deixam de estar submetidas à utilização no mínimo de 50% da dotação adicional. Qual o impacto desta alteração na RAM?**

Mas no atual período não estão submetidas. Temos 33 Milhões para um lado e 33 Milhões para outro no atual período. O que não podemos fazer é passar dinheiro de investimento para funcionamento. Neste momento só temos um projeto de investimento. Mas, fundamentalmente, o que nós queremos são funcionamento e nas empresas. No encerramento se tudo correr bem vamos ter mais no funcionamento do que no investimento. Neste momento temos sistemas de incentivos ao funcionamento que tem 20 e tal Milhões de Euros. Era para ser tudo funcionamento inicialmente. Os Estados-Membros e as Regiões Ultraperiféricas em particular é que quiseram alguma flexibilidade.

**b. O artigo 11.º deixa de referir que a dotação específica adicional pode financiar custos de investimento. Como é que interpreta esta supressão?**

É melhor. Investimento é difícil de encontrar. Queremos despesas de funcionamento em empresas, tecido empresarial e serviços públicos. Nos Açores a dotação adicional é gasta nas ajudas compensatórias à SATA nas ligações inter-ilhas.

**c. No entanto, no âmbito dos custos elegíveis as despesas de investimento são referidas. Que apreciação faz? Considera que a dotação adicional pode financiar despesas de investimento?**

Parto do princípio que as despesas de investimentos terão de estar diretamente relacionadas em compensar os sobrecustos. Os custos de transportes de mercadorias é a principal fundamentação da criação da compensação dos sobrecustos. Existe uma vulnerabilidade na Região que é a questão dos transportes. As despesas de funcionamento têm sempre um valor de comparação. A despesa de investimento tem de ver com um contributo direto e perfeitamente imputável a uma determinada realidade. Aquilo que é a nossa experiência, a Região, em termos de futuro quer continuar a investir nas despesas de funcionamento, nomeadamente, no apoio às empresas e no ressarcimento de alguns custos decorrentes de serviços públicos, resíduos, transportes. Os 50% não correspondem a uma limitação imputável, pelo contrário.

## **10. Elegibilidade das despesas**

### **a. Qual a sua apreciação geral às despesas elegíveis para o FEDER nas *regiões mais desenvolvidas* e para as RUP no período de programação 2014-2020?**

No passado no processo de auscultação já se sabia alguns projetos que iriam fazer-se no futuro próximo, hoje em dia não sei. Vamos passar a mensagem às entidades para estas áreas fundamentais para prepararem alguns planos.

A base de uma boa fundamentação e credibilidade nas informações/dados apresentados no trabalho de investigação é essencial para a sua credibilização. Nesta perspetiva agradeço que me seja disponibilizado o documento estratégico que define o desenvolvimento económico da RAM para os próximos anos, o Documento de Orientação Estratégica Compromisso Madeira 2020, bem como o Diagnóstico prospetivo Regional.

Muito obrigada.

Entrevista realizada a 13 de junho de 2013.